

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

JORGE LUIS GREGORIO DE ALMEIDA

**ORIGENS, CONFLITOS E MUDANÇAS: A
PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS
AGULHAS NEGRAS NO GOLPE MILITAR DE 1964.**

Niterói
2018

JORGE LUIS GREGORIO DE ALMEIDA

**ORIGENS, CONFLITOS E MUDANÇAS: A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA
MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS NO GOLPE MILITAR DE 1964.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues.

Niterói
2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

A447o Almeida, Jorge Luis Gregorio de.
Origens, conflitos e mudanças: a participação da
Academia Militar das Agulhas Negras no golpe
militar de 1964 / Jorge Luis Gregorio de Almeida.
- Niterói, 2018.
163 p.
Bibliografia: p. 159-163.

Dissertação apresentada para obtenção do título
de Mestre em História - Universidade Salgado de
Oliveira, 2018.
Orientador: Dsc. Fernando da Silva Rodrigues.

1. Brasil - História. 2. Brasil - História - Golpe
civil-militar, 1964. 3. Brasil - Política e governo -
1964-1985. 4. Academia Militar das Agulhas
Negras. 5. Governo militar - Brasil - 1964-1985.
6. Militarismo - Brasil. 7. Anticomunismo -
Brasil. I. Título. II. Subtítulo: a participação da
Academia Militar das Agulhas Negras no golpe
militar de 1964.

CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

JORGE LUIS GREGORIO DE ALMEIDA

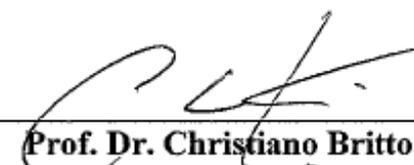
“ORIGENS, CONFLITOS E MUDANÇAS: A PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS NO GOLPE MILITAR DE 1964”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 03 de outubro de 2018 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof. Dr. Fernando Rodrigues da Silva

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Christiano Britto Monteiro dos Santos

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)



Prof.ª Dr.ª Marly de Almeida Gomes Vianna

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

*Rosa Amorim, minha esposa, e Lucas Amorim, meu filho,
mais uma vez dedico a vocês meus esforços.*

Agradecimentos

Esse é o momento de expressar um dos mais nobres dos sentimentos: a gratidão. Porém, estou certo de que as páginas reservadas para esse objetivo não são suficientes para agradecer a todos, mas que certamente carrego-os em minha mente e coração.

Por isso quero agradecer primeiramente a Deus, por que sem Ele não poderia chegar até aqui, a Ele devo tudo o que tenho e o que sou.

Agradecer aos meus pais, que mesmo com todas as dificuldades que a vida os proporcionou se esforçaram para me dar uma boa educação, me tornar um homem íntegro, e mostrar o bom caminho que eu deveria trilhar, sempre com respeito e dedicação.

À minha família que soube suportar os momentos de ausência, e quando vinha o cansaço que o curso muitas vezes nos proporciona, me deram forças para continuar.

À Universidade Salgado de Oliveira por ter aberto às portas para que eu pudesse concretizar este sonho, e a todos os professores e funcionários que eu tive a oportunidade de conhecer durante esses dois anos de curso.

À prof.^a Dr.^a. Marly de Almeida Gomes Vianna, a qual eu tive o privilégio de conhecer e aprender muito com as suas aulas. Agradecer pela dedicação dispensada ao meu trabalho, da qualificação até a defesa, e pelas palavras de incentivo que sempre estiveram presentes, me encorajando a continuar.

Ao Prof. Dr. Christiano Britto Monteiro dos Santos, da Universidade Federal Fluminense, por ter aceitado o convite para participar da Banca de Defesa, e por cada detalhe que observastes no meu trabalho, o que muito contribuiu para o aperfeiçoamento do mesmo.

À minha amiga Karen Duarte, que desde a graduação vem me ajudando com seu excelente conhecimento em informática, me ajudando sempre quando precisei.

E por último, mas certamente não menos importante, quero agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues, pessoa que aprendi a admirar pela sua dedicação, companheirismo, e entusiasmo em tudo que faz. Que desde o início, quando ainda nem era meu orientador, se mostrou bastante solícito para comigo, me dando sempre boas orientações. Mesmo nos momentos em que estava realizando simpósios ou outras atividades ligadas à área de História, sempre me atendeu prontamente, de uma maneira até assustadora para mim, que as vezes eu ainda me pergunto: como consegue? Mas, à você Fernando, mais uma vez o meu muitíssimo obrigado!

Lista de Tabelas

Tabela 1- Currículo de 1810.....	24
Tabela 2 - Evolução da Escola Militar situada no Largo do São Francisco.....	25
Tabela 3- Currículo de 1833.....	33
Tabela 4 - Currículo de 1839.....	34
Tabela 5 - Evolução Militar na Escola Militar no Rio Grande do Sul.	39
Tabela 6 - Evolução da Escola Militar situada na Praia Vermelha.	41
Tabela 7 - Evolução das Escolas de Formação de Oficiais no Rio Pardo-RS e em Realengo-RJ.....	47
Tabela 8 - Escolas Militares de Porto Alegre, Rio Pardo e Realengo.	49
Tabela 9 - Instituições de ensino do Exército em Realengo, antes da criação da Escola Militar do Realengo (1913 a 1944).....	50
Tabela 10 - Primeira turma de instrutores da Missão Indígena.....	54
Tabela 11 - Primeiros instrutores oriundos da Escola Militar do Realengo.....	102
Tabela 12 - Primeiros cadetes oriundos da Escola Militar do Realengo.....	102
Tabela 13 - Primeira turma de oficiais instrutores da Escola Militar de Resende a realizar estágio nos Estados Unidos da América.....	105
Tabela 14 - Currículo da Escola Militar de Resende em 1945. (Somente das Armas).	107
Tabela 15 - Currículo do 3º ano das Armas.....	107
Tabela 16 - Currículo da Escola Militar de Resende, 1º e 2º anos do Curso de Intendência.	108
Tabela 17 - Currículo 3º ano do Curso de Intendência.....	109
Tabela 18 - Militares da AMAN designados para realizarem o estágio de instrução de guerra contra-revolucionária na DGE.....	135

Lista de Imagens

Figura 1 - Fotografia da capa do livro: "A Guerra Revolucionária Comunista" de Rua Santos,	132
Figura 2 - Fotografia da capa do manual da AMAN.....	132

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a participação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no Golpe Militar de 1964. Naquele ano, sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici, a Academia Militar teve uma relevante participação nos acontecimentos que culminaram no golpe militar que derrubou o presidente da República, João Goulart, e instaurou a Ditadura Militar no Brasil. Um dos motivos da transferência da Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro do bairro do Realengo para a cidade de Resende, em 1944, foi afastar os futuros oficiais do cenário político que envolvia a Capital Federal. Porém, com o anticomunismo já institucionalizado no Exército Brasileiro e as diversas disputas políticas que ocorreram no período que ficou conhecido como experiência democrática (1945-1964), essa tarefa foi praticamente impossível. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo enriquecer o debate sobre como e porque a AMAN se envolveu no Golpe Militar de 1964, como se encontrava a instituição nos momentos antes, durante e imediatamente posteriores ao golpe, sobretudo em relação ao anticomunismo que se instaurou nas Forças Armadas a partir de 1935. Como não existem trabalhos acadêmicos que deem relevo sobre a participação da AMAN no Golpe Militar de 1964, utilizei como fontes de pesquisa os diversos discursos dos seus comandantes, que como regra geral tentava afastar os seus militares de questões político-partidárias e alertá-los para o “perigo” que o comunismo representava para o Brasil. Utilizei-me também dos Boletins Internos da Academia, no período de 1944 a 1964, que estão disponíveis no Arquivo Geral da AMAN, e ainda diversos documentos oficiais da própria instituição. Verificou-se que em 1964 quando as tropas do II Exército, comandadas pelo general Amauri Krueel, que eram a favor do golpe, iam se confrontar com as tropas do I Exército, comandadas pelo general Moraes Âncora, que eram contra o golpe, a AMAN, que já havia se posicionado a favor do golpe, desempenhou a tarefa de evitar que as tropas se confrontassem na Região do Vale Paraíba Fluminense. Lá, o seu Gabinete de Comando serviu de palco para a decisão que iria marcar de vez a História do Brasil.

Palavras-chave: AMAN; Anticomunismo; Golpe Militar de 1964.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the participation of the Military Academy of the Black Agulhas (AMAN) in the military coup of 1964. In that year, under the command of General Emílio Garrastazu Médici, the Military Academy had a relevant participation in the events that culminated in the coup military that overthrew the President of the Republic, João Goulart, and established the Military Dictatorship in Brazil. One of the reasons for the transfer of the Army Training School of the Brazilian Army from the Realengo district to the city of Resende in 1944 was to remove the future officers from the political scenario that involved the Federal Capital. However, with the anticommunism already institutionalized in the Brazilian Army, and the various political disputes that occurred in the period known as "democratic experience (1945-1964), this task was practically impossible. The aim of this work is to enrich the debate on how and why AMAN became involved in the military coup of 1964, as the institution was in the moments before, during and immediately after the coup, especially in relation to the anticommunism that Armed forces since 1935. As there are no academic papers that highlight the participation of the AMAN in the 1964 military coup, I used as sources of research the various speeches of their commanders, who, as a general rule, tried to turn them away from political issues and warn them of the "danger" that communism represented for Brazil. I also used the Internal Bulletins of the Academy, from 1944 to 1964, which are available in the AMAN General Archive, as well as several official documents of the institution itself. It was found that in 1964 when the troops of the 2nd Army, commanded by General Amauri Kruehl, who were in favor of the coup, were to confront the troops of the 1st Army, commanded by General Moraes Âncora, who were against the coup, AMAN, which had already been in favor of the coup, played the task of preventing the troops from confronting each other in the Vale Paraíba Fluminense Region. There, his Office of Command served as the stage for the decision that would mark the History of Brasil.

Key-words: AMAN; Anti communism; 1964 Military Coup.

Sumário

Introdução	11
Revisão bibliográfica	17
Capítulo I. As origens da Academia Militar das Agulhas Negras	22
1.1. A Academia Real Militar: “A casa do trem”, raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras.....	22
1.2. Escola Militar na Praia Vermelha: o baluarte da República.....	36
1.3. Escola Militar do Realengo: A Escola de formação dos generais de 1964	48
Capítulo II. Entre a cruz e a espada: uma análise sobre o anticomunismo no Brasil.	62
2.1. O anticomunismo sob o olhar da Igreja Católica.....	62
2.2. O Exército Brasileiro e o anticomunismo tardio.	73
2.2.1. O anticomunismo na chamada “experiência democrática” (1945-1964).	83
2.2.2. A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional.....	86
Capítulo III. A Participação da Academia Militar das Agulhas Negras no Golpe Militar de 1964.....	99
3.1. A criação da Escola Militar de Resende e a doutrinação anticomunista surgida no pós Segunda Guerra Mundial.	99
3.2 Academia Militar: entre questões políticas e formação ideológica anticomunista.	113
3.3. A Academia Militar e o surgimento de uma nova doutrina: a Teoria de Guerra Revolucionária.	130
3.4. A Academia Militar nos episódios da renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart.	138
3.5. A participação da Academia Militar no “movimento de descomunização do Brasil”.	148
Conclusão.....	157
Fontes.....	162
Bibliografia	163

Introdução

O estudo dos militares nas Ciências Humanas e Sociais vem despertando cada vez mais o interesse daqueles que pesquisam a História do Brasil, desde o império até a república, passando pelos tempos de ditadura que o país viveu durante o século XX. Novas abordagens vêm sendo realizadas a partir de diferentes enfoques metodológicos, como o estudo da História Local e da História Oral, dando lugar a trabalhos que analisam o papel das Forças Armadas, das instituições militares e dos indivíduos que as integraram, bem como a relação dessas instituições e dos militares com a sociedade civil.

Por conta deste fato, muitos historiadores, jornalistas e cientistas políticos, têm se debruçado sobre o tema da ditadura militar no Brasil. No ano de 2014, por exemplo, ano em que a ditadura militar no Brasil completou cinquenta anos, uma série de teses, dissertações e artigos referentes ao período foram publicados, sem que nenhum desse relevo à participação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)¹, no golpe militar de 1964, inclusive ao anticomunismo que se propagou na instituição nos momentos anteriores ao golpe, tornando esse objeto de pesquisa ainda embrionário e em grande medida ausente de estudos específicos, levando-nos a pesquisar em fontes primárias.

Com o fechamento da Escola Militar do Realengo em 1944, a Escola de Formação dos Oficiais Combatentes do Exército Brasileiro passou a funcionar na cidade de Resende, no sul do Estado do Rio de Janeiro, com a denominação de Escola Militar de Resende (EMR), denominação que durou até 1951, pois no dia 23 de abril do mesmo ano a EMR passou a se chamar Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), nome que permanece até os dias atuais.

Um dos motivos da mudança de localidade foi afastar os cadetes do cenário político que envolvia a Capital Federal, para fins de torná-los profissionais e apolíticos, principalmente após a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, quando os militares revoltosos tentaram impedir a posse do presidente da República Arthur Bernardes (1922 a 1926), depois do conturbado episódio das “cartas falsas”, em que atribuíam a ele a autoria das cartas que continham comentários desrespeitosos sobre os militares. Levantaram-se contra Arthur Bernardes a escola militar, o Forte de Copacabana e a Guarnição Federal do Mato Grosso. Como consequência, os alunos da Escola Militar do Realengo, envolvidos na revolta, foram presos e até mesmo expulsos.

No entanto, com o levante comunista de 1935, o anticomunismo no Exército

1- Escola de formação dos oficiais combatentes do Exército Brasileiro.

Brasileiro tomou maiores proporções, passando a fazer parte da rotina de vários quartéis e inclusive das Escolas Militares, dificultando o seu afastamento de questões que envolviam política. Segundo a historiadora Marly Vianna, a Escola Militar do Realengo, sob o comando do general José Pessoa, enfrentou neste período três manifestações sob a orientação do Partido Comunista, na terceira, segundo a autora, cerca de oitocentos cadetes se rebelaram contra as ordens de seu comandante.² A historiadora Fernanda Nascimento também relata em sua dissertação que o PCB, através do Comitê Militar Revolucionário, desenvolveu grande atividade na Escola Militar do Realengo em 1930. Segundo a autora, o PCB possuía planos para arregimentar militares para a revolução dentro das próprias escolas da Vila Militar.³

Diante desse fato, percebemos que quando houve a transferência da Escola Militar do Realengo para Resende, em 1944, o anticomunismo já estava fortemente institucionalizado, principalmente devido ao levante comunista de 1935 e a atuação do PCB dentro dos quartéis e Unidades Escolares, fazendo com que muitos militares daquelas instituições viessem a se interessar por questões de natureza política.

Segundo a historiadora francesa Maud Chirio, nos finais dos anos de 1950, uma nova doutrina formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) como peça central da Doutrina de Segurança Nacional, passou a desempenhar um papel importante nas Forças Armadas “a teoria de guerra revolucionária”, introduzida e disseminada nos Estados-Maiores e escolas militares brasileiras, consolidando esse novo papel das Forças Armadas na luta contra guerra revolucionária no contexto da Guerra Fria.⁴

Com isso, a Academia Militar que não estava alheia ao que estava acontecendo no Brasil, sobretudo em relação ao anticomunismo, passou a se envolver na política contra um inimigo interno diferente, o comunismo, levando-a a participar do golpe militar de 1964, cujos desdobramentos serão analisados nesta pesquisa.

Neste momento, cabe salientar que os integrantes da AMAN, notadamente seus cadetes, sob o comando dos oficiais, desdobraram-se num dispositivo militar no dia 31 de março de 1964 na rodovia que ligava as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. De forma geral, o objetivo das tropas da AMAN era impedir o avanço de tropas do Grupamento de Unidades-Escola pertencentes ao I Exército, sediado no Rio de Janeiro e que se colocaram a favor da permanência do Presidente João Goulart no poder. Estas tropas se dirigiam a São

2 -VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. Companhia das Letras, 1992. p. 79. A autora afirma que a revolta não foi comunista.

3- NASCIMENTO, Fernanda de Santos et al. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937)*. 2010. p.211.

4- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro. Zahar, 2012, p. 22.

Paulo para se contrapor ao II Exército, que se posicionara a favor da deposição de Jango. Após deliberações ocorridas na própria AMAN, o Grupamento de Unidades-Escola acabou desistindo de suas intenções de resistência à deposição, sendo emitidas ordens ao I Exército para que seus integrantes se recolhessem aos quartéis.⁵

Diante do objeto de pesquisa tal como aqui delimitado, tem-se como problema de pesquisa as seguintes indagações: o que levou a AMAN a participar do golpe militar de 1964, se havia um consenso no Exército de que as Escolas Militares não participariam mais de movimentos políticos, desde a revolta 1922, quando muitos alunos do Realengo foram presos ou até mesmo expulsos? Houve alguma atuação do PCB dentro da AMAN, conforme havia ocorrido com a sua antecessora, a Escola Militar do Realengo? Como e o que era ensinado aos cadetes com relação ao período em que o país estava vivendo, principalmente no que se referia ao anticomunismo? Houve militares ou funcionários civis, que exerciam cargos de professores na AMAN, cassados por suspeitas de ligação com o comunismo?

Este trabalho tem como objetivo enriquecer o debate sobre como e porque a AMAN se envolveu no Golpe Militar de 1964; como se encontrava a instituição nos momentos anteriores, durante e imediatamente posteriores ao golpe, e também, qual a posição da instituição sobre o anticomunismo que havia se instaurado no Brasil e nas Forças Armadas.

Uma das relevâncias deste estudo consiste na contribuição historiográfica mais detalhada e inovadora ao apresentar a pesquisa sobre a participação da AMAN no Golpe Militar de 1964. Muitas escolas militares já foram analisadas por pesquisadores que se debruçam sobre o estudo da História Militar do Brasil, como por exemplo, o antropólogo Celso Castro, que escreveu um livro sobre a Escola Militar na Praia Vermelha (EMPV), baluarte do positivismo no Brasil a qual pertenceram os militares que realizaram a proclamação da República, como por exemplo, Benjamin Constant⁶, um dos idealizadores da República, e que teve o seu fechamento após seus alunos se envolverem na Revolta da Vacina em 1904. O autor também realizou um trabalho de campo na AMAN, que originou o livro *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*, no qual ele descreve o dia a dia dos cadetes da Academia. O historiador Fernando Rodrigues e o cientista político Eduardo Munhoz Svartman, abordando questões diferentes, escreveram sobre a Escola Militar do Realengo (EMR), escola que ficou marcada pelo seu viés revolucionário, por seus alunos terem participado dos movimentos tenentistas de 1922, e também onde formam-se os cinco

5- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. “Participação da AMAN no movimento de descomunização do Brasil”. *Boletim Interno*, Resende, RJ, Aditamento n. 64, fl 01-14 . 02 abr. 1964, fl 01.

6 - Foi aluno e depois professor daquela instituição.

presidentes da Ditadura Militar no Brasil, marcando a sua importância nos estudos sobre a história militar.

Não há um estudo sistemático sobre a participação política da AMAN no período que ficou conhecido como “experiência democrática”, que teve início em 1945 e findou com o golpe militar de 1964. Instituição que desde 1944, com o fechamento da Escola Militar do Realengo, vem formando oficiais combatentes do Exército Brasileiro e que em 1964, sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici, teve uma importante participação no golpe militar que derrubou o presidente da República, João Goulart, e instaurou a ditadura militar que durou vinte e um anos no Brasil. E sobre como se encontrava a instituição nos momentos anteriores ao golpe militar, principalmente em relação ao anticomunismo que já estava na ordem do dia no Exército antes mesmo da criação da escola, o que destaca a originalidade dessa pesquisa. Essa pesquisa pretende contribuir para o avanço dos estudos já realizados sobre a formação dos oficiais do Exército Brasileiro e sobre as escolas militares no Brasil.

Os objetivos apresentados neste estudo consistiram em atender a problemática apresentada. Por isso nos propomos a: analisar as origens da Academia Militar e as diversas intervenções militares que ela realizou ao longo de sua história; compreender como era tratado o tema comunismo nos programas de ensino da AMAN, sobretudo nos momentos que antecederam ao golpe militar de 1964; e definir os fatores que levaram o general Médici a empregar a AMAN no golpe militar de 1964.

Para desenvolvermos essa pesquisa e atingirmos os objetivos propostos, partimos do princípio que uma instituição não é algo abstrato ou que possa ser analisado como um corpo homogêneo, pois são os indivíduos que a constroem. É preciso analisar os embates travados no interior da própria instituição, ou seja, entre os indivíduos que a compõem, para que possamos compreender como chegavam a uma decisão, considerando suas ideias sobre a sociedade e a política naquele contexto.

Será utilizada a caracterização de “militares”, feita pelo antropólogo Celso Castro, reconhecendo que embora possa ser atribuída uma unidade aos militares, eles não constituíam um corpo coeso, razão pela qual esse não deve ser o ponto de partida de uma investigação. Havia um “*campo de possibilidades* aberto aos atores sociais” e também “uma considerável margem de manobra para a formulação de projetos individuais e coletivos”. São ideias também compartilhada por Alfred Stepan, que aponta para o fato de as Forças Armadas serem uma instituição politizada e heterogênea.⁷

7- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política – As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

Como golpe militar de 1964, entendemos que foi o golpe efetivado pelas Forças Armadas, com o apoio da classe empresarial, que derrubou o presidente da República, João Goulart, pois fim ao regime democrático em vigor desde 1945, e instaurou a ditadura militar no Brasil. Apesar de fazermos uso do termo golpe militar durante a pesquisa, utilizaremos como aporte teórico o conceito de Golpe Empresarial-Militar, defendido por Renato Lemos-UFRJ, Marcelo Badaró-UFF, e seus seguidores, como por exemplo: Demian Bezerra de Melo e Cláudio Beserra de Vasconcelos. A crítica que esses autores fazem ao conceito “Golpe Civil-Militar”, empregado por Daniel Aarão Reis, é que segundo eles:

O apoio “civil” ao golpe e a ditadura “é uma informação muito utilizada por segmentos militares para legitimá-los – ao golpe e à ditadura”, e que a apresentação deste ponto com status de “novidade historiográfica, estimula os interessados em geral, e os jovens historiadores em particular, a adotarem uma abordagem temerosa de ir a fundo na conexão dos eventos em questão com poderosos interesses classistas.⁸

Para Demian Bezerra de Melo, o termo “Ditadura Civil-Militar” utilizada por Dreiffus em 1981, vem sofrendo várias interpretações na atualidade, o que vem causando sérios problemas, pois muitos dos que tem recorrido a essa adjetivação não parecem querer dizer a mesma coisa.⁹

Será utilizada a caracterização de “anticomunismo”, feita por Celso Castro, em que o autor define que o termo "anticomunismo" engloba um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais. Católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem contra um *inimigo* comum.¹⁰ Em outros termos, conforme destacou Luciano Bonet “o anticomunismo deveria ser obviamente entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas”¹¹. No entanto, para compreendermos o anticomunismo nas Forças Armadas, se faz necessário analisarmos o que era o comunismo para os militares que se opunham a ele. Segundo o Coronel Francisco Ruas Santos, no livro *A Guerra Revolucionária Comunista*, que virou manual na AMAN na década de 1960, o comunismo era:

8- *Apud.* MELO, Demian. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural, v. 27, 2012.

9- *Idem.* p, 1.

10-CASTRO, Celso. *O anticomunismo nas Forças Armadas*. Disponível em:< http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_anticomunismo_nas_FFAA >. Acesso em: 20 Fev 2017.

11- *Apud.* SILVA, Carla Luciana. Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Edipucrs, 2001.

Sistema de poder totalitário no qual uma casta burocrática e privilegiada, reunindo pela primeira vez no mundo moderno todos os instrumentos do poder nas mesmas mãos, possui ao mesmo tempo os meios de produção e de troca e todos os meios de enquadramento político e cultural, dos quais se serve ditatorialmente.¹²

Para Ruas Santos, o comunismo era unicamente uma “coisa” soviética, a matéria de uma ditadura maquiavélica que visava o domínio do mundo por conta dos seus ditadores.

Por último, em relação ao conceito de Teoria de Guerra Revolucionária, compartilho as perspectivas teóricas da historiadora francesa Maud Chirio, em que a autora defende que a teoria de guerra revolucionária, importada da França e não dos Estados Unidos, surgiu nos finais dos anos de 1950, formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) como peça central da Doutrina de Segurança Nacional, passando a desempenhar um papel importante nas Forças Armadas, sendo introduzida e disseminada nos estados-maiores e escolas militares brasileiras em 1961, consolidando esse novo papel das Forças Armadas na luta contra guerra revolucionária no contexto da Guerra Fria.¹³

Assim como foi abordado para o anticomunismo, precisamos compreender também o que era a guerra revolucionária combatida pelos militares, segundo a definição do Estado-Maior das Forças Armadas:

É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que - apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida.”¹⁴

O conceito de guerra revolucionária proposto pelos militares, nos remete a ideia de subversão, que é o estágio pré-revolucionário da guerra revolucionária, fase na qual acreditavam que o Brasil já se encontrava, e que a teoria de guerra revolucionária visava combater.

Para a consecução deste estudo, formulei hipóteses que foram sendo testadas ao longo dos capítulos, com a finalidade de comprovar a problemática construída. Consideramos que: os diversos conflitos e as intervenções militares de que a AMAN participou durante a sua

12- SANTOS, Francisco Ruas. A guerra revolucionária comunista. Distribuidora Record, 1964, p. 18.

13- CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro. Zahar, 2012, p. 22.

14- SANTOS, Francisco Ruas. *op cit.*p.53.

história, a fizeram crescer e se consolidar como instituição, tornando-a cada vez mais participante das questões políticas que envolviam o Brasil; de que desde quando chegou à Resende, em 1944, a AMAN já vinha preparando os seus militares contra uma suposta tomada de poder pelos comunistas; e a de que a doutrinação na Escola Superior de Guerra e a atuação prática do Exército Brasileiro, foram fundamentais para a intensificação do anticomunismo na Academia Militar.

Com relação aos procedimentos metodológicos este trabalho utilizou, além da bibliografia existente sobre o tema da Ditadura Militar e o anticomunismo no Exército Brasileiro, documentos que se encontram no Arquivo Geral da AMAN, como os boletins internos (ostensivos e reservados), as notas de instruções, os Programas de Instruções Militares (PIM) da AMAN versando sobre a Guerra Revolucionária, e demais documentos oficiais gerados no período. Utilizamos ainda alguns depoimentos escritos por antigos instrutores e comandantes de cursos da AMAN, que na época do golpe militar de 1964 estavam nos respectivos cursos existentes na academia. Depoimentos estes que se encontram na biblioteca da AMAN, que por sua vez possui um acervo de mais de três mil volumes, entre livros, documentários e periódicos, de vários temas e autores, disponíveis para estudantes e pesquisadores. Os materiais disponíveis no arquivo geral da AMAN, nos quais eu tive contato durante a minha pesquisa, foram pouco explorados por pesquisadores civis, até mesmo por que muitos desconhecem o referido arquivo.

Quanto à abordagem das fontes, utilizamos o “Método Qualitativo”, realizado através da pesquisa documental ou fonte. O método utiliza de material sem tratamento analítico ou interpretativo: documentos oficiais, cartas, fotografias, gravações de entrevistas, reportagens veiculadas a jornais e revistas, boletins internos, notas de instruções, encontrados no arquivo geral e no museu da AMAN. E ainda, pesquisa bibliográfica: que se trata de levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de artigos em revistas e *sites*, teses, dissertações, livros, publicações avulsas e imprensa escrita ou *online*. A pesquisa bibliográfica objetiva colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, com a finalidade de colaborar na análise da pesquisa.

Revisão bibliográfica

No debate historiográfico desenvolvido, verificamos que embora os autores analisados não discorram profundamente sobre o objeto de estudo dessa pesquisa. As suas obras contribuíram para compreendermos a evolução das escolas militares, o papel desempenhado pelos militares na política, o pensamento anticomunista nas Forças Armadas, e

vários outros assuntos que nos ajudaram a entender o contexto no qual a AMAN estava inserida, desde o período em que ocorreu a sua transferência para Resende, em 1944, até o golpe militar de 1964.

O general da reserva do Exército, Jehovah Motta¹⁵, em seu livro *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*, escrito em 1976, marcando o seu pioneirismo em estudos dessa natureza, faz uma análise sobre as transformações no currículo e na formação do oficial do Exército, as diversas mudanças de sedes e regulamento que as escolas sofreram, e ainda, a suas intervenções militares desde a Academia Real Militar (1808), até a sua chegada ao bairro de Realengo, em 1911, cuja sede passou a se chamar Escola Militar do Realengo.

O antropólogo Celso Castro, no livro *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*, cuja primeira edição data de 1990, também contribui para os estudos sobre as escolas militares ao analisar o dia a dia dos cadetes, a visão de mundo e a escala de valores características do universo militar através do exame do processo de socialização dos cadetes. No capítulo três de seu livro intitulado *Digressão: Uma História da Academia Militar*, o autor nos brinda com um pequeno histórico da Escola de Formação de oficiais desde 1808, com a criação da Academia Real Militar, até a sua chegada em Resende em 1944, com o nome de Escola Militar de Resende.

A historiadora Adriana Barreto de Souza, em seu livro *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*, escrito em 2008, identifica no período de 1818 a 1822, uma escola militar desmilitarizada, cujas condições, segundo a autora, eram de lástima, calamidade, decadência e de frequentes e contínuas desordens. A autora ainda traz um pequeno debate sobre a formação do oficial no período por ela analisado, destacando que dos 46 Generais em 1840, 30 deles não passaram por uma academia militar. Foi também importante para analisarmos a evolução curricular das escolas militares e seu papel na formação do oficial.

O cientista político José Murilo de Carvalho, no livro *Forças Armadas e Política no Brasil*, traça a trajetória política dos militares, suas intervenções desde a primeira República até o Golpe Militar de 1964, o que nos faz compreender certos eventos e dinamismos políticos, econômicos, culturais e sociais que estão em questão no período estudado. Para Murilo de Carvalho, desde a década de 1930, sob a liderança de Góes Monteiro, o Exército vinha passando por grandes transformações internas que o preparavam para um papel hegemônico na política.

15 - Ex integralista e depois membro do PCB.

Os historiadores Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira de Almeida, no livro *1964 o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, escrito em 2014, se propuseram a narrar e a explicar as origens da crise que levou a deposição João Goulart e instaurou a ditadura no Brasil, o que nos dá uma visão ampla sobre o período estudado. Os autores também relatam no capítulo vinte e um “O golpe civil militar: o movimento em marcha”, sem se aprofundarem muito, como foi a participação da AMAN no golpe militar de 1964. Segundo eles, a AMAN, sob o comando do general Médici, controlava a rodovia Rio-São Paulo (atual rodovia presidente Dutra), em apoio as tropas golpistas que estavam indo rumo a Guanabara.¹⁶

Em entrevista concedida a Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, o general Ênio dos Santos Pinheiro¹⁷, no livro *Visões do Golpe*, também vai dizer que o general Médici levou os cadetes para impedir que a tropa do Rio de Janeiro fosse combater a de Minas Gerais.

O ex-presidente Ernesto Geisel, em entrevista concedida a Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, em mais uma coletânea de entrevistas do CPDOC/FGV, relata que devido aos exemplos trágicos de 1922, quando os alunos que se envolveram na revolta foram quase todos expulsos, o general Médici não quis engajar a escola na revolta, apenas ocupou a via Dutra para evitar o confronto,¹⁸ havendo certa discordância em relação aos outros entrevistados, o que contribui para fomentar o debate nesta pesquisa.

Em relação ao anticomunismo nas Forças Armadas e a Doutrina de Segurança Nacional, umas das obras que analisamos foram as do Pe. Joseph Comblin, no livro *A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*, onde o autor defende que “é incontestável que essa doutrina vem diretamente dos Estados Unidos. É nos Estados Unidos que os oficiais do Exército aliados aos EUA aprenderam-na”.¹⁹ O que é refutado pela historiadora francesa Maud Chirio no livro *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*, onde ela defende que a doutrina era originária da França e não dos Estados Unidos, como defendia Comblin. Para Maud, essa teoria surgiu no

16- GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. 1964; o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2104, V.1, p.350.

17- Além de outras funções, Organizou, durante o governo Costa e Silva, a Agência Central do Serviço Nacional de Informação (SNI), em Brasília e criou a Escola Nacional de Informações (ESNI), tornando-se seu primeiro diretor. Chefiou a Secretaria Geral do Exército, a Secretaria Geral do Alto Comando e a Diretoria de Obras e Cooperação. Fonte CPDOC.

18- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Ernesto Geisel. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.157

19- COMBLIN, José. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, 1978, p.14.

Brasil em 1957, e foi apenas em 1962, muito mais tarde, que o Exército norte-americano reconheceu a insurreição subversiva como forma principal de conflito político-militar e empreendeu uma campanha de instrução para enfrentá-lo.²⁰

Outro pesquisador que também se opõe à teoria de Comblin é João Roberto Martins Filho. O enfrentamento de Martins Filho a esta visão de Comblin também se fundamenta na questão cronológica, já que o Memorando de Ação de Segurança Nacional 124 de 1962 (NSAM-124) do Presidente John F. Kennedy só foi promulgado em 18 de janeiro de 1962, sendo que anteriormente a esta data o Brasil já se mobilizava no sentido de construir uma Doutrina de Guerra Revolucionária. Outra crítica que o autor faz a Comblin é que na sua visão, os militares do Cone Sul eram “uma simples marionete ideológica, sem história política ou capacidade de gerar seus próprios mitos, doutrinas ou ideologias”.²¹

Em relação à atuação do PCB dentro dos quartéis, especialmente dentro das Escolas Militares, os historiadores Marly Vianna, no livro *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*, e Paulo Ribeiro da Cunha, no livro *Militares e Militância: Uma relação dialeticamente conflituosa* abordam questões sobre a influência do Setor Militar (ANTIMIL), órgão ligado ao PCB, nas escolas militares, principalmente na Escola Militar do Realengo. O que também é compartilhado pela historiadora Fernanda dos Santos Nascimento, em sua dissertação para o PPGH/PUC-RS. Por meio desses autores, verificamos que apesar de não ter havido atuação do setor militar na AMAN, eles nos ajudam a entender a atuação do PCB dentro das Forças Armadas, e ainda, a formação militar à esquerda de muitos militares que posteriormente foram ser instrutores na AMAN.

Para analisar a relação da AMAN com a sociedade discutiremos a obra de Samuel Huntington, editada em 1957, o livro *Soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Considerado um pioneiro nessa discussão, Huntington aborda a relação entre o poder político (Estado) e os militares (Forças Armadas), destacando o “profissionalismo militar” como um método para harmonizar os frequentes conflitos entre política e militares.²²

E ainda Alfred Stepan, cientista político e pesquisador das relações civil-militar no Brasil, que identificou no militar brasileiro característica de profissionalização que criaram as condições para uma expansão daquilo que os militares compreendiam como seu papel na sociedade civil e política. Segundo Stepan, os militares começaram a identificar

20 - CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 20.

21- MARTINS FILHO, João Roberto. “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 42, jun, 2008.

22- HUNTINGTON, Samuel. O soldado e o Estado: teoria e política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

incompetência na liderança civil para a formulação e execução de políticas públicas como uma das causas do subdesenvolvimento e, em consequência, fator de fragilidade para a segurança nacional.²³

Diante da bibliografia analisada, percebemos que falta uma discussão sobre a participação da AMAN no Golpe Militar de 1964. Lá onde são formados todos os oficiais que hoje fazem parte da cúpula do Exército Brasileiro. As obras analisadas serviram de base para que tivéssemos uma visão geral do meio político-ideológico em que os integrantes da AMAN estavam inseridos.

23- STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à nova república. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1986.

Capítulo I. As origens da Academia Militar das Agulhas Negras

Este capítulo tem por finalidade, analisar as origens da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e as diversas intervenções militares que enfrentou ao longo de sua história, da Monarquia à República, amalgamando-se com a própria história do Brasil. Analisaremos ainda, as diversas mudanças que ela sofreu ao longo do tempo, tanto estrutural quanto profissional, procurando se adaptar a situação do país e as necessidades do Exército.

1.1. A Academia Real Militar: “A casa do trem”, raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras.

Ao chegar ao Brasil em 1808, devido as guerras napoleônicas ocorridas na Europa, o Príncipe D. João iria se deparar, segundo Jehovah Motta, “com forças militares frágeis, mal instruídas, precariamente armadas e, sobretudo, faltava-lhes a articulação e o sentido de conjunto próprios dos organismos militares evoluídos.²⁴ Somando-se a este estado de coisas, o país ainda estava enfrentando uma série de lutas internas e externas de cunho nativista, federalista, republicano e separatista, que permearam todo o período em que a família Bragança permaneceu no Brasil, além de diversos motins e pequenas revoltas locais de pequena intensidade. Esses fatores levaram o monarca a criar, por meio da Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, a Academia Real Militar. Que futuramente veio a se tornar, através do Decreto nº 1.718, de 17 de junho de 1937, do presidente Getúlio Vargas, a raiz histórica da Academia Militar da Agulha Negra.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que: - a Escola Militar tem a mesma finalidade - formação do Corpo de Oficiais do Exército - da Academia Real Militar, a primeira escola que normalizou o ensino militar no Brasil, creada pela Carta de lei de 4 de dezembro de 1810, assinada pelo Príncipe Regente Dom João e referendada pelo Conde de Linhares;- aos 23 dias do mês de abril de 1811 foram abertas as primeiras aulas dos cursos militares, regulares, no Brasil;- já é consagrado feriado, em cada unidade ou estabelecimento do Exército, a data aniversária de sua organização,

DECRETA:

Art. 1º É instituído o dia 23 de abril como a data comemorativa do aniversário da Escola Militar. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1937, 116º da Independência e 49º da República. GETÚLIO VARGAS General

24 - MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976, p. 16.

Eurico Gaspar Dutra.²⁵

Coube a D. Rodrigo de Souza Coutinho²⁶, o Conde de Linhares, a difícil tarefa de organizar um Exército no Reino. Acreditando na importância da formação de oficiais capacitados para se obter um Exército bem organizado, pois “entendia D. Rodrigo que um exército vale o que valem os oficiais [...] Para ele a formação profissional do quadro de oficiais afigurava-se-lhe peça básica da estrutura militar a ser montada”,²⁷ resolveu criar a primeira Escola de Formação de Oficiais do Exército, a Academia Real Militar. Mesmo sofrendo resistências por parte dos portugueses, que sustentavam que os brasileiros, para se doutorarem, deveriam continuar atravessando o Atlântico em busca de escolas portuguesas, o plano de D. Rodrigo se concretizou e, no dia 4 de dezembro de 1810, foi promulgada por D. João a Carta Regia que continha as diretrizes para o funcionamento do primeiro curso de formação de oficiais do Exército Brasileiro²⁸, que ficava localizada onde hoje se situa o Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Ao analisarmos um pequeno trecho da Carta Régia, vemos que além de priorizar a segurança do reino, formando oficiais hábeis para o Exército, o monarca pretendia também formar engenheiros, com a finalidade de construir estradas, portos, canais, pontes e as demais necessidades para o desenvolvimento do seu reino.²⁹

D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e Algarves etc. faço saber a todos os que esta carta virem, que tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem público dos meus vassallos, e a defesa e segurança dos meus vastos domínios, que estabeleça no Brasil e na minha atual Corte e Cidade do Rio de Janeiro, um curso regular de Sciencias exatas e de observação, assim como de todas aquellas que são applicações das mesmas aos estudos militares e práticos que formam a sciencia militar em todos os seus defficeis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos e estudos se formem hábeis officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo officiaes da classe de Engenharia geographos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objectos administrativos de minas, de caminhos, canaes, fontes e calçadas: hei por bem que a minha atual Corte e cidade do Rio de Janeiro se estabeleça uma Academia Real Militar [...]³⁰.

25 - Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br> > Acesso em 30 de março de 2017.

26 - Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Guerra. Permaneceu no posto de 1808 a 1812. Elevação de D. Rodrigo a conde com grandeza de Linhares. Disponível em:< <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br>> acesso em 25 Abr 17.

27 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p. 17.

28 - Idem.

29 - Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: Editora IPSIS, 2011, p.35.

30- Trecho da Carta Lei da Fundação da Academia Real Militar na Corte do Rio de Janeiro. Carta Lei- de 4 de Dezembro de 1810. *Apud*, Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: Editora IPSIS, 2011, p. 45.

O Estatuto de 1810 previa o currículo da Academia com a duração de sete anos. Segundo o antropólogo Celso Castro, pelo Regulamento de 1810, havia um estatuto de desigualdades entre as Armas: enquanto os estudos de Infantaria e Cavalaria durariam dois anos, os de Artilharia e Engenharia, consideradas Armas científicas, teriam a duração de sete anos.³¹ Para Motta, somente no século XX, com a Infantaria e a Cavalaria dotadas de armas automáticas é que as Armas foram vistas em pé de igualdade.³²

Tabela 1 Currículo de 1810.

Período	Disciplina
1º Ano	Aritmética, Geometria, Trigonometria e Desenho.
2º Ano	Álgebra, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho.
3º Ano	Mecânica, Balística e Desenho.
4º Ano	Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho.
5º Ano	1) Tática, Estética, Castrametração, Fortificação de Campanha, Reconhecimento do Terreno. 2) Química.
6º Ano	1) Fortificação Regular e Irregular, Ataque e Defesa de Praças, Arquitetura Civil, Estradas, Portos e Canais. 2) Mineralogia e Desenho.
7º Ano	1) Artilharia, Minas. 2) História Natural.

Fonte: Motta, 1998, *op. cit.*, p. 22-23.

O Estatuto de 1810 previa um currículo com uma diversidade de assuntos teóricos, que mesmo estando previstos, pouco se realizavam em termos práticos, podendo ainda ser acrescido um 8º ano para o ensino de História Militar.

A Academia nascia assim, com dupla destinação: seria Escola Militar e também Escola de Engenharia. Essa dualidade de funções sofreu várias críticas daqueles que defendiam que esse modelo de ensino sobrecarregaria o seu currículo.³³ Porém, longe de ser considerado um erro, o currículo de 1810 visava deliberar os problemas de segurança e desenvolvimento do reino, sendo a academia, antes de tudo, filha do seu tempo.

31 - CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004, p. 106

32 - MOTTA, Jehovah. *op. cit.*, p. 22.

33 - Idem.

Nesse momento vale destacar, que a disputa entre ensino teórico e prático na Escola de Formação de Oficiais do Exército durou por um longo período, o que ocasionou, em 1874, a divisão em duas escolas de formação, a que permaneceu no Largo de São Francisco, passando a se chamar Escola Politécnica, e a outra seria na Praia Vermelha, também conhecida como Escola de Aplicação. As duas escolas militares sofreram mudanças de denominação, estatutos e regulamentos, desde o início da sua criação, cujos desdobramentos iremos analisar mais adiante.

Tabela 2 - Evolução da Escola Militar situada no Largo do São Francisco.

Período	Denominação
1811-1822	Academia Real Militar
1823- 1831	Imperial Academia Militar
1832- 1838	Academia Militar da Corte
1839-1857	Escola Militar
1858- 1874	Escola Central

Fonte: Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército. Brasília-DF. CCOMSEx. XXXIX, n. 209. Jan/Fev/mar 2011. 60 p. Edição especial.

Segundo Castro, o surgimento da Academia Militar se insere em dois contextos históricos: um mundial, de criação de escolas militares na França, Prússia, Estados Unidos e em outros países; e outro de criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, como a Real Academia dos Guardas-Marinha (1808), as escolas de medicina no Rio de Janeiro e Salvador (1813-1815), a Academia de Belas Artes (1820), e aos cursos de Direito de São Paulo e Olinda (1827).³⁴

Sua primeira sede foi ocupada em caráter emergencial, aproveitando-se da instalação do Trem ou Arsenal do Trem de Artilharia, porque como o local escolhido pela Corte para instalar a primeira sede da Academia Real Militar, que foi o edifício inacabado localizado no Largo do São Francisco, na cidade do Rio de Janeiro³⁵, não teria a sua obra acabada dentro de um tempo hábil, resolveu-se ocupar de forma improvisada as instalações do Arsenal Real do Trem de Artilharia, a Casa do Trem,³⁶ onde hoje se localiza o Museu Histórico Nacional.³⁷

O local foi escolhido porque ali funcionava a Real Academia de Artilharia,

34 - CASTRO, Celso. *op. cit.*, p. 106.

35- Onde hoje funciona o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

36 - Era chamada por esse nome porque era assim que os portugueses chamavam os lugares onde ficavam os utensílios bélicos guardados para a defesa da cidade, e mais tarde abrigou o Arsenal de Guerra. Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: < www.aman.ensino.eb.br.> Acesso em 09 Mar 17.

37- Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: Editora IPSIS, 2011, p. 54.

Fortificação e Desenho, considerada por alguns pesquisadores, a primeira Escola Militar das Américas, fundada pelo Vice-Rei, Conde de Resende, em 17 de dezembro de 1792. A criação desta academia possibilitou realizar a formação militar em todas as Armas, de acordo com a capacidade intelectual e a escolha do aluno. Aos alunos destinados a Infantaria e Cavalaria, o curso tinha a duração de três anos, aos destinados a Artilharia de cinco anos e aos destinados à "profissão" de engenheiros o curso durava seis anos.³⁸ Apesar da sua existência ter sido anterior à Academia Real Militar (1811), foi esta considerada a “raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras”, cuja origem gerou alguns debates.

Segundo historiador Claudius Gomes de Aragão Viana, no Anuário da Escola Militar do ano de 1914, encontra-se um artigo intitulado *A evolução do ensino militar no Brasil*, escrito pelo tenente coronel Joaquim Marques da Cunha, onde ele aponta que a Aula de Fortificação, criada no Rio de Janeiro por meio da Carta Régia de janeiro de 1699, seria a origem do ensino militar no Brasil.³⁹ Machado também se refere a essa aula em 1699, afirmando inclusive que havia um capitão-engenheiro da Capitania do Rio de Janeiro, Gregório Gomes Henriques de Matos, responsável por ministrar instrução aos militares. No entanto, o autor destaca que “a carência de material de ensino (livros, compassos), a transferência do instrutor e a política externa portuguesa em relação ao contexto europeu prejudicaram o estabelecimento definitivo das instruções régias na colônia.”⁴⁰

Já para Telles, a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792, deveria ser o marco da origem do Ensino Militar no Brasil.⁴¹ No entanto, Motta refuta essas origens da Academia Militar. O autor defende que ela se originou mesmo em 1811, na Academia Real Militar, devido a regularidade e a organização de suas aulas. Para ele, as escolas militares anteriores a 1811 tiveram sempre um funcionamento precário, e diziam respeito mais à instrução nos corpos de tropa do que à formação sistematizada da oficialidade.⁴²

Em concordância com Motta, o sociólogo Jefferson Gomes Nogueira, afirma que nessa época, considerada por ele germinal, que foi antes da chegada da Família Real no Brasil

38 - MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução da Formação Militar: Escolas e Reformas no Ensino do Exército Brasileiro. In DURLAN, Puppim de Faria, (org). Introdução a História Militar Brasileira. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, p.318.

39 - VIANA, Claudius Gomes de Aragão. História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais, p.64.

40- MACHADO, Elton Licério Rodrigues, org. *op cit*, p, 318.

41- TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.*apud*, VIANA, Claudius Gomes de Aragão. *op cit*, p.64.

42 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p. 19.

(1669-1808), o ensino era precário e improvisado. Para o autor, a chegada da Corte Portuguesa e da família real em janeiro de 1808, demandou o planejamento de uma reestruturação do Exército, visando uma força militar mais eficiente e menos amadora.⁴³

Seguindo a linha de pensamento de Motta, acreditamos que a origem da Academia se deu mesmo em 1811, com a Academia Real Militar, que veio a se confirmar, como vimos neste trabalho, por meio do Decreto nº 1.718, de 17 de junho de 1937, do presidente Getúlio Vargas, que oficializou a data de criação da Academia Militar, em 1811.

Contudo, apesar da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, ter sido localizada de improviso, e por isso inadequada para os trabalhos que ali seriam realizados, serviu de base para os primeiros cursos da nova escola, que eram os de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros militares e civis. A turma matriculada naquele ano de 1811, tinha um total de setenta e três alunos com características extremamente diversificadas, tanto em termos etários quanto de nacionalidade ou de status quanto aluno.⁴⁴ Seu primeiro comandante foi o tenente-general Carlos Antônio Napion, hoje patrono do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro. Porém, foi com o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos⁴⁵, através do Estatuto de 1833, que a Academia passou a ter um único comandante, com todas as características de uma chefia militar.⁴⁶

As obras iniciadas no Largo do São Francisco foram concluídas no início de março de 1812, e no dia 28 de março do mesmo ano, o Presidente da Junta Diretora, Carlos Antônio Napion, junto com os deputados⁴⁷, baixavam a portaria para a mudança da academia para o local definitivo e providenciaram para que as aulas tivessem início no dia 11 de abril de 1812. Segundo Motta “O início das aulas na Academia Militar foi de grandes dificuldades, devido a pobreza intelectual da época, a falta de livros e a ausência de saber especializado”.⁴⁸ Apesar das dificuldades, foi possível reunir a primeira equipe de professores da Academia Militar e iniciar o ano letivo.

A falta de um comando unificado, a ausência de internato, as poucas regras militares na academia, e ainda, o fato de que o curso da academia não ser considerado indispensável

43 -NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação militar no Brasil: Um breve histórico= Military education in Brazil: A Brief history. CAMINE: Caminhos da Educação= Camine: Ways of Education, v. 6, n. 1, 2014. p. 2.

44 - Quanto a diversidade do corpo discente, ver CASTRO, Celso. *op cit*, p.106

45 - Um dos articuladores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

46 - MOTTA, Jehovah. *op. cit.*, p. 62.

47 - Nessa época o comando da Academia era composto por uma Junta Militar que possuía cinco membros, devendo ser o seu presidente um tenente-general do corpo de Artilharia ou Engenheiros. Os outros membros seriam: um, o diretor do Real Arquivo Militar, e os demais, pessoas competentes, conceituadas como “hábeis nos estudos científicos e militares”. MOTTA, Jehovah, *op. cit.*, p.31.

48 - MOTTA, Jehovah, *op. cit.*, p. 38.

para o ingresso no oficialato, contribuíram para o baixo número de alunos matriculados, setenta e três na primeira turma, o que ajudou o fracasso do Estatuto de 1810. Reunindo-se apenas uma vez por mês, a Junta Militar deveria decidir sobre matrículas, horários, organização de bancas examinadoras, alunos a serem premiados, e sobre problemas disciplinares e de administração, o que a deixava sobrecarregada.⁴⁹

A soma desses fatores também contribuiu para que a indisciplina na academia fosse vista como um fato recorrente. Para o general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, comandante da Escola Militar na Praia Vermelha (1855-1858 e 1860-1879), o motivo da indisciplina dos alunos era a falta de uma educação militar rigorosa. Para Polidoro, os alunos provenientes do Largo de São Francisco eram vistos como poucos comprometidos com a vida militar, e destacava que um dos motivos dessa falta de comprometimento era que o regulamento de 1810 previa um regime escolar de externato e um número bem reduzido de regras militares.⁵⁰

No livro, *Duque de Caxias um homem por trás do monumento*, a historiadora Adriana Barreto de Souza, relatou as constantes faltas: 21 faltas não justificadas no total, do aluno Luiz Alves de Lima e Silva (o Duque de Caxias), que ingressou na Academia Militar em 1818. Adriana Barreto também narra a precariedade da formação militar dos alunos da Academia Militar. Segundo a autora, a academia vinha sofrendo com escândalos e a falta de investimentos e, mesmo que tenha apresentado certa organização no início, era praticamente uma instituição desmilitarizada, onde os alunos saíam mais como intelectuais do que como militares.⁵¹

No entanto, acreditamos que os diversos conflitos, internos e externos, que o Exército vivenciou ao longo de sua história, e as transformações pela qual o Brasil passou desde o período que a família Real desembarcou nos trópicos, contribuíram para que a academia viesse a se reestruturar, passando por várias modificações ao longo do tempo, tanto de sedes, como de regulamentos, armamentos, equipamentos, instruções e efetivos.⁵²

Pouco tempo depois da sua criação, em 1811, a Academia Militar vivenciou a fase mais crítica da rebelião dos escravos que estava acontecendo na Bahia desde 1807, a que ocorreu em 1814. Nesse conflito os moradores e a milícia local conseguiram sufocar a

49 - *Idem*, p.31

50 - CASTRO, Celso. *op cit.* p. 114.

51 - SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Civilização Brasileira, 2008.p. 118.

52 - Quanto a essas mudanças ver: Barroso, Gustavo, 1888-1959. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 2000.

revolta.⁵³ Essa revolta em nada influenciou na rotina da academia, o que pode ser justificado pela sua prematuridade e pela falta de prática em combate, pois seus estudos eram demasiadamente teóricos.

O “batismo de fogo” da academia estava por vir. Terminada essas primeiras revoltas na Bahia, a Colônia se viu envolvida em outro conflito interno, que foi a Revolução Pernambucana de 1817. Pela primeira vez um conflito iria interferir nas atividades da academia. Inspirados nos ideais republicanos da França e dos Estados Unidos, a Revolução Pernambucana tinha como objetivo principal a conquista da independência do Brasil em relação a Portugal. Vários fatores contribuíram para a insatisfação dos pernambucanos em relação ao domínio português. Para esse pesquisa, porém, achamos importante relacionar o envolvimento das Forças Armadas nesse conflito, o que se deu, quando um militar brasileiro agrediu um militar português, que o havia insultado, gerando insatisfação na oficialidade portuguesa, que era dominante, e que mandou punir os militares brasileiros envolvidos. Segundo o historiador brasilianista norte-americano Henry Hunt Keith “Os oficiais portugueses, por seu turno, não relutavam em arrogar-se essa superioridade no trato dispensado em geral a milicianos e cidadãos que lhes eram inferiores”.⁵⁴ Quando um oficial português, devido a agressão, tentou prender três oficiais brasileiros, foi assassinado pelo capitão José Inácio de abreu e Lima, “O Leão Coroado”, com golpes de espada. O capitão Domingos Teotônio, líder da revolta, começou a agir com vista a implantar um governo republicano em Pernambuco. O governador capitulou sem resistir, fugindo para o Rio de Janeiro. No dia 23 de abril de 1817, o governo enviou uma esquadra a fim de sufocar a revolta e teve início uma repressão dura e violenta contra os revolucionários, simpatizantes e suspeitos, que não resistiram a reação do governo. Os líderes da revolta foram fuzilados e decapitados. O fato é que a Revolução de 1817 provocou no Brasil a criação de vários corpos de tropa, como em Recife, Bahia e Rio de Janeiro, todos fiéis à causa portuguesa, que, anos mais tarde, irão tentar impedir o movimento de emancipação política.⁵⁵

Ao contrário do ocorrido nas revoltas anteriores, onde não houve mudanças na rotina da academia e nem militares pertencentes a ela se envolveram, na Revolução Pernambucana já podemos constatar a participação de alunos, professores e oficiais egressos da academia, como foi o caso do capitão de Artilharia José Inácio de Abreu e Lima, aluno da academia em

53 - REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 15, n. 28, p. 68-115, 2014.

54 - KEITH, Henri Hunt, 1926- Soldados salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 a 1924 em perspectiva histórica. Introdução de Antonio de Pádua. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989, p. 6.

55 - O Exército na história do Brasil. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. Ed., Salvador, Ba: Odebrecht, 1998. 3v.; II col.

1811, que recebeu a patente de capitão em 1816. Preso pelos portugueses no Forte São Pedro em 1817, acusado de insubordinação e desordem, viu seu pai sendo fuzilado por suspeita de ligação com os revolucionários. Em outubro desse mesmo ano, conseguiu fugir com a ajuda de membros da maçonaria, deixou o Brasil rumo aos Estados Unidos da América, onde não permaneceria por muito tempo. De lá, foi levado para Venezuela por um diretor de um periódico ligado a Simão Bolívar, *O Correo del Orinoco*, onde iniciou a sua experiência no exílio. Admitido como capitão de Simão Bolívar, em 1819, recebeu o título de libertador da Nova Granada. No decorrer de vinte anos combateu ativamente em diversas campanhas militares, participou da criação da República da Colômbia, lutou pela libertação do Peru e pela criação da Bolívia, onde se destacou como sendo o primeiro general de Simon Bolívar com formação militar acadêmica.⁵⁶

A interferência na rotina da academia ocorreu quando vários alunos tiveram que trancar a matrícula e foram enviados por D. João para compor as fileiras da tropa da Corte a fim de sufocar a revolta. Segundo Motta, até os professores deixaram suas cátedras com o mesmo destino.⁵⁷ A revolução contribuiu para que a situação na academia piorasse, pois neste momento toda a atenção do Governo estava voltada para os rebelados, ficando os problemas da academia em um segundo plano. Além disso, a revolução serviu também para mostrar que muito ainda tinha que ser feito para consolidar o Rio de Janeiro como centro de comando da realza sobre a periferia provincial. De modo geral, acreditava-se que quanto mais longe da capital estivesse a província, mais fraco seria o controle político, econômico e social sobre ela exercido.⁵⁸

Em 1821, a ascensão de D Pedro I, ocasionada pelo regresso de D. João a Portugal, assinalou o início do movimento de independência no Brasil. Novamente a academia iria se ver envolvida em mais uma revolta, só que dessa vez não seria em campanha, mas sim, no campo ideológico. Segundo Motta, alguns lentes⁵⁹ da academia participaram de forma ativa nesse episódio, escrevendo em jornais de combate, aliciando grupos de resistência, ou integrando o Parlamento após 1824.⁶⁰ Apesar de não ter encontrado registros, o autor considera que dificilmente os alunos ficariam completamente alienados à revolta, devido principalmente à proximidade da Academia do Rocio, palco em 1821 de comícios políticos e militares, e ainda pelo fato de terem sido realizadas várias prisões de oficiais brasileiros pelos

56 - DE MATTOS, Selma Rinaldi. Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

57 -MOTTA, Jehovah, p.36.

58 - KEITH, Henri Hunt, 1926- *op cit* , p. 5.

59 - Como eram conhecidos os professores.

60 - MOTTA, Jehovah. *op cit.*, p.36.

portugueses, mexendo com o brio da jovem oficialidade.⁶¹ Segundo Henry Hunt Keith “a luta pela independência no Brasil foi afortunadamente breve, e durou pouco mais de um ano.”⁶²

Após a independência e sendo constituído o Império do Brasil, o nome da Academia Real Militar foi modificado para Imperial Academia Militar.⁶³ Essa época foi de muitas dificuldades para o Exército, dificuldades que se refletiam na academia, pois a Confederação do Equador em 1824 e as novas lutas no Sul em torno da Província Cisplatina, no período de 1825 a 1828, mostraram que as atividades militares realizadas na academia estavam totalmente diversas daquelas praticadas em campanha.⁶⁴ D. Pedro perdeu a guerra, deixando o Exército desmoralizado e o tesouro falido,⁶⁵ levando o Marques de Barbacena, que havia assumido o comando das forças em operações na Argentina, informar a Pedro I que “o Exército estava nu, descalço, sem munição de guerra e boca, sem remédios, sem cavalos e, reduzido a mais humilde defensiva”.⁶⁶ O brigadeiro Cunha Matos, discursando na Câmara dos Deputados, afirmou que “É indispensável tornarmos a ganhar a nossa antiga superioridade no teatro de guerra, e esta não se consegue sem a reforma da disciplina e o aumento das forças físicas do Exército”.⁶⁷ Em face desses conflitos internos e externos sobre o nascente império, D. Pedro I procurou realizar algumas pequenas modificações no Exército, e num tom ufanista declarou que “O Exército está pronto em armamento, pessoal e em disciplina e, em breve, chegará ao auge”.⁶⁸

Mas foi apenas em 1831, com a abdicação de D. Pedro I, quando se deu início às Regências (1831 a 1840) e posteriormente ao Segundo Reinado (1840 a 1889), que a situação do Exército se modificou, passando a ser inclusive mais valorizado.⁶⁹ Nesse longo período, várias revoltas se estenderam de norte a sul do país, dentre as quais podemos destacar: A Cabanagem no Pará (1835 a 1840), Revolta dos Malês na Bahia (1835), Balaiada no Maranhão (1838 a 1841), Sabinada na Bahia (1837 a 1838), Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835 a 1845), Revolução Praieira em Pernambuco (1848 a 1849), cuja grande

61 - *Idem*, p.37.

62 KEITH, Henri Hunt, 1926- *op cit* , p. 7.

63 - CASTRO, Celso, *op cit*, p.107.

64- Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: Editora IPSIS, 2011, p. 54.

65 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.25.

66 - AGUIAR, Antônio Augusto da Costa. Vida do marquês de Barbacena. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

67 - Anais da Câmara dos Deputados, in. Motta, Jehovah, *op cit*, p. 55.

68 - BENTO, Cláudio Moreira (org) et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil- Lutas Internas (1500-1916). Resende-RJ: FAHIMTB/IHTRGS, 2014, p.91.

69 - Em 1837 o Regente conservador, Pedro de Araújo Lima, promulgou um Decreto trazendo grande número de oficiais de volta à ativa e restabelecendo de fato o Exército. In SCHULZ, John. O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894). EDUSP: São Paulo, 1994, p.26.

maioria era de caráter liberal, nativista, federalista e republicana.⁷⁰

Durante a Revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845), o imperador viu a dificuldade de se governar sem um Exército capacitado ao seu lado, pois muitos membros da Guarda Nacional⁷¹ se rebelaram contra o governo juntando-se aos separatistas.⁷² Segundo a historiadora Fernanda Nascimento, “A Guarda Nacional surgiu como um instrumento da elite liberal que, após a abdicação de D. Pedro I, desejava dismantelar o Exército [...] A Guarda disputou, com o Exército, o orçamento, as atenções e o status social. Subordinada ao Ministério da Justiça, ela possuía maior reconhecimento e distinção que o Exército”.⁷³

Em meio a esses conflitos no cenário nacional, houve na Academia Militar, depois de vinte e um anos desde a sua criação, o surgimento de um novo regulamento, o de 1832. Esse regulamento trazia consigo a responsabilidade de corrigir alguns pontos que foram considerados negativos no Estatuto de 1810. A partir dele se desencadeou uma série de reformas, pelo menos cinco, em um período de pouco mais de dez anos, 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845.⁷⁴

Na reforma de 1832, a Imperial Academia Militar foi unificada com a Academia de Guardas-Marinhas, passando a se chamar Academia Militar da Corte.⁷⁵ Com isso, ocorreram algumas modificações em sua estrutura de ensino e organização, que, porém, foram pouco eficazes. O comando da academia deixou de pertencer à Junta Militar e passou para a Junta de lentes, que, reunindo-se em congregação, seria presidido pelo mais antigo dos que se achassem presentes.⁷⁶ No currículo pouca coisa se alterou, mantendo o mesmo perfil desmilitarizado da Academia, vigente desde 1810. No dizer de Jehovah Motta “[...] uma escola militar sem militância, onde não se viam os uniformes, as formaturas, as normas próprias de um quartel”.⁷⁷ Celso Castro afirma que “essa fusão não durou mais que um ano, e dela sabe-se muito pouco”.⁷⁸

Na reforma de 1833, com o objetivo de militarizar a Escola de Formação de Oficiais do Exército, o ministro da Guerra, brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, separou-a da Academia de Guardas-Marinhas; unificou o comando, que deixou de pertencer a um

70 - KEITH, Henri Hunt, 1926- *op cit* , p. 17.

71-Criada através da Lei de 18 de agosto de 1831. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html> acesso em 26 Abr 17.

72 - SCHULZ, John, *op cit*, p. 26.

73 - NASCIMENTO, Fernanda. A Revista A Defesa Nacional e o Projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937). 2011, p.21.

74 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.57.

75 - CASTRO, Celso. *op. cit*, p. 107.

76 - Art.97 do Estatuto de 1832, in MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.60.

77 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.60.

78- CASTRO, Celso. *op. cit*, p. 107.

colegiado⁷⁹, a exemplo das academias da França, Inglaterra e Estados Unidos. A punição disciplinar e até mesmo a exclusão dos alunos seria atribuição do comando da academia; e passou-se a exigir o comparecimento às formaturas e o uso de uniformes pelos alunos militares. Na frente da reforma ficaria o brigadeiro Raimundo da Cunha Matos, que durante o seu comando, que duraria cerca de um ano, realizou o primeiro exercício no terreno da academia, realizado na Fortaleza da Praia Vermelha, e leu a primeira Ordem do Dia, ou seja, fez-se de tudo para criar na academia um ambiente de quartel.⁸⁰ Destacaremos aqui o currículo de 1833, por que ele foi o primeiro que “tentou” se afastar do currículo de 1810, dando ênfase as disciplinas militares.

Tabela 3- Currículo de 1833.

Período	Disciplina
1º ANO	Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho.
2º ANO	Álgebra, Geometria Descritiva, Mecânica, Cálculo Diferencial e Integral, Desenho.
3º ANO	Tática, Estratégia, Castrametação, Fortificação de Campanha, Artilharia, Física-Química, Mineralogia, Desenho.
4º ANO	Trigonometria Esférica, Ótica, Astronomia, Geodésia, Desenho.
5º ANO	Arquitetura Militar e Civil, Fortificação Permanente, Minas, Ataque e Defesa de Praças, Astronomia-Geodésia, Artilharia.
6º ANO	Hidroestática, Hidrodinâmica, Construção Prática, Desenho.

Fonte: Motta. *op cit.*, p, 77.

Em março de 1835, devido à forte oposição daqueles que eram contrários a militarização da academia, Cunha Matos deixou o seu comando. O novo ministro da Guerra, o brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto, que era lente de Artilharia da academia, e um dos que estavam insatisfeitos com a reforma implantada por Cunha Matos resolveu, por meio do decreto de 23 de fevereiro de 1835, fazer com que o Estatuto de 1832 voltasse a vigorar. Com isso a academia voltaria ao seu perfil desmilitarizado de outrora. Segundo Motta “Essa pequena reforma de 1835 anulou os progressos feitos no sentido da militarização da

79 - O comandante seria sempre um oficial tirado dos corpos de Artilharia ou Engenharia “corpos científicos”. Motta, Jehovah. *op cit*, p.61.

80 - Motta, Jehovah, *op cit*, p.61.

Academia e marcou um recuo no campo dos exercícios práticos”.⁸¹

Em 14 de janeiro de 1839, fortemente influenciado pela doutrina militar da Escola de Metz, na França, que possuía duas escolas de formação para oficiais: uma Politécnica, para os estudos científicos, e uma Escola de Aplicação, para a consolidação dos conhecimentos técnicos-profissionais.⁸² Cria-se, por meio do Decreto 25, de 14 de fevereiro de 1839, um novo Estatuto da academia e com isso ela passou a denominar-se Escola Militar⁸³. O curso passou a ter a duração de cinco anos e as disciplinas estavam de acordo com as necessidades militares. Foram criadas duas companhias, uma para Infantaria e Cavalaria e outra para Engenharia e Artilharia, e surgiu a figura do instrutor de curso.⁸⁴ O currículo de 1839 também merece ser colocado com destaque, pois foi o único que “se afastou” da sistemática do conde de Linhares, e os que vieram depois dele não obtiveram êxito.⁸⁵

Tabela 4 - Currículo de 1839.

Período	Disciplinas
1º ANO	Matemática Elementar, Operações Topográficas, Instrução prática de Infantaria e Cavalaria, Desenho Topográfico.
2º ANO	Tática, Fortificação Passageira, Castrametação, História Militar, Instrução Prática e Desenho Militar.
3º ANO	Análise Finita e Infinitesimal, Geometria Descritiva e Analítica, Física Experimental.
4º ANO	Mecânica Racional, Cálculo das Probabilidades, Química-Botânica, Desenho de Máquinas, Instrução prática de Artilharia e Engenharia e Estado Maior.
5º ANO	Minas, Fortificação Permanente, Ataque e Defesa de Praças, Construção de Máquinas e Desenho de Arquitetura Militar.

Fonte: Motta, *op cit.*, p.77.

No currículo de 1839 a instrução militar aparece como destaque, ministrada nos cinco anos de curso. No entanto, essa ideia de militarização da academia também não durou muito tempo e em 9 de março de 1842 foram eliminadas por uma nova reforma elaborada

81 - Idem, p.63.

82 - MACHADO, Elton Licério Rodrigues, org. *op cit*, p, 326.

83 - Ver tabela 2.

84 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.65.

85 - Idem, p.78.

pelo então Ministro da Guerra José Clemente Pereira (1841 a 1844), que era civil, e abandonou as ideias oriundas do ensino militar francês. O currículo passou a ter a duração de sete anos e o ensino passou a ser novamente científico, o que desagradou o antigo ministro Sebastião do Rego Barros, que presidira a reforma anterior, e agora, como deputado, pronunciou-se na Câmara, em 29 de maio de 1843: “Veio ultimamente uma nova reforma; e a falar com franqueza não vejo jeito na tal reforma. Ou a escola é militar ou é uma academia de ciências, física e química [...]. A escola deve ser inteiramente militar; mas se acaso a Assembleia lhe der nova organização, então forme-se uma nova academia destacada, mas o que é militar deve ser militar.”⁸⁶

Em 1844 o novo Ministro da Guerra, general Jerônimo Francisco Coelho, mesmo criticando o excesso de reformas pela qual passava a academia, resolveu realizar uma pequena reforma “mudando algumas disciplinas de uns para outros anos, acrescentando algumas matérias novas e suprimindo outras.”⁸⁷ Nela, foram introduzidos os títulos de bacharéis e doutores.⁸⁸

As reformas realizadas no período de 1832 a 1845 tinham como principal questão a disputa entre a formação militar e a formação civil dos alunos da escola militar, prevalecendo sempre a segunda opção, embora os currículos de 1833 e 1839, tentassem dirimir essa questão, dando ênfase ao ensino militar, logo tornando sem efeito por outras reformas. Somente no período de 1845 e 1850, a política militar do Brasil, aos poucos, foi mostrando que o Exército precisava se preparar para o pior, que era a possibilidade de guerra no Sul, que veio a se confirmar com os conflitos contra Oribe e Rosas.⁸⁹

A academia militar surge assim, em meio a várias mudanças e conflitos internos e externos que permearam o país, da monarquia à república. Coube ao Exército manter a integridade e a unidade nacional, defendendo as fronteiras e solucionando os conflitos internos. Em meio a vários conflitos e reformas, a Academia Militar cresceu e se consolidou como instituição e estrutura administrativa. O estado de beligerância e as transformações pelo qual o país estava passando a fizeram se adaptar as condições do país e as necessidades do Exército. Após sessenta e três anos, os trabalhos do Largo do São Francisco se encerram.

Além do Duque de Caxias, a academia foi responsável pela formação de inúmeros militares que tiveram participação marcante na vida militar e política do país, que lutaram nas

37 - CASTRO, Celso. *op.cit.*, p. 110.

87 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.69.

88 - Idem.

89 - A partir de 1847 começaram a aparecer apreciações e críticas visando a reformulação de todo o problema do ensino. Ver Motta, Jehovah, *op cit*, p.70.

Guerras de Independência (1822-1824), contra Rosas e Oribe (1851-1852), a da Tríplice Aliança (1865-1870). Dentre alguns podemos citar: o marechal Mallet, patrono da Artilharia; o tenente coronel Vilagran Cabrita, patrono da Engenharia; marechal Machado Bittencourt, patrono da Intendência, além dos ex-presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

1.2. Escola Militar na Praia Vermelha: o baluarte da república.

Acho que foi ao espírito altamente patriótico da mocidade militar, que foi particularmente à iniciativa desta, que devemos o movimento de 15 de novembro. Acho que ela, nesse período, representou nobilíssimo papel, de alta dedicação, de heroico civismo, e de que desejaria pudesse ser imitado por aqueles que são mais velhos.

Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiúva

O Segundo Reinado foi uma época de grandes transformações no Brasil, pois o país estava vivendo um pequeno surto industrial. Para Motta, o período de 1850 a 1874 “Foi um período de afirmação nacional em todos os domínios: econômico, político, cultural e militar”.⁹⁰ Em 1855 tivemos a construção das primeiras estradas de ferro, a Companhia Estrada de Ferro Pedro II (posteriormente, Central do Brasil), construção das linhas telegráficas, realização das grandes exportações de café, a navegação à vapor para a Europa, a entrada de capital inglês no país e a chegada dos primeiros imigrantes europeus.⁹¹ Novas ideias, como o abolicionismo e o republicanismo, também começaram a surgir e a Escola Militar na Praia Vermelha se tornaria o *locus* desses movimentos, sobretudo após a Guerra do Paraguai (1865 a 1870).⁹²

Em meio a tantas renovações e modernizações no Brasil, o Exército não poderia ficar de fora, era necessário realizar uma transformação de âmbito geral, livrar-se das mazelas do passado, como o recrutamento por levas forçadas, castigos corporais e fuga do serviço militar.⁹³ Precisava-se criar um Exército saudável, moderno e atrativo. Nesse ímpeto de modernização, destacaram-se as figuras de três ministros de Guerra, que governaram praticamente ininterruptamente de 1848 a 1857: os generais Manoel Felizardo de Souza e

90- MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.95.

91 - Escosteguy Filho, João Carlos. *Op cit*, p. 95.

92 - MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução da Formação Militar: Escolas e Reformas no Ensino do Exército Brasileiro. In DURLAN, Puppim de Faria, (org). Introdução a História Militar Brasileira. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, p.335.

93 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.102.

Melo, Luís Alves de Lima e Silva e Jerônimo Coelho.⁹⁴

Nesse período, os três ministros realizaram as seguintes criações: a) a criação da Comissão Prática de Artilharia em 1844, transformada em Comissão de Melhoramentos do Material do Exército em 1849, responsável pela busca de novas tecnologias militares. b) Em 1850, teremos a criação da Contadoria Geral da Guerra; da Comissão de Promoções do Exército, do Corpo de Saúde do Exército e da Repartição Eclesiástica do Exército. Teremos ainda a importantíssima publicação dos Regulamentos para Execução da Lei de promoções do Exército. c) Em 1851 há a publicação do Regulamento dos Inspetores dos Corpos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército; a criação de um curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul e a divisão do território nacional em Distritos Militares. d) Em 1852, foi lançado o primeiro Plano de Uniformes para o Exército. Em 1853 foi criada a Repartição do Quartel-Mestre General. e) Em 1855 foram criados o Batalhão de Engenheiros e a Escola de Aplicação do Exército, com a separação entre essa escola e a Central no Largo de São Francisco. f) Em 1858 foi criada a Repartição do Ajudante-General e em 1859 a Escola de Tiro de Campo Grande.⁹⁵

A Revolução Praieira de Pernambuco, encerrada em 1849, pôs fim ao ciclo de rebeliões do Segundo Reinado, trazendo uma fase de calma à vida do país.⁹⁶ Para Schulz, com o restabelecimento da ordem, os generais voltaram a sua atenção para a educação do corpo de oficiais.⁹⁷ Por outro lado, no cenário internacional, o Exército ainda continuava a sua luta contra Rosas, na Argentina, sob o comando de dois militares egressos da academia, que ficaram conhecidos posteriormente como Duque Caxias e General Osório.⁹⁸ A batalha terminou em 1852, com a vitória dos brasileiros. Com o desdobramento da guerra, o Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Sousa e Melo, demonstrou preocupação com o currículo da Escola Militar que, para ele, não oferecia condições ideais para a formação do profissional das Armas. Segundo o depoimento do capitão Eduardo Siber,⁹⁹ o problema do Exército não estava nos oficiais egressos da academia, e sim nos oficiais sem formação acadêmica, os chamados *tarimbeiros*, pois via-os “com despreparo técnico e a ausência de conhecimentos

94 - Idem, p. 99.

95 - JUNIOR, Alcemar Ferreira. A Fênix Imperial: o Exército Brasileiro nas décadas de 1850 e 1860. Anphu-XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina. 2005, p.3-4.

96 - Agulhas Negras: Tradição e Atualidade do Ensino Militar do Brasil. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, p.96.

97 - SCHULZ, John, *op cit*, p. 26.

98 - Patronos do Exército e da Arma de Cavalaria, respectivamente.

99 - Mercenário prussiano a serviço do Brasil na guerra contra Oribe e Rosas. Disponível em:< <http://www.eb.mil.br>> acessado em : 03 de maio de 2017.

profissionais”.¹⁰⁰

Procurando resolver o problema de formação do oficial, o ministro Manoel Felizardo criou a lei de promoção e seu regulamento. Essa lei determinava que só seriam promovidos ao posto de capitão os que possuíssem curso completo de estudos nas respectivas armas e fossem habilitados na vida arregimentada com aprovação na tática e na economia dos corpos.

Art. 8º Serão promovidos ao posto de Capitão, havendo vagas, os Tenentes ou Primeiros Tenentes mais antigos, que, além de terem o curso completo de estudos do seu respectivo Corpo ou Arma, e contarem dous annos de serviço effectivo n'este posto, tiverem as seguintes habilitações: 1ª Se forem do Corpo de Engenheiros, dous annos de pratica seguida nos trabalhos de engenharia militar e civil. 2ª- Se forem do Estado Maior da primeira classe, tres annos de serviço nos Corpos das Armas de Artilharia, Cavallaria, e Infantaria, sendo hum anno em cada Arma, e com aprovação da tactica e economiad'ella. 3ª Se forem da Arma de Artilharia, dous annos de exercicios praticos das differentes especies de bocas de fogo, e machinas usadas nos Exercitos em campanha, praças e baterias, e com aprovação da tactica e economia d'esta Arma. 4ª Se forem de Cavallaria ou Infantaria, dous annos de exercicios praticos de evoluções e manobras de Esquadrão, Regimento, ou Batalhão da respectiva Arma, e aprovação d'estas evoluções e manobras, e da contabilidade e economia de Companhia.¹⁰¹

Com essa Lei, a academia seria a única porta para o ingresso no oficialato, pondo fim ao oficial sem curso, o *tarimbeiro*. Porém, para que os antigos oficiais que lutaram em diversos conflitos pelos rincões do país e também fora dele, não se sentissem desprestigiados dentro do Exército, o projeto de lei aprovado na Câmara em 1858 determinou que metade das vagas dos cursos de Cavalaria e Infantaria fossem destinadas aos oficiais sem as habilitações exigidas por lei. Insatisfeito com essa medida e impondo uma contra proposta, o ministro Felizardo fez com que as vagas reservadas fossem de apenas um terço.¹⁰²

Outra solução encontrada pelo ministro Manuel Felizardo, foi a criação dos Cursos de Cavalaria e Infantaria no Rio Grande do Sul, aprovado pela lei nº 634, de 21 de setembro de 1851. O curso ficaria localizado onde estava a maior parte dos batalhões de Infantaria e dos regimentos de Cavalaria e era composto das matérias ensinadas do 1º ao 5º ano da escola militar. A criação do curso no Rio Grande do Sul refletia a crescente preocupação com os

100 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.101.

101- Decreto nº 772, de 31 de março de 1851. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br>> Acessado em: 03 de maio de 2017.

102 - MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução da Formação Militar: Escolas e Reformas no Ensino do Exército Brasileiro. In DURLAN, Puppim de Faria, (org). Introdução a História Militar Brasileira. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, p.332.

problemas militares da Bacia do Prata.¹⁰³

Tabela 5 - Evolução Militar na Escola Militar no Rio Grande do Sul.

Período	Denominação
1858-1860	Escola Preparatória da Província no Rio Grande do Sul.
1860-1863	Escola Auxiliar da Escola Militar (subordinada à Escola Militar da Corte)
1863-1864	Escola Preparatória da Província de São Pedro do RS.
1874-1881	Curso de Infantaria e Cavalaria
1881-1889	Escola Militar do Rio Grande do Sul
1889-1898	Escola Militar de Porto Alegre (Extinta em 1898 e os alunos transferidos para o Rio Pardo)
1905-1911	Escola de Guerra de Porto Alegre

Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista do Clube Militar. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan - mar de 1961, nº. 158. In RODRIGUES, Fernando.¹⁰⁴

Nesse período, a rede escolar do Exército se ampliou. Próximo à Guerra do Paraguai o Exército já possuía pelo menos quatro escolas: a velha Escola do Largo do São Francisco (1811), a Escola Militar situada na Praia Vermelha (1857), a Escola Militar no Rio Grande do Sul (1855) e a Escola de Tiro de Campo Grande, no Rio de Janeiro (1859). Esta última tinha por finalidade “aumentar o nível de instrução da tropa, treinando oficiais e praças no manejo das armas e tiro”.¹⁰⁵ A criação da Escola Militar na Praia Vermelha¹⁰⁶ e da Escola de Tiro de Campo Grande apontam para o fato de que antes da Guerra do Paraguai o Exército já vinha se preocupando com a militarização de seu efetivo, desconstruindo portanto a ideia de que eram apenas um bando de homens armados sem nenhuma instrução militar.¹⁰⁷

103 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.105.

104 - RODRIGUES, Fernando da Silva. Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

105 - MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução da Formação Militar: Escolas e Reformas no Ensino do Exército Brasileiro. In DURLAN, Puppim de Faria, (org). Introdução a História Militar Brasileira. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, p.332.

106 - Denominada Escola de Aplicação.

107- MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.117.

Em 1865 eclodiu a Guerra do Paraguai e as Escolas de Formação de Oficiais do Exército se viram envolvidas em outro conflito, só que agora, com proporções nunca antes vistas na América do Sul. Acreditando-se que a guerra seria rápida, resolveu-se paralisar parcialmente as atividades das escolas, enviando instrutores e alunos para o campo de batalha. Por conta desse fato “a Escola passou cinco anos inativa, reduzidos os seus trabalhos ao ensino de preparatório. Seguiram para o *front* o seu comandante, seus instrutores, os alunos e seu batalhão de engenheiros.”¹⁰⁸

A guerra contribuiu sobremaneira para visualizar os problemas enfrentados pelo Exército e elaborar transformação necessárias. Durante o combate, logo que os problemas foram aparecendo, o ministro Ferraz, junto com o imperador, determinou que fosse organizada uma comissão composta por destacados chefes militares, com a finalidade de rever e reformular a organização militar do país.¹⁰⁹ Por outro lado, ela contribuiu também para a decadência do Império, colocando à prova quase tudo, instituições, ideias, hábitos, partidos e homens.¹¹⁰

Cerca de quatro anos após o término da guerra, em 17 de Janeiro de 1874, foram introduzidas novas modificações no ensino militar, levando inclusive o general Polidoro a declarar que “A Escola Militar agora está capacitada para levar o Exército a poder rivalizar, em ilustração e disciplina, com o das nações mais adiantadas.”¹¹¹ Com essa reforma, a Escola Central deixou de fazer parte do ensino militar, passando a ser autônoma, sob jurisdição do Ministério do Império, continuando localizada no Largo de São Francisco e adotando a denominação de Escola Politécnica, berço das universidades de Engenharia no Brasil.¹¹²

Acreditava-se naquele momento que devido ao pequeno surto industrial que o Brasil estava vivendo, a Engenharia Civil deveria ter uma única escola de formação, separada do ensino militar. Por outro lado, o término da Guerra do Paraguai revelou a necessidade de concentrar os estudos militares em uma só Escola, a fim de dar mais atenção às instruções militares. Segundo Motta, essa separação veio a ser aprovada por meio do decreto 5.500, de 25 de abril de 1874.¹¹³ O desfecho dessa ação reflete o que se pensava desde a criação do Estatuto do Conde de Linhares (1810), que era separar o ensino da engenharia civil do ensino militar.

108 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.125.

109 - Fizeram parte desta comissão: Duque de Caxias, Paranhos, Manoel Felizardo (todos oriundos da Academia Real Militar). MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.103.

110- MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.103.

111 - *Idem*, p.148.

112- Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: Editora IPSIS, 2011, p. 62.

113- MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.22.

Logo que foram encerradas as atividades na Escola Central, em 1874, as atividades de ensino que eram compartilhadas entre aquela escola e a Escola Militar, passaram a ser centralizados na Praia Vermelha. Segundo Castro, “a Escola da Praia Vermelha, criada inicialmente para ser complemento da outra (Escola Central), cresceu continuamente em importância”.¹¹⁴

A Escola de Aplicação, como também era conhecida, começou a adotar as características que a AMAN possui na atualidade, pois pela primeira vez na história da academia começou a funcionar o regime de internato. O comandante seria um oficial general ou superior das armas científicas, o horário das atividades passou a ser meticulosamente controlado, começando às 05:00h e terminando às 22:00h, e foram realizadas as primeiras manobras militares.¹¹⁵ A Escola de Aplicação, como o próprio nome diz, tinha por finalidade colocar em prática os conhecimentos técnico-profissionais militares, criar “uma escola que também fosse um quartel -‘praça de guerra’.”¹¹⁶ Porém, na prática, em se tratando de instrução militar, quase nada se modificou em comparação ao período pré-guerra do Paraguai.

Com a nova mudança no plano geral de ensino, a Escola de Aplicação passou a denominar-se Escola Militar, tendo como um de seus alunos Benjamin Constant, um dos idealizadores da república. O aprendizado que o Exército obteve na Guerra da Tríplice Aliança fez com que as atividades realizadas na Praia Vermelha se ampliassem, a quantidade de alunos aumentasse, assim como o entusiasmo, a dedicação e o interesse pelas disciplinas que falavam de civismo e das causas nacionais.¹¹⁷ Como afirmou o general Tasso Fragoso “A vida nacional repercutia com extraordinária intensidade no seio dos alunos, alimentando-lhes o entusiasmo e as grandes esperanças no porvir”.¹¹⁸ Em concordância com o pensamento do general, Schulz vai dizer que “A propaganda desses movimentos civis¹¹⁹ contribuiu para a crescente participação política do corpo de oficiais durante o período de pós-guerra”.¹²⁰

Tabela 6 - Evolução da Escola Militar situada na Praia Vermelha.

Período	Denominação
---------	-------------

114- CASTRO, Celso. *Op. cit.*, p. 113.

115 - Durante 15 dias os alunos realizaram marchas, acampamentos, reconhecimento topográfico, organização do terreno, exercícios de tiro e esgrima. *Idem*.

116- MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.113.

117- Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: Editora IPSIS, 2011, p. 85.

118 - Agulhas Negras: Tradição e Atualidade do Ensino Militar do Brasil. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, p.96.

119 - Para Schulz, o abolicionismo, o republicanismo e o positivismo surgidos na Escola, eram de caráter fundamentalmente civis, *op cit*, p.76.

120 - SCHULZ, John, *op cit*, p. 76.

1855-1858	Escola de Aplicação do Exército
1858-1860	Escola Militar de Aplicação
1860-1861	Escola Militar
1881-1889	Escola Militar da Corte
1889-1898	Escola Militar da Capital Federal
1898-1905	Escola Militar do Brasil

Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista do Clube Militar. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan - mar de 1961, nº. 158. In: RODRIGUES, Fernando da Silva. *op.cit.*, p. 232

A partir de 1880 as ideias positivistas de Auguste Comte, o liberalismo de Hebert Spencer e o evolucionismo de Charles Darwin, se tornaram “guias intelectuais das novas gerações, dando rumos ao seu inconformismo.”¹²¹ Em 30 de julho de 1881, são implantadas modificações nos regulamentos das escolas militares, as ideias republicanas positivistas propagadas pelo agora mestre tenente coronel Benjamin Constant, antigo aluno de engenharia da Escola Militar e dela professor de matemática desde 1872, começaram a surgir e, posteriormente, a criar vulto na Praia Vermelha.¹²² Benjamin Constant acreditava que “O militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica [...] O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado [...] bem conhecer os seus deveres, não só militares, como, principalmente, sociais”.¹²³

Depois de Constant, a academia chegou a ter cinco instrutores positivistas em 1881 e, em 1884, sete dos trinta e oito instrutores da academia eram comtistas.¹²⁴ José Murilo de Carvalho contribui para essa estatística ao dizer que a influência positivista intensificou-se depois do ingresso de Benjamin Constant no quadro docente em 1872.¹²⁵

Esse fato causou um descontentamento no meio da oficialidade, levando o Ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo Paz, a criticar os programas ‘ eminentemente teóricos’, a ‘ pouca importância ligada à instrução militar’ e a ‘ difusão entre os alunos de estudos meramente especulativos, de teorias filosóficas, com prejuízo de instrução de que mais carece o militar’.¹²⁶

Para Carvalho, a Escola Militar, sobretudo após a entrada do positivismo, transformou-se num centro de estudos de Matemática, Filosofia e Letras, mais do que disciplinas militares.¹²⁷ Muitos alunos a chamavam inclusive de ‘ tabernáculo da ciência’.

121 - As ideias inconformistas da jovem oficialidade eram publicadas na Revista da Família Acadêmica. Ver MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.157.

122 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.154.

123 - *Idem*, p, 172.

124- SCHULZ, John, *op cit*, p. 77.

125- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro. Zahar, 2005, p.24.

126- CASTRO, Celso. *Op. cit.*, p. 113.

127- CARVALHO, José Murilo de. *op cit*, p.24.

Muitos oficiais daquela escola, depois de formados, gostavam de ser chamados de doutores dentro do Exército, seguidos pela patente, Dr. coronel, Dr. major, Dr. tenente, ou simplesmente Doutor, influenciados pelas doutrinas positivistas. Carvalho enfatiza que “o que se produzia naquela escola eram bacharéis fardados, que gostavam de competir com os bacharéis sem farda das Escolas de Direito”.¹²⁸ Porém, Motta e Castro, vão nos lembrar que os títulos de bacharéis e doutores foram introduzidos no meio militar desde 1844, antes do positivismo ganhar espaço na doutrina militar,¹²⁹ pois estes títulos eram sinônimo de *status* na sociedade.

A formação desses oficiais, com o direito de passar a usar, ao final do curso, o título de Doutor junto com o posto, os levava a se dedicarem a procurar funções públicas de relevo, deixando de contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Exército e descuidando-se da finalidade principal de sua formação, que era a preparação para a guerra e a defesa externa. Com o passar do tempo, os doutores passaram a dominar o ensino na Escola Militar e, em pouco tempo, o Exército foi dividido em duas classes: os doutores, que eram os alunos ou ex-alunos de Benjamin Constant, e os chamados pejorativamente de *tarimbeiros*, que era o grupo composto por oficiais mais velhos, quase todos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, muitos sem o curso na Escola Militar e que viam em Deodoro o seu exemplo.¹³⁰ Segundo Carvalho “A proclamação da República se deu graças à união dos dois grupos; os bacharéis entraram com o poder das ideias, os tarimbeiros com o poder da corporação. Pois sobre as divergências prevaleceu o espírito de corpo”.^{131 132}

O engajamento político da jovem oficialidade da Escola Militar na Praia Vermelha que vinha sofrendo uma crescente desde o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, foi interrompido apenas em 1904, por ocasião da Revolta da Vacina.¹³³ Os discursos acalorados feitos por Benjamin Constant, muitos deles direcionados a mocidade militar, exaltando a insatisfação do Exército com o Império, contagiou a jovem oficialidade, que acreditava que “tais discursos traduziam bem o espírito revolucionário e republicano que contagiava todos.”¹³⁴

128- *Idem*, p.25.

129 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.69. CASTRO, Celso. *op. cit*, p. 110.

130- CARVALHO, José Murilo de. *op cit*, p.25.

131- Espírito de corpo é um atributo que une os militares em um só objetivo, camaradagem.

132- CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p.28.

133- *idem*. A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. 1990, p.42.

134 - NASCIMENTO, Fernanda. A Revista A Defesa Nacional e o Projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937). 2011, p.20. Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS.

Mas lembrai-vos Sr. que o Exército é leão que dorme e que um dia se levantará raivoso atirando-se sedento sobre tudo que se lhe opuser à sua marcha impetuosa e então quem lhe oporá resistência? (...) Não é nem uma ameaça que vos faço, é a consequência inevitável do modo indigno porque é tratado o nosso Exército.¹³⁵

Benjamin Constant Botelho de Magalhães

Além da desvalorização que o Exército vinha sofrendo no período pós-guerra, outros fatores contribuíram para a insatisfação militar, seu engajamento político e conseqüentemente a queda do Império, como por exemplo, a manutenção do regime escravocrata e a Questão Militar (1886 a 1887). Refletiam nas fontes de abolicionistas e republicanistas como Silva Jardim e Joaquim Nabuco que diziam que “A escravidão é incompatível com um exército renovado”: pois “Enquanto houver negro escravo, não haverá soldado-cidadão”; e principalmente, que “Monarquia é sinônimo de exército antiquado e ineficiente”. Com esses ideais a jovem oficialidade aos poucos penetrava na questão do abolicionismo e do republicanismo.¹³⁶

A Questão Militar se deu quando o Império puniu os militares, coronel Cunha Matos e o tenente-coronel Sena Madureira, que se manifestaram na imprensa a respeito de questões relativas à política e ao Exército, caso que culminaria com a criação do Clube Militar, em 1887.¹³⁷ Segundo Nascimento “A criação do Clube institucionalizou a discussão política entre os militares e ajudou, com isso, a distanciar o Exército do Império.”¹³⁸

Nesse momento, o inconformismo técnico-profissional adquirido no período pós-guerra sai de cena nas escolas e nos quartéis militares, para dar lugar as questões como o abolicionismo e o republicanismo.

A participação dos alunos e professores nos movimentos que permearam os anos de 1880 a 1889 foram constantes, fazendo com que, na maioria das vezes, a academia ficasse no primeiro plano da cena política.

A Campanha Abolicionista foi a primeira grande questão a sensibilizar a escola e contou com o apoio do comando. Várias sociedades surgiram nesse período sob inspiração da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que tinha como fundador Joaquim Nabuco, em 1880; e da Confederação Abolicionista, fundada por José do Patrocínio, em 1883. Na Escola

135 - Carta de Benjamin Constant endereçada ao Ministro da Guerra interino do Império Cândido de Oliveira. Acredita-se que ela tenha sido escrita logo após um discurso de Constant realizado na Escola Militar na Praia Vermelha, direcionado aos alunos daquela Escola. NASCIMENTO, Fernanda. *Op cit*, p. 19.

136 - MOTTA, Jehovah. *Op cit*, p.150.

137 - NASCIMENTO, Fernanda. *op cit*, p. 22.

138 - *Idem*.

Militar surgiu a Libertadora da Escola Militar. Essas associações tinham por objetivo manter vivo o movimento, aliciando ativistas, organizando a participação do povo nas conferências, comícios e passeatas, promovendo a proteção dos escravos fugidos, e escrevendo e publicando artigos.¹³⁹ Os alunos também participavam de comícios, ora protegendo os oradores contra a sanha dos senhores de escravos, ora oferecendo segurança a Rui Babosa durante os seus comícios.¹⁴⁰

A Questão Militar penetrou na Praia Vermelha, inicialmente como forma de reunião de alunos, realizada em 2 de outubro de 1886, quando foi constatado que os alunos da Praia Vermelha iriam aderir as revoltas realizadas pelos alunos no Rio Grande do Sul, e também para prestar solidariedade ao tenente- coronel Sena Madureira que, como vimos, havia sido punido pelo Ministro da Guerra por ato de indisciplina. O problema se agravou, tomando maiores proporções, a ponto do Ministro da Guerra considerá-la como vivendo “(um) ambiente de franca sublevação” e sugerir ao Imperador o seu fechamento.¹⁴¹

Já a questão republicana, ao contrário da questão abolicionista, não contou com a ajuda do comando e os colocou em oposição aos chefes militares conservadores. Em 1878, já funcionava o Clube Republicano da Escola Militar, com sede em uma casa em Botafogo, onde os alunos reuniam-se secretamente e correspondiam-se com outras associações republicanas. Em 1885 apareceu outro clube republicano, também secreto, que difundia jornais e livros com conteúdo republicanos.¹⁴² Outro episódio que também marcou a participação da escola no evento republicano, foi o comparecimento em massa dos alunos no desembarque de Deodoro da Fonseca na Corte, em 23 de janeiro de 1887, o que ocasionou a demissão de seu comandante, Severiano da Fonseca, que era irmão de Deodoro, e a punição dos alunos.¹⁴³ Já em 1889, quando a propaganda republicana se intensificou, era constante a presença dos alunos à frente dos comícios.

A Proclamação da República foi efetivada na manhã do dia 15 de novembro de 1889, passando a ser considerado um momento- chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro.¹⁴⁴ Na madrugada desse dia, a escola, atendendo ao chamamento de Benjamin Constant, se pôs em forma, sob o comando do major Marciano

139- MACHADO, Elton Licério Rodrigues. *op cit*, p.337

140 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.201.

141 - *Idem*, p.202.

142 - MACHADO, Elton Licério Rodrigues. *Op cit*, p.337.

143 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.202.

144-15 de novembro de 1889: A proclamação da República. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica>>. Acesso em 11 de maio de 2017.

Botelho de Magalhães e rumou para a cidade, a fim de juntar-se às tropas em rebelião.¹⁴⁵

Proclamada a república agora era preciso defendê-la, pois ela trazia consigo algumas alterações capazes de “suscitar resistências vindas de interesses contrários, de hábitos e estilos porfiando por não desaparecerem.”¹⁴⁶ Nesse período tivemos duas Revoltas da Armada, a primeira em 1891, para depor o presidente Deodoro da Fonseca, e a segunda em 1893, para depor o presidente Floriano Peixoto, que se negou a deixar o cargo até que terminasse o mandato.¹⁴⁷ Ainda em 1893, tivemos as lutas pela consolidação da república, ocorridas no Sul do país, entre 1893 e 1895. Nesses episódios, segundo Motta, a escola fez-se florianista “os alunos foram tudo e fizeram tudo: foram combatentes de linha de frente, agentes de ligação, escolta de presos políticos, organizadores de batalhão populares.”¹⁴⁸

No entanto, os episódios ocorridos no Nordeste, entre 1896 e 1897, em que um grupo de sertanejos pobres, seguindo o seu líder, Antônio Conselheiro, resolveu criar “uma comunidade autônoma, desvinculadas das leis republicanas”,¹⁴⁹ na chamada campanha de Canudos, e as dificuldades que o Exército teve em combater os conselheirista, enviando três expedições, que foram derrotadas, para reprimir os opositores do regime republicano, revelaram a situação crítica que vinha sendo vivida dentro do Exército, pois muitos militares não sabiam como combater uma guerrilha, envolvidos que estavam na política. O fato levou o Ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo Paz, que ocupou a pasta durante quatro meses em 1897, a criticar o regulamento que estava em vigor na Escola Militar desde 1890, conhecido como Regulamento Benjamin Constant, que tinha uma diretriz fortemente teórica, influenciado pela doutrina positivista.¹⁵⁰

A fim de dirimir este problema, foi criada em 1897, uma nova lei cujas diretrizes eram: a) redução dos estudos teóricos e ampliação dos estudos profissionais; b) curso de três anos para as Armas de Infantaria, Artilharia e Engenharia, sendo que esta última teria mais dois anos de curso complementar; c) mudança de nome para Escola Militar do Brasil; d) criação das “escolas preparatórias de tática” uma em Realengo-RJ, e a outra em Rio Pardo-RS; e) extinção do título de cadete.¹⁵¹

145- MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.205.

146 - *Idem*, p. 206.

147- SILVA, João Barbosa da. A ação do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna na proclamação da República até a II Guerra Mundial. In DURLAN, Puppim de Faria, (org). Introdução a História Militar Brasileira. Resende. Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, p.207.

148 - MOTTA, Jehovah. *op cit*, p.208

149 - SILVA, João Barbosa da, *op cit*, p.212.

150 - CASTRO, Celso. *op cit*, p. 120.

151 - *Idem*.

Tabela 7 - Evolução das Escolas de Formação de Oficiais no Rio Pardo-RS e em Realengo-RJ.

Evolução da Escola de Formação de Oficiais em Rio Pardo-RS.		Evolução da Escola de Formação de Oficiais em Realengo-RJ.	
Período	Denominação	Período	Denominação
1890 a 1889	Escola de Infantaria e Cavalaria	1890 a 1898	Escola Prática do Exército
1898 a 1905	Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo	1898 a 1905	Escola Preparatória e Tática do Realengo
1905 a 1911	Escola de Aplicação de Infantaria a Cavalaria	1905 a 1913	Escola de Artilharia e Engenharia / Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia (duas escolas)
1911	A Escola foi extinta e seus alunos transferidos para Realengo	1913 a 1944	Escola Militar do Realengo

Fonte: RODRIGUES, Fernando. *op cit.*p.233 e 235.

A reforma de 1887 tinha como objetivo eliminar o positivismo arraigado no meio dos alunos, e assim, afastá-los dos assuntos políticos. Contudo, apesar da tentativa, os alunos continuaram a se interessar por assuntos que diziam respeito à política nacional. Pessoas jovens, cultas, orientados, em sua maioria, pelas paixões doutrinárias de seus mestres, julgavam-se capazes de se opor às decisões do governo. No entanto, desde 1894, o país passou a ser governado por civis, que representavam os interesses da agricultura cafeeira de São Paulo e Minas Gerais, que não suportariam as oposições feitas pelos alunos das escolas militares.¹⁵² Foi quando em 1904, durante o governo do presidente Rodrigues Alves (1902 a 1906), que os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha realizariam a sua última revolta, que ficou conhecida como a Revolta da Vacina.

A revolta se realizou no período entre 12 a 15 de novembro de 1904, na Capital Federal, onde grupos de populares, insuflados pela oposição ao governo, iniciaram um movimento sedicioso motivado pela decretação da vacina obrigatória contra a varíola, indicada pelo médico sanitário Oswaldo Cruz. O protesto logo assumiu feição política, e os alunos da Praia Vermelha e do Realengo, que ainda respiravam ares do positivismo, abandonaram as sedes de suas escolas, no dia 14, e marcharam, sob o comando do general Silvestre Travassos, rumo ao Palácio do Catete, onde foram contidos por tropas do governo.¹⁵³ Segundo Castro “Após a revolta de 1904, a Escola foi fechada e os alunos presos. Eles seriam anistiados pouco tempo depois, mas a Escola Militar só reabriria em 1906, e não

152 - MOTTA, Jehovah. *Op cit.*, p.209.

153 - Revolta da Vacina. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DA%20VACINA.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2017.

mais na Praia Vermelha”.¹⁵⁴ De acordo com Rodrigues:

Após a sedição militar que envolveu seus alunos, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina, a Escola Militar do Brasil foi fechada e dividida em quatro escolas: a Escola de Guerra de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Tática no Realengo e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia no Realengo, que tinham como ideia principal abandonar o cientificismo anterior e imprimir um conceito mais prático e objetivo na formação do oficial do Exército. As quatro Escolas que sucederam a Escola Militar do Brasil foram sendo unificadas até serem transformadas, em 1913, na Escola Militar do Realengo.¹⁵⁵

O fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1905, interrompeu as atividades de formação de oficiais para o Exército que ela vinha realizando por mais de trinta anos, onde estudaram tenentes e capitães que lutaram na guerra da Tríplice Aliança, entre eles: o marechal Hermes, Presidente da República; o marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante da FEB; o marechal Candido Rondon, Patrono das Comunicações, e muitos outros que depois foram ser instrutores na Escola Militar do Realengo.¹⁵⁶ Segundo José Murilo de Carvalho, a Escola “só voltou a funcionar no Rio de Janeiro em 1911, agora no Realengo.”¹⁵⁷

1.3. Escola Militar do Realengo: A escola de formação dos generais de 1964

A vontade de lutar pelo Brasil. A mim e à minha geração. Todo o pessoal da minha geração que tinha consciência começou a estudar os problemas brasileiros nessa época. A década de 20 foi uma época de transformação do Brasil, da mentalidade do jovem brasileiro, em luta pelo Brasil. Foi aí que sentimos que estávamos atrasados, que precisávamos produzir de qualquer maneira. E não era só atrasado politicamente, era econômica e socialmente.¹⁵⁸

Antônio Carlos Murici

Com o passar do tempo, a Escola Militar de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Prática do Realengo e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia no Realengo, que tinham como objetivos abandonar o bacharelismo da Escola Militar na Praia Vermelha e tornar a formação do oficial do Exército Brasileiro

154- CASTRO, Celso. *Op. cit.*, p. 122.

155 - RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 58.

156- Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: Editora IPSIS, 2011, p. 107.

157- CARVALHO, José Murilo de. *op.cit.*, p.27.

158 - Depoimento de Antônio Carlos Murici. Ex-aluno da Escola Militar do Realengo. Ao CPDOC, p.40.

voltada para as práticas militares (profissionais), se consolidaram em uma única escola, na Escola Militar do Realengo (1913 a 1944).¹⁵⁹

Tabela 8 - Escolas Militares de Porto Alegre, Rio Pardo e Realengo.

Porto Alegre		Rio Pardo		Realengo				
1906	1910	1898	1905	1898	1905	1908 a 1912	1912	1944
Ativa	Extinta	Ativa	Criada	Ativa	Extinta	Ativa	Ativa	Extinta
Escola de Guerra	Escola de Guerra	Escola Prep. e Tática	Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia	Escola Militar do Realengo	Escola Militar do Realengo			

Fonte: RODRIGUES, Fernando da Silva. *op. cit.* anexo G.

Segundo Motta, a consolidação das Escolas Militares' em uma única Escola foi sugerida ainda em 1907, pelo Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca (1906 a 1909), que nunca havia sido um entusiasta do regulamento de 1905, que dividia a Escola de Formação de Oficiais em quatro estabelecimentos de ensino.¹⁶⁰ E em 1911, quando já na Presidência da República (1910-1914), tomara as primeiras providências para a unificação das escolas militares, que se efetivou com a reforma de 1913. O autor relata ainda, que essa medida tinha por objetivo “concentrar e economizar meios, visando um ensino melhor.”¹⁶¹

Os gastos com as diversas escolas de formação foram também observados por Machado. Segundo o autor “As diversas Escolas espalhadas pelo território nacional tornaram-se um estorvo, pois grandes distâncias demandaram gastos excessivos.”¹⁶²

Portanto, com a unificação das escolas militares em 1913, a Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro ficaria centralizada no Rio de Janeiro, porém, em um horizonte totalmente diverso daquele que havia na Praia Vermelha: o Realengo, bairro situado cerca de 26 quilômetros dos acontecimentos políticos que ocorriam no centro da Capital Federal.

De acordo com Viana, dois fatores contribuíram para a escolha do Realengo como sede da Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro. O primeiro foi o fator político, por estar longe dos principais acontecimentos políticos da Capital Federal, o que poderia diminuir o interesse dos alunos por assuntos políticos. E o segundo seria o fator geográfico, por ser uma área rural com um baixo índice populacional, à época, o que facilitaria os exercícios militares no terreno. E o outro fator, que para o autor estaria ligado ao segundo,

159- RODRIGUES, Fernando da Silva. *op.cit.* p, 57.

160 - MOTTA, Jehovah. *op. cit.*, p.242.

161 - *Idem.*

162 - MACHADO, Elton Licério Rodrigues. *op. cit.*, p.345.

seria por já haver instalações construídas no local, e a possibilidade de ocupação imediata.¹⁶³

Tabela 9 - Instituições de ensino do Exército em Realengo, antes da criação da Escola Militar do Realengo (1913 a 1944).

Período	Denominação
1859-1890	Escola Geral de Tiro do Campo Grande
1890-1898	Escola Prática do Exército na Capital Federal
1898-1905	Escola Preparatória e de Tática do Realengo
1905-1913	Escola de Artilharia e de Engenharia/ Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia (as duas funcionavam juntas sob o mesmo comando)

Obs: Acrescente-se a Escola de Sargentos, que funcionou precariamente entre os anos de 1893 e 1896).

Fonte: VIANA, Claudios Gomes de Aragão. *op.cit.*p.59.

As instalações da Escola Militar do Realengo eram bem modestas, segundo Frank D McCain, na Escola Militar do Realengo.

[...] cada aluno tinha uma cama pequena e estreita, um colchão fino e duro e um baú com chave ao pé da cama para guardar os pertences. No refeitório, as mesas eram retangulares comportavam oito homens sentados em bancos sem encosto. A ração principal consistia em variações de feijoada. Não havia espaço para estudo tranquilo, e a biblioteca era pequena[...]. Não havia instalações para recreação, por isso os alunos ‘matavam o tempo’ com caminhadas pelas ruas do Realengo.¹⁶⁴

Além das instalações modestas citadas por McCain, Motta acrescenta que até os cadetes eram modestos, devido a sua totalidade ser de famílias pobres, e muito ligados ao povo pela origem e seu estilo de vida.¹⁶⁵ Estudos apontam que a composição social desses futuros oficiais do Realengo talvez tenha contribuído para formação à esquerda de muitos deles, como por exemplo, a de Luiz Carlos Prestes.¹⁶⁶

Apesar das modéstias citadas acima pelos autores, a Escola Militar do Realengo entraria de vez na história política e militar do Brasil, formando militares que em 1964 deram o golpe que derrubou o Presidente da República, João Belchior Marques Goulart (1961 a 1964), e instaurou a Ditadura Militar no Brasil.

Para Svartman, a escolha do Realengo visava atender às demandas expressas nas

163 - VIANA, Claudios Gomes de Aragão. História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo. Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2010, p.72.

164- MCCANN, Frank D. Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937). Editora Companhia das Letras, 2007, p. 314.

165- MOTTA, Jehovah. *Op cit*, p.213.

166 - CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Op.cit.* p.85.

sucedidas reformas do ensino militar que pretendiam formar novos oficiais que não fossem politicamente engajados como seus antecessores, formados na Escola Militar na Praia Vermelha e que tiveram intensa participação na Proclamação da República e na Revolta da Vacina.”¹⁶⁷

Uma das medidas de maior impacto tomadas para realizar a reforma, ainda em 1906, segundo José Murilo de Carvalho, foi o envio, pelo Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca (1906 a 1909), de jovens oficiais para servirem arregimentados no Exército Alemão, considerado o mais bem organizado na época.¹⁶⁸ Segundo Nascimento, essa medida teria sido realizada pelo receio que os militares brasileiros tiveram ao saber que desde 1904, o Exército Argentino enviara periodicamente militares à Alemanha, a fim de entrar em contato com as modernas técnicas de guerra europeias.¹⁶⁹

Motta completa esse pensamento, ao dizer que além de observar à modernização de países vizinhos, como a Argentina e Chile, a reforma de 1906 visava atender a três reivindicações da oficialidade: aumento de efetivos, modernização estrutural e aquisição de armamentos.¹⁷⁰

A situação do Exército no início do século XX foi analisada por Rodrigues como sendo uma instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção deles, as instalações e os quartéis eram precários, e eram baixos os orçamentos destinados a instituição pelo Congresso Nacional.¹⁷¹

Para dar início projeto de modernização do Exército, foram enviadas para a Alemanha três turmas de oficiais: em 1906, em 1908 e a última, em 1910, permanecendo por dois anos cada uma.¹⁷² De acordo com Rodrigues, o envio destes oficiais para a Alemanha só foi possível devido ao orçamento dotado ao Ministério da Guerra com objetivo de enviar oficiais brasileiros a qualquer país da Europa para fins de aperfeiçoarem seus conhecimentos e divulgarem nos corpos de tropas e nas escolas, sendo que a maioria escolheu a Alemanha como destino.¹⁷³ Esses jovens oficiais ficaram conhecidos pela literatura como *Jovens Turcos*,¹⁷⁴ e antes de regressarem ao Brasil traçaram um plano para difundirem os

167- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Formação Profissional e Formação Política na Escola Militar do Realengo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V.32, nº 63, p.281-299, 2012.

168- CARVALHO, José Murilo de. *Op.cit.*, p.27.

169 - NASCIMENTO, Fernanda. *Op. cit.*, p. 60.

170 - MOTTA, Jehovah. *Op. cit.*, p.215.

171- RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 99.

172- CARVALHO, José Murilo de. *Op.cit.*, p.27.

173 - RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 98.

174 - Referência aos jovens oficiais da Turquia de Mustafa Kemal que buscaram transformar e levar a modernização ao estagnado exército daquele país.

conhecimentos adquiridos no Exército Alemão, através principalmente da revista *A Defesa Nacional (ADN)*¹⁷⁵, fundada por eles em outubro 1913, logo após retornarem da Alemanha,¹⁷⁶ e publicada até os dias de hoje.

Para Nascimento, o papel desempenhado pela Revista ADN foi muito além de divulgar as ideias militares trazidas da Europa, como comumente a Historiografia à define, pois ela também deu relevo a discussão em relação à nação brasileira, trazendo para o campo de debate, a política e o futuro do Brasil como ente econômico e militar.¹⁷⁷

Rodrigues acrescenta esse pensamento, ao dizer que o espaço principal para a divulgação das novas ideias trazidas da Alemanha não era apenas a revista ADN, que era um espaço privado, mas também o Boletim do Estado Maior do Exército, espaço público e oficial da instituição.¹⁷⁸

Analisando o primeiro discurso da revista ADN, publicado pelos oficiais do Exército Brasileiro, em 10 de outubro de 1913, Rodrigues pôde perceber que para eles o Exército era a única força verdadeiramente organizada no interior de uma sociedade desestabilizada política e socialmente. Logo, seria dever do Exército, além dos fatores profissionais, tornar-se fator decisivo de transformação política e de estabilidade social.¹⁷⁹

Para Nascimento, os discursos que eram feitos por esses jovens militares em relação ao papel desempenhado pela instituição militar na formação e na construção da nação brasileira foram as suas marcas registradas, pois acreditavam na regeneração do Brasil através de um projeto de cunho militarista, que pretendia inculcar nos cidadãos brasileiros o amor à pátria, os valores nacionais e a consciência do papel do *soldado-cidadão* dentro de uma sociedade voltada para os princípios da defesa nacional.¹⁸⁰

Ainda segundo a autora, a outra bandeira defendida pelos *Jovens Turcos* era a necessidade de modernização e organização do Exército, a fim de atender às demandas da defesa nacional e do próprio Exército, causa que posteriormente foi abraçada pela oficialidade.¹⁸¹ A adesão da oficialidade às ideias dos *Jovens Turcos*, pode ser vista também em Rodrigues, que diz que uma grande parcela da nova geração de oficiais, formados a partir do Regulamento das Escolas Militares de 1905, com ênfase na prática, irá aderir aos novos

175 - O nome da Revista ADN também é uma analogia a revista escrita pelos jovens turcos.

176 - NASCIMENTO, Fernanda. *Op cit*, p. 60.

177 - *Idem*, p. 67.

178 - RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit*, p. 99.

179 - *Idem*, p. 100.

180 - NASCIMENTO, Fernanda. *Op cit*, p. 59.

181 - *Idem*.

conhecimentos trazidos pelos oficiais que estagiaram na Alemanha.¹⁸²

Segundo Castro, uma das medidas discutidas pelos Jovens Turcos foi a necessidade da formação do oficial durante toda sua carreira, não se resumindo aos anos da Escola Militar.¹⁸³ Essa medida, como podemos constatar, ainda é realizada nos dias atuais, com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (EsCEME), e ainda, com o envio constante de oficiais para realizarem diversos cursos no exterior, todas as ações com objetivo de aperfeiçoar a formação do oficial do Exército.

Em 1914 eclodiu a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918). Após a vitória aliada na guerra, ficou evidente a necessidade de serem realizadas modificações no ensino, em função de utilização de novos meios e métodos militares de emprego. Para Motta:

Com a guerra e depois dela, vieram as reformas substanciais de estrutura, o sorteio foi aplicado, acabando o recrutamento por levadas forçadas, os orçamentos se fizeram mais generoso, realizaram-se efetivos de maior porte, construíram-se quartéis, compraram-se armas automáticas e canhões, ampliaram-se arsenais e fábricas, e o ensino militar adquiriu um novo tom.¹⁸⁴

Para o autor, ainda que o Brasil não tenha enviado tropas para o *front*, a guerra haveria de servir como estimulante de uma política de fortalecimento das Forças Armadas.

Com o desfecho da guerra, a Missão Militar Alemã que viria atuar no Brasil, foi substituída pela Missão Militar Francesa, que foi contratada pelo Ministro da Guerra, general Alberto Cardoso de Aguiar. Segundo José Murilo de Carvalho “Os Turcos preferiam naturalmente uma missão alemã. Mas a derrota da Alemanha tornara inviável sua contratação, optando-se por missão de um dos vencedores”.¹⁸⁵ A missão tinha por objetivos: instruir o Exército e assessorar o Estado Maior nas encomendas de avião e armamento, na reorganização do quadro de oficiais e no enquadramento das Escolas Militares num esquema geral e coerente.¹⁸⁶

A partir de 1918, com a chegada da Missão Militar Francesa, foram realizadas outras grandes transformações no Exército e muitos oficiais brasileiros, incluindo os Jovens Turcos, foram selecionados através de concurso para o preenchimento do quadro de instrutores da Escola Militar, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser

182- RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 99.

183- CASTRO, Celso. *Op.cit.*, p. 123.

184 - MOTTA, Jehovah. *Op cit*, p.218.

185- CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p.28.

186 - MOTTA, Jehovah. *Op cit*, p.222.

instrutor, conforme o modelo alemão.¹⁸⁷ Esse grupo de oficiais instrutores ficou conhecido como Missão Indígena, e suas atuações foram marcantes para a escola.¹⁸⁸

Tabela 10 - Primeira turma de instrutores da Missão Indígena.

Infantaria	Cavalaria	Artilharia	Engenharia
1º Ten Eduardo Guedes Alcoforado	1º Ten Euclides de Oliveira Figueiredo	Cap Epaminondas Lima e Silva	1º Ten José Bentes Monteiro
1º Ten Nilton de Andrade Cavalcanti	1º Ten Antônio da Silva Rocha	1º Ten Plutarco Soares Caiuby	1º Ten Mário Ary Pires
1º Ten Demerval Peixoto	1º Ten Renato Paquet	1º Ten José Agostinho dos Santos	1º Ten Arthur Joaquim Pamphyro
2º Ten João Barbosa Leite	1º Ten Drozimbo Martins Pereira	1º Ten Luiz Araújo Correia Lima	-
2º Ten Odylio Denis	-	-	-

Fonte: Academia Militar das Agulhas Negras. Placa de bronze em homenagem a primeira turma de instrutores da Missão Indígena.

Segundo José Murilo de Carvalho, Juarez Távora, que frequentou a Escola de 1917 a 1919, disse em um de seus depoimentos sobre esses jovens: ‘Coube-lhes, sem dúvida, o mérito de darem à instrução das várias Armas uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera’.¹⁸⁹

Celso Castro também menciona um depoimento em que Cordeiro de Farias diz que “A primeira turma de alunos que deixou a Escola com formação verdadeiramente militar foi a minha, em 1919. Isso porque até a chegada da Missão Indígena éramos, tanto quanto possível, peritos em cálculo integral, física e descritiva, mas não havia instrução militar sistemática”.¹⁹⁰

As exigências profissionais, impostas pela Missão Indígena, e a crescente importância dada ao ensino militar, se intensificaram bastante na escola. João Punaro Bley, aluno da Escola Militar do Realengo (1918-1920) e futuro comandante da AMAN (1958-1960), descrevia os exercícios de campo como frequentemente desumanos: “Às quatro horas de instrução no sol e as areias quentes do Campo de Provas do Gericinó¹⁹¹ ‘quebravam’ qualquer um”.¹⁹² Svartman relata em seu artigo, publicado na Revista Brasileira de História,

187- RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 111.

188- CASTRO, Celso. *Op.cit.* p, 124.

189- CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*

190- CASTRO, Celso. *Op. cit.*, p. 124.

191- Campo de instrução militar, localizado no bairro de Magalhães Bastos-RJ

192- *Apud*.CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004, p. 124.

que Castelo Branco foi parar na enfermaria após as suas tentativas de superar as pistas de obstáculos que todos os cadetes tinham que percorrer com todo o equipamento de campanha.¹⁹³ Por sua vez, Juarez Távora relatou que a rotina da escola era intensa, iniciando-se as atividades às quatro e meia da manhã com o toque de alvorada e terminando somente às vinte e duas horas com o toque de silêncio, com intervalo somente das dezesseis às dezoito horas.¹⁹⁴

Esse foi um período de intenso dinamismo e de atualização de práticas e conceitos doutrinários. A profissionalização e as reformas realizadas neste período, tinham como referência simbólica o Exército Francês como o grande mudo, profissional e apolítico.

Essa questão de profissionalização do Exército, tornando-o apolítico, suscitou grandes debates na historiografia sobre o papel desempenhado pelos Jovens Turcos no processo de modernização do Exército. José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho são os principais defensores desta análise. Para estes autores, a ênfase na pesquisa e na atuação dos Jovens Turcos é dada à reforma militar do Exército e ao seu caráter apolítico.¹⁹⁵ Contrários a essa análise, Leila Capella e Alain Rouquié, destacam os aspectos políticos levados a cabo pelos Jovens Turcos no processo de modernização do Exército.¹⁹⁶

Acrescentando outra linha de análise a esse debate, o ex-presidente Ernesto Geisel, ex-aluno da Escola Militar do Realengo em 1925, em entrevista concedida a Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, não descartou a ideia de que na escola havia um ambiente politizado, porém, destaca que a politização ocorrida na Escola Militar não era por culpa dos professores (Jovens Turcos), mas sim, pelos alunos de turmas anteriores.

Já saímos da Escola Militar revolucionários, não por influência dos professores, mas por influência dos colegas, sobretudo de turmas mais avançadas [...] Daí resultou uma geração quase toda contaminada pelo espírito revolucionário [...] Segundo a tradição militar francesa, o Exército deveria ser o 'grande mudo'. Mas nós não aceitamos isso.¹⁹⁷

Acreditamos, portanto, que apesar do intenso profissionalismo introduzido pelos Jovens Turcos no processo de modernização do Exército, conforme os depoimentos dos ex-alunos Juarez Távora, Cordeiro de Farias e João Punaro Bley, mencionados acima, o caráter político não pode ser descartado, pois como vimos nas pesquisas dos historiadores Fernando

193 SVARTMAN, Munhoz Eduardo. Formação Profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. Revista Brasileira de História, vol. 32, nº 63, p. 286.

194- SVARTMAN, Munhoz Eduardo. *Op. cit.*, p. 84.

195- *Apud*, NASCIMENTO, Fernanda. *Op. cit.*, p. 67.

196 - *Idem*.

197- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.) Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 42.

Rodrigues e Fernanda Nascimento, que analisaram o primeiro editorial da revista ADN, os Jovens Turcos traziam para o campo de debate, a política e o futuro do Brasil como ente econômico e militar. Logo, acreditavam que seria dever do Exército, além dos fatores profissionais (soldado profissional), tornar-se fator decisivo de transformação política e de estabilidade social (soldado cidadão).

Como consequência desse ambiente profissional e político que se formou na Escola, em 5 de julho de 1922, a Escola Militar do Realengo se envolveu no movimento tenentista.¹⁹⁸ Este movimento tinha por objetivo impedir a posse do presidente Arthur Bernardes (1922 a 1926), depois do conturbado episódio das “cartas falsas”, em que atribuíam a ele a autoria das cartas que continham comentários desrespeitosos sobre os militares. Levantaram-se contra Arthur Bernardes a Escola Militar, o Forte de Copacabana, e a Guarnição Federal do Mato Grosso. O levante não obteve êxito e, em 15 de novembro de 1922, Arthur Bernardes assumiu a presidência do país.¹⁹⁹

O resultado desse levante foi que muitos alunos foram expulsos, instrutores foram presos, houve mudança de comando e o desaparecimento da Missão Indígena da Escola. Para o general Odylio Denys, um dos primeiros instrutores da Missão Indígena:

O fracassado levante de 1922 ocasionou os movimentos de 1924 e 1926, que também falharam. Tiveram, porém, sua continuidade, com os mesmos propósitos, na Revolução de 30, que também contou com o valioso auxílio dos participantes daqueles levantes anteriores; eles cooperaram também depois da vitória, fazendo parte dos quadros auxiliares dos novos governos resultantes da Revolução.²⁰⁰

Depois do fracassado levante de 1922, a Missão Militar Francesa começou a atuar. Embora chegasse em 1918, ela ainda não tinha implantado seu programa de reorganização do Exército, que começou apenas em 1924. Para Rodrigues, o fracasso do levante “facilitou a aceitação na Escola da Missão Militar Francesa em 1924, já na gestão do Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, que realizou, na época, nova reforma no Regulamento da Escola Militar.”²⁰¹

A reforma iniciada pela Missão Francesa, em 1924, tinha por objetivo mesclar os conhecimentos profissionais e a cultura geral dos oficiais. Segundo o depoimento do general Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra:

198- CASTRO, Celso. *Op. cit.*, p. 125.

199 - RODRIGUES, Fernando da Silva. *op cit.* p, 114.

200- DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro: memórias: 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, p.12.

201- RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op. cit.* p, 154.

Urge fazer a reforma de ensino na Escola Militar. Todos sentem que o plano atual está positivamente abaixo das exigências de cultura geral que deve ter um oficial, para o cabal desempenho das funções que lhe incumbem, como educador, como instrutor, como juiz eventualmente, como homem público e, até, como homem de sociedade. É fora de dúvida que um oficial que se destina aos altos postos não pode estar estritamente encerrado dentro dos horizontes das coisas da profissão, de todo alheio ao progresso do país em todos os seus aspectos, e por isso mesmo com uma visão falsa dos valores, na comunhão social.²⁰²

No entanto, conforme afirmou Svartman, a influência da Missão Francesa, para essa fração da jovem oficialidade, garantiu a internacionalização de um senso de profissionalismo e um padrão de organização moderno sem que houvesse, contudo, a adoção da imagem do Exército como sendo o grande mudo, alheio as questões políticas.²⁰³

Para Rodrigues, do ponto de vista político, a revolta na Escola Militar significava o retorno de movimentos rebeldes como o que acontecera em novembro de 1904, quando os alunos da Praia Vermelha participaram da Revolta da Vacina.²⁰⁴

Uma prova dessa politização foi que em 1930 a escola se envolveu novamente em outro movimento de cunho político, que foi a *Revolução de 1930*, pois segundo José Murilo de Carvalho, os oficiais envolvidos em 1922, entre os quais podemos citar: Juarez Távora, Siqueira Campos, Carlos Prestes, Eduardo Gomes, João Alberto, Nunes de Carvalho, Miguel Costa, Odylio Denys, e muitos outros, continuaram divulgando suas ideias contra a política em vigor.²⁰⁵

Corroborando com as ideias de José Murilo de Carvalho, Svartman também vai dizer que “Constata-se que muito do espírito de radicalismo e repulsa aos políticos civis e ao modelo liberal do início da República ainda circulava nos espaços de formação do oficialato brasileiro no período em questão”²⁰⁶. Apesar da ênfase no ensino profissional, a escola era um espaço politizado no qual os alunos alimentavam visões críticas à Primeira República. Segundo Geisel:

[...] Não encarávamos só o problema do ponto de vista do Exército, olhávamos o quadro geral do país, principalmente o político [...] Era o regime do coronelismo, dos favores recíprocos, que hoje em dia,

202- *Apud*. CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004, p. 126

203- SVARTMAN, Munhoz Eduardo. *Op. cit.*, p. 89.

204 - RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op. cit.* p. 120.

205- CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p.48.

206- SVARTMAN. Munhoz Eduardo. *Op.cit.*, p.288.

infelizmente, ainda existe muito na área política.²⁰⁷

Essa geração reativava à memória do ativismo político de seus predecessores da Praia Vermelha e construía uma autoimagem na qual posavam como moralmente superiores às oligarquias que governavam o país, e que, como tais eram a ‘sentinela do Regime Republicano’.²⁰⁸

De acordo com o general Odylio Denys, com a vitória da Revolução de 1930, o governo deu aos ex-alunos que participaram do levante em 1922 a possível reparação de suas carreiras. Tudo foi feito para completarem os seus cursos e assim serem oficiais do Exército, nos lugares que lhes cabiam de direito, sem prejuízo de seus colegas que cursaram depois de 1922.²⁰⁹

Contrário a opinião do general Odylio Denis, o general Ernesto Geisel afirmou que a anistia aos militares que participaram de 1922, sublevando a escola, causou graves problemas de hierarquia e disciplina dentro Exército, pelo fato deles terem preterido os que conseguiram se formar antes deles.²¹⁰

Corroborando com a fala do general Odylio Denis, McCann conclui que a rebelião de 1922 deixou cicatrizes em Realengo. Para o autor, o esforço de readmitir os estudantes expulsos foi motivo de constante irritação e um grande problema após a Revolução de 1930.²¹¹

Em outubro de 1930, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo, o coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1930-1934), o idealizador da AMAN, sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa e irmão de João Pessoa. Era tido como um oficial de hábitos formais, que apreciava o culto às tradições. Durante o seu comando, segundo a historiadora Marly Vianna, o coronel José Pessoa enfrentou três manifestações sob a orientação do Partido Comunista, e na terceira, segundo a autora, cerca de oitocentos cadetes se rebelaram contra as ordens de seu comandante.²¹²

Para Rodrigues, o coronel José Pessoa tornou-se o grande empreendedor das principais reformas executadas na Escola e na formação do oficial do Exército Brasileiro,

207- *Apud.* D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.) Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 46.

208- SVARTMAN. Munhoz Eduardo. *Op.cit.*, p.290.

209- DENYS, Odylio. *Op.cit.*, p.11.

210 - *Apud.* D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.).*Op cit*, p. 51.

211 - MCCANN, Frank D. *Op. cit.*, p. 316.

212 -VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade.* Companhia das Letras, 1992. p. 79.

passando o curso por uma fase de consolidação dos aspectos profissionais.²¹³ Diferente das outras reformas, a reforma idealizada pelo coronel José Pessoa não abrangia normas no ensino ou alteração curriculares, mas sim, as condições materiais do ambiente escolar e, sobretudo, a mentalidade. Segundo Celso Castro:

Já em seu primeiro boletim, de 15 de janeiro de 1931, ele afirmava: ‘O Exército, como instituição democrática por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza a instituição que primeiro e mais rapidamente deve se recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência’.²¹⁴

O novo comandante assumiu a Escola Militar decidido a estruturar uma nova formação para o oficial do Exército Brasileiro, criando uma nova mentalidade, afastando-o das principais influências decorrentes das atividades políticas desenvolvidas na Capital Federal, que punham em risco as atividades de ensino. O cadete, na concepção de José Pessoa deveria primar pela limpeza no sentido físico, moral e social, sendo figura de destaque e prestígio social.²¹⁵

Analisando o discurso de posse do coronel José Pessoa, publicado no Boletim Escolar nº 13, de 15 de janeiro de 1931, Rodrigues conclui que:

Deveria impor-se uma nova educação que modelasse e criasse uma elite militar nacional que agiria como vanguarda dos anseios do novo Estado instalado com a Revolução subsidiada pelo Exército. Elite que se estabeleceria tomando por base as principais culturas do mundo desenvolvido economicamente, tais como Estados Unidos da América, França e Inglaterra, representadas especialmente por suas Escolas de Formação de Oficiais (WEST-POINT, SAINT-CYR, SANDHURST).²¹⁶

De acordo com Castro, José Pessoa considerava as instalações da Escola Militar do Realengo inadequadas para a formação de oficiais, e idealizava uma construção em outro local. A nova localização teria vantagem de retirar os cadetes dos contatos e agitações políticas e as seduções altamente prejudiciais dos grandes centros.²¹⁷

Com esse propósito, José Pessoa trabalhou intensamente junto com a sua equipe de

213 - RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 128.

214- CASTRO, Celso. *Op.cit.*, p. 126.

215- Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército. Brasília-DF. CCOMSEx. XXXIX, n. 209. Jan/Fev/mar 2011. Edição especial, p.32.

216- RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 128.

217- CASTRO, Celso. *Op cit.*, p. 129.

oficiais instrutores a procura de um local ideal para a construção de uma nova Escola Militar, sendo indicada por unanimidade a cidade de Resende-RJ. A escolha de Resende decorreu da excelência de seu clima e posição. O clima foi considerado ameno, salubre e sem variações bruscas, águas de serra potáveis, ar puro e seco. Quanto a posição, por ser afastada do Rio de Janeiro, centro de agitações políticas, e situada entre Rio e São Paulo, respectivamente capital do país e maior centro industrial.²¹⁸ Getúlio Vargas aprovou a escolha e, pela primeira vez, esteve em Resende, em 11 de outubro de 1931, numa visita surpresa, acompanhado pelos Ministros da Guerra, General Leite de Castro, e da Viação, José Américo de Almeida.²¹⁹

Em 1932, ocorreu em São Paulo à chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Esta Revolução não teve influência imediata sobre as atividades da Escola. Em novembro de 1935, apesar da escola também não ter se envolvido diretamente no conflito, conhecido pelos opositores como Intentona Comunista, teve o seu ambiente totalmente tomado pelo pesar daquela revolta. Nesse período, principalmente devido a simpatia que tinham por Luíz Carlos Prestes²²⁰, muitos oficiais aderiram ao movimento comunista. Segundo Ernesto Geisel “o Exército passou a ser contra o comunismo, embora dentro dele houvesse oficiais comunistas.”²²¹

Tomando como base a fala do general e ex-Presidente da República, Ernesto Geisel (1974 a 1979), e pela importância que terá para a nossa pesquisa, iremos analisar no próximo capítulo a repulsa ao comunismo que se formou no Brasil, na década de 1930, para então podermos analisar como se desenvolveu esse processo na Academia Militar das Agulhas Negras, desde a sua chegada à cidade de Resende-RJ, no ano de 1944, até a efetivação do golpe militar de 1964. Para Celso Castro:

A percepção de um perigo comunista no Brasil passou por um processo de crescente ‘concretização’, até atingir seu clímax com a Revolta de 1935. [...] A frustrada revolta comunista de novembro de 1935 foi um evento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no Interior das Forças Armadas. [...], foi a partir desse momento que os comunistas passaram a ser claramente identificados como inimigo maior. [...] Foi no quadro dessa cultura institucional, marcadamente anticomunista, que viveu a ditadura do Estado Novo e que se formaram os militares que, em

218 - A escolha do local, in, Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército. Brasília-DF. CCOMSEx. XXXIX, n. 209. Jan/Fev/mar 2011. Edição especial, p.23.

219 - *Idem*.

220 - Líder do Movimento Tenentista de 1922. Ver VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 1935:sonho e realidade. 3.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2011. P . 87 - 125.

221- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.) *Op.cit*, p. 75.

1964, assumiram o poder.²²²

O ano de 1944 foi, ao mesmo tempo, o primeiro da Escola Militar de Resende e o último no Realengo (1911-1944). Após mais de três décadas como local de funcionamento da Escola de Formação de Oficiais, o distante e modesto subúrbio carioca deixara de fazer parte do cenário diuturno do cadete.

Encerramento da vida da Escola Militar do Realengo- Transcrição de Ofício. Este comando recebe da comissão de dissolução da extinta Escola Militar do Realengo, o seguinte ofício:

I-Participo a V. Exa. que, nesta data, encerrei definitivamente a vida da Escola Militar do Realengo, de acordo com o Decreto lei nº 6.012, de 19/X/43.

II- No dia 3 de abril, conforme comunicação feita em rádio nº 263-6, de 22 do corrente, ac. V. Exa., deverá seguir o último trem conduzindo pessoal e material que aqui ficara em serviço. (a) A. Duque Estrada. Cel da Res. de 1ª. classe, Agente- Diretor.²²³

A era do Realengo chegara ao fim, formaram-se naquela escola todos os oficiais generais que em 1964 aderiram às conspirações que levaram a derrubada do governo de João Goulart, dentre os quais citamos os ex-presidentes: marechais Castelo Branco, Costa e Silva, e os generais de Exército Médici, Ernesto Geisel e Figueiredo, além de outros militares que também participaram do cenário político brasileiro, como: Eduardo Gomes, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Euclídes Zenóbio da Costa, Henrique Teixeira Lott, Lira Tavares, Amaury Krueel, Orlando Geisel, Sílvio Frota, Leônidas Pires Gonçalves, Mário Andreazza, Jarbas Passarinho, Golbery do Couto e Silva, Ademar de Queiroz, Juarez Távora, Luis Carlos Prestes, Agildo Barata e muitos outros, tendo a sua maioria destacadas funções de Ministro de Estado.

222- CASTRO, Celso. O anticomunismo nas Forças Armadas. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_anticomunismo_nas_FFAA. Acesso em : 03 Set.2015

223 - Escola Militar de Resende. Boletim Escolar nº 80, de 7 de abril de 1945.p, 395.

Capítulo II. Entre a cruz e a espada: uma análise sobre o anticomunismo no Brasil.

Ao longo dos anos, o anticomunismo seria quase que uma política de Estado e, posteriormente, a de uma instituição, o Exército, grandemente valorizada e exponencializada a partir de 1935.²²⁴

Essas doutrinas exóticas não se adaptam entre nós. O comunismo é a miséria, a desorganização da sociedade, a fome. (...) Quanto ao comunismo, lorota, não pega. Descansem: entre nós não pega. O povo tem religião, o povo é católico.²²⁵

O objetivo deste capítulo, é analisar o anticomunismo no Brasil sob o olhar das duas principais instituições que contribuíram para fomentar a ideologia anticomunista no país, a Igreja Católica e o Exército Brasileiro. Conforme depreendeu o historiador Rodrigo de Pato Sá Motta, o anticomunismo seria a ideologia dos indivíduos e grupos dedicados a luta contra o comunismo²²⁶, pela palavra ou pela ação. Segundo o autor, apesar de ser simples essa definição é bastante complexa.²²⁷

2.1. O anticomunismo sob o olhar da Igreja Católica.

Desde a Revolução Russa de 1917, o comunismo passou a despertar paixões intensas e opostas pelo mundo: de um lado, os defensores encaravam-no como uma revolução libertadora e humanitária, que abriria acesso ao progresso econômico e social; de outro, os opositores viam-no como uma desgraça total, a destruição da boa sociedade e a emergência do caos social e do terror político ou,²²⁸ como destacado na epígrafe do texto, a miséria, a desorganização da sociedade, a fome. Para os seus opositores, todo tipo de infortúnio era creditado aos comunistas e portanto, se algo acontecesse de errado, ou se houvesse qualquer questionamento contra o sistema vigente, seria culpa dos comunistas.

A Igreja Católica, como uma das principais opositoras do comunismo, contribuiu

224 - CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa. 1.ed. São Paulo. EdUnesp. 2014, p.77.

225 - RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 57ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1991. pp. 131-132.

226 - Ressalta-se comunismo entendido como a síntese marxista-leninista organizadora do bolchevismo e do modelo soviético. Pois segundo Rodrigo Motta, antes do bolchevismo já havia algo como um anti-socialismo, mas foi apenas após a ascensão dos seguidores de Lênin ao poder e a conseqüente formação do Estado soviético que o anticomunismo tomou formas definitivas e consistentes. MOTTA, Rodrigo Pato de Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo. 2000. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo. p, 4.

227 - BERSTEIN, Serge & BECKER, Jean-Jacques. *Histoire de l'anticommunisme*. Paris: Olivier Orban, 1987. p.10. *Apud*. MOTTA, Rodrigo Pato de Sá. *Op.cit.*, p, 4.

228 - *Idem*, p,5.

sobremaneira para a disseminação da doutrina anticomunista na Europa, que se estendeu pelo resto do mundo, incluindo o Brasil. Eventos como a Revolução Russa (1917), seguida dos conflitos religiosos no México (1926-1936) e da guerra da Espanha (1936-1939), onde houve confrontos entre os comunistas e a Igreja Católica, contribuíram para a repulsa ao comunismo no meio da liderança católica, que fez dele o seu pior inimigo. A encíclica *Divini Redemptori* (também conhecida como encíclica sobre o comunismo), que o Papa Pio XI escreveu em 1937, versando sobre o comunismo ateu, no México e na Espanha, respectivamente, retrata um pouco dos acontecimentos naqueles países.

[...] Bispos e sacerdotes foram desterrados, condenados a trabalhos forçados; simples leigos tornados suspeitos por terem defendido a religião, foram vexados, tratados como inimigos, e arrastados aos tribunais e às prisões.²²⁹

Não é esta ou aquela Igreja destruída, este ou aquele convento arruinado; mas onde quer que lhes foi possível, todos os templos, todos os claustros religiosos, e ainda qualquer vestígio da religião cristã [...]. E não se limitou o furor comunista a trucidar bispos e muitos milhares de sacerdotes, religiosos e religiosas [...]. Mas fez um número muito maior de vítimas em leigos de todas as classes.²³⁰

Analisando os dois trechos desta encíclica, vemos o quanto ela procurou enfatizar a perseguição sofrida pelos leigos que defendiam a fé católica, não se restringindo apenas aos sacerdotes. Esse fator contribuiu para intensificar a repulsa católica ao comunismo até mesmos entre os seus fiéis.

Essa aversão ao comunismo que se formou na Igreja Católica, interferiu até mesmo na liturgia de algumas igrejas na Europa, como podemos verificar no pequeno trecho escrito abaixo pela filósofa comunista polonesa Rosa Luxemburgo, que ao analisar o papel da Igreja Católica no combate ao socialismo na Alemanha declarou que os padres, com frequência, substituíam os seus sermões por discursos políticos, contrários aos ideais socialistas:

Desde o momento em que os trabalhadores do nosso país e da Rússia começaram a lutar corajosamente contra o governo czarista e contra exploradores capitalistas, notamos cada vez com mais frequência que os padres, nos seus sermões, façam-se contra os trabalhadores em luta. É com extraordinário vigor que o clero combate os socialistas e tenta, por todos os meios, desacreditá-los aos olhos dos trabalhadores. Os

229 - Encíclica do Papa Pio XI, escrita em 1937, no contexto da guerra da Espanha, tratando especificamente do comunismo ateu. In. A Santa Sé. Carta Encíclica Divinis Redemptoris de sua Santidade Papa Pio XI sobre o comunismo ateu. 1937. p. 6.

230 - *Idem.Ibidem.*

crentes que vão à Igreja, aos domingos e dias festivos, se veem compelidos a ouvirem um violento discurso político, uma verdadeira denúncia do socialismo, em vez de ouvirem um sermão e nele obterem um consolo religioso. [...] e além disso, exortam-nos a suportar a pobreza e a opressão com humildade e paciência.²³¹

Essa visão negativa formada pelos opositores do comunismo na Europa, também permeou as mentes e os corações dos brasileiros, principalmente a partir da década de 1930. As perseguições sofridas pela Igreja no México e na Espanha, eram frequentemente lembradas nos seminários, congressos e até mesmo nos sermões católicos, o que ajudou a fortalecer o discurso anticomunista da Igreja Católica no Brasil. Assim como também ocorreu na Europa, todo tipo de oposição ou de questionamento a ordem estabelecida passou a ser “coisa de comunista”, e precisava ser eliminado. A frase de Dom Hélder Câmara²³² reverbera, em certa medida, esse fato “Se eu dou comida aos pobres, chamam-me de santo. Se eu pergunto porque os pobres não tem comida, chamam-me de comunista”.²³³

Até mesmo os operários brasileiros podiam receber a alcunha de comunistas quando reclamavam pelos seus direitos. O deputado Antônio Pennafort, discursando na Assembleia Constituinte em 1934, reclamava que “o proletário brasileiro, quando apresenta e defende ideias avançadas, uns mais do que os outros, é logo considerado comunista.”²³⁴ Mesmo que os acusados não tenham nada de comunistas, o fato de estarem fazendo algo contrário a ordem estabelecida levava a essa acusação.

Esse repúdio ao comunismo por parte de seus opositores²³⁵ fez surgir uma crescente e intensa ideologia anticomunista no país, cuja origem foi analisada por alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto.

Para o historiador Rodrigo Motta (2000, p.16), o ano de 1917 é tido como “primórdios do anticomunismo no Brasil”, e que as representações anticomunistas construídas e propaladas no Brasil a partir de 1917, foram tributárias de modelos estrangeiros, sobretudo da Europa Ocidental entre os anos de 1920 e 1930. Para ele, até a década de 1920, os anarquistas tinham mais visibilidade no Brasil do que os seguidores de Lenin. E prossegue

231 - LUXEMBURGO, Rosa. O socialismo e as igrejas. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

232 - Dom Hélder Pessoa Câmara foi um bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil.

233- ROCHA, Dom Geraldo Lyrio; DE MARIANA, Arcebispo. Dom Hélder Câmara—Profeta da Justiça e Mensageiro da Esperança. *Atualidade Teológica*. Ano XIII, n. 31, 2009.p, 13.

234- Antônio Pennafort. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1934*. p. 488. V.12. *Apud*. SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Edipucrs. 2001. p. 23.

235 - Nesse caso incluem-se: católicos, parte dos militares, empresários, fascistas, e muitos outros.

dizendo que a Igreja sentiu-se de fato ameaçada pelos comunistas na década de 1930, devido principalmente, ao crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fato sem dúvida ligado, entre outras coisas, à adesão do popular líder “tenentista” Luiz Carlos Prestes e à formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL).²³⁶

Analisando o anticomunismo especificamente na Igreja Católica, principalmente como ela encarava a questão da propriedade privada, tema também bastante caro para os comunistas, o historiador Marco Antônio Machado Lima Pereira, no artigo intitulado, “O anticomunismo católico em cena”, defende que apesar de o anticomunismo na Igreja Católica ter sido instituído desde 1917, com a Revolução Russa, foi apenas em 1930 que a Igreja Católica no Brasil elaborou um discurso sistematizado a respeito do “perigo” que os comunistas representavam para a civilização e a religião cristã, mormente no que tange à defesa da propriedade privada.²³⁷

Com uma visão diferente dos autores citados acima, a historiadora Teresa Maria Malatian, em *O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil*, vai dizer que o anticomunismo especificamente católico é um fenômeno que antecede a Revolução Russa de 1917 e a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Na verdade, segundo a autora, remete-se a projetos anarquistas, socialistas e comunistas do século XIX e a dinâmica das sociedades capitalistas.²³⁸

Verificamos que alguns pesquisadores divergem quanto ao ano em que teve início o anticomunismo no Brasil, porém, percebemos que a maioria dos pesquisadores que foram analisados nesta pesquisa, converge para o fato de que foi em 1935, principalmente após o levante comunista em novembro, que o anticomunismo tomou maiores proporções no país, inclusive nas Forças Armadas.

Os autores Dario Canale, Francisco Viana e José Nilo Tavares (org.), no livro, *Novembro de 1935: meio século depois*, atribuíram ao levante comunista de 1935, a causa do recrudescimento ao anticomunismo no país. Para os autores, o levante de 1935 ofereceu farta munição para a propaganda anticomunista, retirada dos arsenais conservadores sempre que o país se mobilizava e clamava por reformas ou melhorias nas condições de vida.²³⁹

Realizando uma análise sequencial sobre o anticomunismo no Brasil, Celso Castro,

236 - MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Op.cit.*, p. 6.

237 - PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena. Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES). ISSN 1981-156X, n. 11, 2009. p. 3.

238 - MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003. p. 176.

239 - TAVARES, José Nilo; CANALE, Dario; VIANA, Francisco. *Novembro de 1935: meio século depois*. Vozes, 1985.p. 7.

no artigo intitulado “O anticomunismo nas Forças Armadas”, vai dizer que “A percepção de um ‘perigo comunista’ no Brasil passou por um processo de crescente ‘concretização’, até atingir seu clímax com a Revolta de 1935”. Segundo o autor, esse crescente pensamento anticomunista se iniciou logo após a Revolução Russa de 1917, seguida pela criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, da conversão do líder "tenentista" Luís Carlos Prestes ao comunismo, em maio de 1930, e sua ida para a União Soviética, no ano seguinte, e o surgimento, em março de 1935, da Aliança Nacional Libertadora, dominada pelos comunistas. O autor destaca que embora a oposição de amplos setores ao comunismo anteceda ao levante de novembro de 1935, foi a partir desse momento que os comunistas passaram a ser claramente identificados como o inimigo maior.²⁴⁰

Corroborando com os autores já citados, a historiadora Eliana Freitas Dutra, em seu livro intitulado *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*, também vai dizer que o levante de novembro de 1935 marcou o início da inserção do comunismo como grande tema nacional.²⁴¹

Rodrigo Motta também contribui para essa análise, ao dizer que foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. Segundo o autor, o impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, pois afinal não era uma rebelião comum: tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomar o poder, a qual, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira.²⁴²

No entanto, a historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna, no livro *Revolucionários de 1935: sonho e realidade* chama a atenção para o fato de que foi com o lançamento oficial da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 30 de março de 1935, e não com o levante comunista, em novembro do mesmo ano, que se intensificou o anticomunismo no país. Segundo Vianna, no lançamento oficial da ANL, ocasião em que o estudante Carlos Lacerda propôs o nome de Luiz Carlos Prestes para a presidência de honra da entidade, sugestão aprovada por grande aclamação, que imediatamente os oposicionistas, governo e integralistas, se uniram contra à frente. No dia 4 de abril do mesmo ano, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional, cujo objetivo era “salvar” o país do comunismo internacional.²⁴³

Portanto, apesar de concordarmos com os autores citados de que o ano de 1935 foi

240- CASTRO, Celso. *Op. cit.*p.1.

241 -DUTRA, Eliana Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1997.

242 - MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Op.cit.*, p, 7.

243 - VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. Expressão Popular, 2011.p, 162.

crucial para a intensificação do pensamento anticomunista no Brasil, não podemos descartar a análise da historiadora Luciana Carla Silva, no livro *A onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros*, quando chama a atenção para o fato de que não podemos supervalorizar o ano de 1935 descaracterizando as disputas anteriores, partes do mesmo processo. Para a autora, a existência da ANL foi um fator importante, enquanto um grande movimento de massas de contestação ao Estado Vargasista. A chamada Intentona Comunista, que ocorreu após o fechamento da ANL, foi um pretexto concreto para o fechamento do Estado às liberdades civis [...]. Porém, conclui a autora que a existência do temor ao comunismo era anterior a ANL, e também a Lei de Segurança Nacional.²⁴⁴ Portanto, acreditamos que a construção do comunismo como o inimigo da nação e todas as suas decorrências não deve ser buscado apenas em 1935, mas deve ser estudado como um processo histórico.

Além da Igreja Católica, houve diversos grupos que lutaram contra um “inimigo” interno comum, o comunismo, levando o historiador Rodrigo Motta a declarar que o mais adequado seria falar em anticomunismos (no plural). Dentre esses diversos grupos, podemos destacar os fascistas, socialistas democrático, empresários, liberais e nacionalista. Esses grupos, que apesar de divergirem não apenas na organização social, mas também no combate ao comunismo, se uniam em ação conjunta em momentos críticos, formando uma verdadeira “frente anticomunista”. Porém, Rodrigo Motta conclui que essa frente tendia a ser efêmera, durando enquanto o “perigo comunista” fosse considerado grave.²⁴⁵

Em meio a esses grupos anticomunistas que se formaram no Brasil, a Igreja Católica, com o seu conservadorismo histórico, ao lado das Forças Armadas, que iremos analisar no próximo capítulo, foram as instituições que mais se destacaram no combate ao comunismo no país, no século XX.

A Igreja Católica colocava-se na mesma posição das Forças Armadas [...] alertando os fiéis a respeito de quanto os comunistas já haviam prejudicado o país. Logo tanto a Igreja como o Estado buscavam legitimidade utilizando o ‘perigo vermelho’ como uma ameaça que lhes cabia enfrentar em nome da sociedade como um todo”.²⁴⁶

Deste modo, a Igreja Católica, extremamente atuante no processo político da época,

244- SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. EDIPUCRS, 2001.p, 31.

245 - MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Op. cit.*, p, 4.

246 - PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. *Op. cit.* p, 7.

não poderia deixar de relatar, ou melhor, advertir seus fiéis sobre o “perigo vermelho” que rondava o Brasil. De acordo com Rodrigo Motta “o episcopado brasileiro produziu várias Cartas dedicadas à luta contra o comunismo, tanto individuais como coletivas, o que revela a importância do tema para a hierarquia eclesiástica nacional”.²⁴⁷ Um exemplo destas cartas, foi a 19ª Carta Pastoral, escrita pelo Arcebispo de Porto Alegre- RS, D. João Becker (1912-1946), aos operários brasileiros em julho de 1930, versando sobre “O comunismo russo e a civilização cristã”. A Carta era uma reação contra a Confederação Geral do Trabalho do Brasil, fundada no Congresso trabalhista de 26 de abril de 1929. Em um dos trechos da Carta, o missivista dizia que: “O bom operário deve fugir dos homens perversos (comunistas), que com discursos artificiosos lhe sugerem esperanças exageradas, fazendo-lhe grandes promessas de que só resultam lamentações estéreis e ruínas de fortuna.”²⁴⁸

Na Carta, D. Becker fazia também um apelo às Forças Armadas, às classes conservadoras, cuja existência se ameaçava destruir, aos poderes públicos, aos fazendeiros, aos intelectuais, à imprensa para que se defendessem contra a “a onda vermelha que no seu advento os pretende destruir.”²⁴⁹

Além das Cartas, líderes católicos também se manifestavam contra o comunismo por meio dos programas de rádio, escolas, nos grupos de ação católica, nos seminários, livros e revistas, cartazes e panfletos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Como ocorreu no II Congresso Eucarístico realizado em Belo Horizonte- MG, no ano de 1936, em que D. Leme encerrou os trabalhos declarando que:

Sellemos com ardor a decisão final deste Congresso! A hora que vivemos não comporta atitudes encapotadas. Entre a bandeira vermelha que está organizando por toda parte o exercito dos sem-Deus, contra-Deus, contra a Família e contra a Pátria, contra todas as reservas moraes da humanidade; entre a bandeira vermelha que enrubece a terra de sangue (...); entre o novo Barrabás, que destroe e mata, e o nosso Christo que perdoa e salva, o Brasil tem que escolher!²⁵⁰

Como podemos ver neste pequeno trecho do discurso, as ideias antagônicas entre o bem e o mal, entre Deus e o diabo, entre a luz e as trevas, fizeram parte de modo muito frequente dos discursos católicos anticomunistas, contribuindo para a construção do

247 - MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, p. 43.

248 - BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. História geral da civilização brasileira, v. 3, 1984. p. 316.

249 - Dom João Becker. 19ª Carta Pastoral- O comunismo russo e a civilização cristã (13/9/1930). in UNITAS, ano XVII, nº 9, set, 1930, págs. 323-410. *Apud.* BEOZZO, José Oscar. *Op. cit.*, p. 290.

250 - O Diário, 7/09/36, p.3. *Apud.* MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, p. 46.

comunismo como ameaça aos alicerces da boa sociedade, que por sinal deveria ser católica. Essas diversas formas de manifestações anticomunistas, fizeram da Igreja Católica uma das “principais fontes matriciais a fornecerem argumentos para a elaboração das representações acerca do ‘perigo vermelho’”,²⁵¹ colocando-se em pé de igualdades com o Exército quando o assunto era anticomunismo, daí a sua importância para esta pesquisa. Para as lideranças católicas, o comunismo era tido como um inimigo irreconciliável, e em última instância os comunistas representavam um desafio para a sobrevivência da religião.²⁵² Acreditavam que assim como foi com os outros inimigos que ela enfrentou durante toda a sua história, e venceu com a ajuda divina, o comunismo também seria vencido.

Contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e a revolução francesa; todos êsses inimigos foram vencidos, também o será o inimigo da undécima hora - o Comunismo Ateu. Aguardemos o soar da hora marcada pela Providência.²⁵³

Segundo Rodrigo Motta, o “fortalecimento da postura de combate ao comunismo deriva do medo que a hierarquia sentia em relação a uma possível penetração da ideologia inimiga nos arraiais católicos,”²⁵⁴ uma vez que, propugnando uma visão de mundo materialista, o comunismo destituiria os seres humanos de suas características espirituais, “trataria direitos considerados naturais – a propriedade, o pátrio poder, o casamento – como contratos que poderiam ser facilmente desfeitos”. Com essas tratativas, a filosofia comunista opunha-se aos pressupostos básicos do catolicismo.

A alta hierarquia da Igreja Católica defendia que além da ameaça à ordem espiritual, o comunismo representava também uma ameaça à ordem moral e social, e que a Igreja Católica seria a única instituição que poderia produzir a salvação contra a ideologia comunista e minimizar o sofrimento da população, causado pelo capitalismo desigual, sem a necessidade de um conflito entre as classes.

Para reparar os males que surgem da má compreensão da desigualdade social, há um poder mais elevado que a filosofia, mais eficaz do que a ciência econômica; um poder que explica o sofrimento e o faz suportável aos homens como germe de facilidade eterna; Para

251 - MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, p. 15.

252 - PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. *Op. cit.*, p. 3.

253- CABRAL, Padre J. *A Igreja e o Marxismo*. São Paulo: Panorama, 1949. p.30. *Apud.* MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.* p. 36.

254 - MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.* p. 23.

solucionar os problemas sociais há um poder que tem ação sobre todos os homens, sobre os que possuem e sobre os que nada tem; [...] Esse poder já durante dezenove séculos se empenha pelo bem estar, pela dignificação do trabalho e pela paz nas camadas humildes da sociedade; Esse poder ensina amor fraterno a todos e alista no serviço do povo ricos e sábios, sacerdotes e seculares [...] Esse poder ensina aos infelizes que a repartição desigual dos bens não é uma injustiça, que o rico tem por missão na terra a Providência divina, que a condição humilde dos trabalhadores não é uma desonra, mas uma prova de que a posição brilhante dos grandes é mais uma responsabilidade do que um mérito. Esse poder que trabalha com zelo e desinteresse para melhorar a sorte dos pobres procura reconciliar o rico com o indigente, o patrão com o operário, o grande com o pequeno, o forte com o fraco, no terreno da caridade, da gratidão, da justiça, do direito e do respeito mútuo. Esse poder multissecular que se eleva à margem dos séculos, como farol luminoso à beira-mar, é a Igreja Católica.²⁵⁵

A legitimação da ordem vigente proposta neste discurso favoreceu à classe dominante (inclui-se o Presidente da República, Getúlio Vargas) e a burguesia, que souberam utilizar a Igreja para o desenvolvimento de sua tarefa econômica e social. Às classes subordinadas cabia apenas aceitar os “desígnios de Deus”, sem questionar a ordem vigente. Passagens bíblicas como a de Romanos 13.5 “Portanto, é imprescindível que sejamos submissos às autoridades, não apenas devido à possibilidade de uma punição, mas também por causa da consciência”; e Tiago 2.5 “Ouvi, meus amados irmãos. Não escolheu Deus os que são pobres quanto ao mundo para fazê-los ricos na fé e herdeiros do reino que prometeu aos que o amam?”, e muitas outras, eram frequentemente proferidas nas Igrejas Católicas, levando a população a um processo de resignação.

Esses discursos também fizeram com que a Igreja Católica se aproximasse facilmente da proposta integralista, cujo lema “Deus, Pátria e Família”, era caro à Igreja. Os integralistas souberam equacionar sua fórmula doutrinária aos preceitos católicos, foi então que a partir desse momento ficou fácil identificar sacerdotes e intelectuais católicos leigos, como Jackson de Figueiredo e Alceu de Amoroso Lima, simpáticos a Ação Integralista Brasileira (AIB)²⁵⁶, de Plínio Salgado. O anticomunismo das duas instituições na década de 1930 foi tão marcante que a historiadora Luciana Silva vai afirmar que “Se podemos perceber na realidade do período fortes campanhas anticomunistas, foram a Igreja e a AIB que

255 - Dom João Becker. Discurso na inauguração da Capela de Santa Teresinha nas Minas de Butiá. in UNITAS, nº 5-6, maio/jun.1930. pp 291-301. *Apud.* BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. História geral da civilização brasileira, v. 3, 1984. pp, 316-317.

256 - Partido de orientação fascista fundado em 1932 por Plínio Salgado. Os integralistas consideravam que a luta pelo ideal de uma sociedade harmônica, sem conflitos, dirigida por um Estado integral que garantisse os valores supremos “Deus, Pátria e Família”, passava necessariamente pela destruição de liberalismo e comunismo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.* p, 29.

colocaram o anticomunismo como embasamento da sua ação no que diz respeito à sua atuação junto as classes populares.²⁵⁷

No entanto, vale destacar que essa busca da Igreja Católica por uma maior aproximação junto as classes populares já podia ser vista desde 1922, quando foi criado por Jackson Figueiredo, com a colaboração do Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Leme, o Centro Dom Vital, que buscava formar intelectuais católicos para atuarem junto as referidas classes. O centro foi o foco do despertar do interesse brasileiro pelo catolicismo social.²⁵⁸ Segundo Margaret Todaro, tanto o centro quanto a revista *A Ordem*²⁵⁹ se caracterizavam por uma preocupação com causas políticas conservadoras, empenhados na "luta pelo espírito contra a matéria, pela liberdade contra o despotismo, pelo fascismo contra o comunismo". Segundo a autora, o centro declarava que o fascismo era o aliado natural do catolicismo contra o socialismo e o marxismo. O repúdio do centro ao comunismo manifestava-se em suas constantes denúncias contra a Aliança Nacional Libertadora.²⁶⁰

O Centro Dom Vital constituiu-se num núcleo do qual se originaram várias organizações pelo país, e uma delas foi a Liga Eleitoral Católica (LEC). A LEC tinha por objetivo evitar que o país desse uma guinada para a esquerda, escolhendo candidatos alinhados com a ideologia esquerdista. Para isso, ela teria que instruir os católicos sobre em quem eles deveriam votar nos processos eleitorais, ou seja, candidatos alinhados com os princípios sociais católicos e com compromisso de defendê-los na Assembleia Constituinte.²⁶¹ O programa da LEC estava resumido em dez pontos, e o último ponto era combater toda e qualquer legislação que contrariasse, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. Nesse ponto, já podemos constatar o seu viés anticomunista. O que pode ser também confirmado pela historiadora Luciana Silva, quando diz que: “o elemento aglutinador da LEC, que justificava a sua existência era “fazer frente a penetração comunista.”²⁶²

Outra frente anticomunista praticada pela Igreja Católica foi no meio do operariado brasileiro, pois “o operário devia receber atenção especial, por serem ‘vítimas’ diretas dos

257 - SILVA, Carla Luciana. *Op. cit.* p, 87.

258 -BRUNEAU, Thomas C.; OLIVA, Margarida. O catolicismo brasileiro em época de transição. Ed. Loyola, 1974. p. 89.

259 - A revista era um dos principais veículo de difusão da ideologia do grupo católico. Dentre os seus objetivos estava a resolução dos problemas nacionais, a partir de formas intelectuais, espirituais ou psicológicas. SILVA, Carla Luciana. *Op. cit.* p, 90.

260 - Centro Dom Vital. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CENTRO%20DOM%20VITAL.pdf>. Acessado em 30 Jun 2017.

261 - BEOZZO, José Oscar. *Op. cit.*, p, 304.

262 - CARONE, Edgard. A segunda república (1930-1937). São Paulo. Difel, 1973.p, 197. *Apud.* SILVA, Carla Luciana. *Op. cit.* p, 89.

ideais comunistas [...]”.²⁶³ Buscando exercer um forte controle sobre eles, por meio dos Centros Operários Católicos, espalhados por diversos cantos do país desde 1907, a Igreja procurou combater a hegemonia na condução das lutas sociais e políticas dos operários, pertencentes ao anarcos-sindicalismo, a organizações socialistas e posteriormente ao partido comunista, fundado em 1922.²⁶⁴

Em 1935, foi criado pelo padre Joseph Cardijn²⁶⁵, a Juventude Operária Católica (JOC), outra ramificação do Centro Dom Vital. Para a Igreja, a JOC era uma maneira de “cristianizar” a classe operária, pois havia uma visão generalizada de que “a necessidade de um movimento operário cristão e consciente era urgente”,²⁶⁶ sobretudo após a criação do PCB, que procurou manter as suas bases principalmente no meio do operariado. Portanto, a sua principal atribuição seria formar líderes católicos capazes de assumir a direção da classe operária, na tentativa de evitar a influência comunista.

Com objetivo de formar intelectuais para atuarem no meio universitário, a Igreja Católica criou, em 1929, a Associação Universitária Católica (AUC), também sob influência do Centro Dom Vital. A AUC tinha por objetivo aproximar à elite dirigente dos intelectuais e políticos, nos anos 1930. Pouco tempo depois, a AUC veio a se tornar a Juventude Universitária Católica (JUC).

Por fim, a Igreja Católica no Brasil, com o seu conservadorismo histórico, procurou de várias maneiras combater os ideais comunistas no Brasil. Por meio de Cartas Pastorais, congressos, seminários e programas de rádio, líderes católicos divulgavam a ideia de que o comunismo era o inimigo irreconciliável, era a miséria, a desorganização da sociedade, a fome, o anticristo, e que deveria ser alijado pela população. Esses discursos fizeram surgir uma crescente e intensa ideologia anticomunista no país, chegando ao seu ápice em 1964. Sentindo a necessidade de se aproximar das classes populares, principalmente do operariado, a Igreja Católica criou em 1922, o Centro Dom Vital. Como vimos, o centro foi o irradiador de vários outros setores da Igreja Católica que se empenharam a combater as ideias comunistas, como, por exemplo, a JUC e a JOC, formando verdadeiras “frentes anticomunistas”. Porém, como toda instituição, a Igreja não era um bloco monolítico. Pouco tempo depois alguns membros dessas organizações, vendo o aumento das desigualdades que o capitalismo estava trazendo para o país, começaram a se aproximar dos ideais comunistas, formando a esquerda católica no Brasil. Mas essa questão, devido a sua complexidade, é

263 - SILVA, Carla Luciana. *Op. cit.* p, 98.

264 - BEOZZO, José Oscar. *Op. cit.*, p, 307

265 - Sacerdote belga proveniente de família de classe Operária.

266 -MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil, 1916-1985.* Brasiliense, 1989.p, 141.

assunto para outras pesquisas.

Diante do que foi analisado, vimos que a Igreja Católica foi uma das pioneiras na formação do pensamento anticomunista no Brasil, e que posteriormente veio a ser a principal aliada do Exército Brasileiro no combate ao comunismo.

2.2. O Exército Brasileiro e o anticomunismo tardio.

De todos os perigos que ameaçam as Forças Armadas, e com ellas envolvem a Nação, é sem dúvida o comunismo o mais temível por ser organizado e pertinaz, o mais nefasto porque é subversão de tudo que se tem construído em séculos de civilização, o mais digno de repulsa porque atinge os sagrados e invulneráveis dogmas da moral em que erigimos nossos santuários domésticos.²⁶⁷

Enquanto que na Igreja Católica, como vimos no tópico anterior, os eventos como a Revolução Russa (1917), seguido pelos conflitos religiosos no México (1926-1936), e da guerra da Espanha (1936-1939), onde houve um grande confronto entre os comunistas e a Igreja, contribuíram para a repulsa ao comunismo no meio da liderança católica, que fez dele o seu mais novo e pior inimigo. No Exército Brasileiro só após os levantes comunistas de 1935 é que o comunismo passou a ser considerado uma “ameaça real”.

A partir de 1935, como podemos ver no trecho da Circular do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra (1936-1945), destacado na epígrafe do texto, o comunismo passou a ser visto nas Forças Armadas como “inimigos da pátria”, como uma ameaça à ordem social e interna. Foi então que à partir desse momento, as Forças Armadas se colocaram junto com a Igreja Católica e os partidos liberais como arautos de uma ordem social e política, que segundo eles, estava sendo afrontada por ideias subversivas vindas do exterior. Sobre esse fato, o historiador Roberto Martins Ferreira constatou que “A Intentona Comunista de 1935 forneceu material para que a organização militar se projetasse na cena política não mais como força subordinada, mas como sócia do poder”.²⁶⁸

Embora antes de 1930 já pudéssemos constatar as “raízes” comunistas brotando no seio das Forças Armadas, elas passaram quase que despercebidas no meio da oficialidade. O discurso do general Mesquita, realizado em 7 de setembro de 1924, em que ele diz que “[...] só haverá realmente povo quando desaparecerem as castas. O comunismo é processo capaz de

267 - Trecho da Circular Reservada do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, realizado em 29 de junho de 1937, que deveria alcançar todos os Comandantes de Corpos e Chefes de repartições militares, para que fosse dado conhecimento a todos os oficiais. In. RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 150.

268- FERREIRA, Roberto Martins. Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo. Annablume. 2005. p, 15.

resolver esse problema,”²⁶⁹ ecoou praticamente no vazio.

Com o fim do Estado de Sítio, em agosto de 1926, momento em que os comunistas passaram a atuar abertamente, recuperando a sua legalidade em janeiro de 1927, o governo e representantes das elites oligárquicas, temendo o seu crescimento, fizeram do anticomunismo um elemento da sua retórica, conseguindo inclusive colocar o PCB na ilegalidade, em agosto do mesmo ano.²⁷⁰ A chamada “Lei Celerada” ou “Lei Aníbal de Toledo”, criada ainda no governo do presidente Washington Luís, no ano de 1927, que conferia ao Poder Executivo, a pretexto de repressão à propaganda comunista, ilimitados poderes para fechar associações (como clubes militares), suspender jornais, liquidar empresas, processar pessoas que incorressem em atos nocivos ao bem público, e ainda, um suposto documento da III Internacional versando sobre um maior incremento da propaganda anticomunista na América Latina, em especial no Brasil, contribuiu para que o governo e a elite agrária intensificassem os seus discursos anticomunistas.

O Exército, porém, ainda se mantinha neutro quanto a essa questão. De acordo com Ferreira, nesse período, a retórica comunista dentro do Exército não chegou a preocupar nem os grupos dominantes nem a hierarquia militar. Afirmando que foi somente com o Estado Novo, mais precisamente em 1938, quando o 27 de Novembro se tornou uma solenidade oficial das Forças Armadas, que a mensagem anticomunista se institucionalizou.²⁷¹ Portanto, para Ferreira, as mensagens divulgadas nos quartéis alusivas aos levantes comunistas de 1935, serviram principalmente para legitimar o governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Para a historiadora Fernanda Nascimento “Aparentemente, aos militares, o comunismo não figurava como uma ameaça antes dos episódios de 1935 [...]”.²⁷² A autora afirma ainda que um dos motivos deste “desconhecimento” por parte da cúpula militar em relação ao comunismo se deu pela “falta de um Estado-Maior organizado que possuísse uma seção de informação capaz de perceber as influências negativas de movimentos políticos dentro da caserna”.²⁷³ Embora em meados da década de 1940, fato que está relacionado com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, já pudéssemos constatar órgãos de informação atuando no Brasil, ela só veio a se aperfeiçoar a partir de 1964, durante o regime

269 - Segundo o autor, “o grupo tenentista que toma Manaus é de tendência social, e durante trinta dias formam um conselho governativo [...] criam o Tributo da Redenção, isto é, cobram-se impostos dos ricos para socorrer os pobres, acabam com as casas de taboagem, lutam contra açambarcadores de gêneros; exprOpriam o matadouro, de propriedade dos ingleses e entregas à comuna de Manaus.” CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo. Difel. 1975. p, 370.

270 - *Idem*. p, 28.

271 - FERREIRA, Roberto Martins. *Op cit*. p, 54.

272 - NASCIMENTO, Fernanda. *Op cit*, p. 207.

273 - *Idem*. p, 211.

militar, sendo instituído pela lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, que criou o Serviço Nacional de Informação (SNI). O SNI agregou os três órgãos de informações das Forças Armadas: o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1957, o Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967, e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), criado em 1970.²⁷⁴ Os três órgãos passaram a exercer, durante a Ditadura Militar, as funções de obter informações e controlar as supostas atividades subversivas, se tornando um verdadeiro aparelho de repressão do Estado. Segundo o historiador Carlos Fico “A simples menção a sigla causava temor, tantas foram as denúncias de tortura envolvendo seus integrantes.”²⁷⁵

Apesar dessa intensificação anticomunista no seio da classe dominante estar sendo consolidada em 1927, no Exército Brasileiro a maior preocupação era rebater as acusações de que poderia haver comunista no seu interior.²⁷⁶ Somente após o manifesto de Luís Carlos Prestes, em maio de 1930, pedindo reformas radicais na sociedade brasileira e rompendo com o tenentismo, é que se começou a discutir (mesmo não sendo ainda uma retórica oficial) o comunismo no Exército, principalmente pelo prestígio que Prestes possuía com grande parte dos militares, inclusive entre as praças, que passaram a seguir o agora ex- líder tenentista, sendo aclamado por estes como o “Cavaleiro da Esperança”. Sobre esse assunto, Nascimento relata que:

Na realidade, foi através de Luís Carlos Prestes, chefe do movimento tenentista e que viria a romper com este em 1930, que as ideias comunistas foram alardeadas com maior precisão, principalmente a partir de 1935, com a fundação da Aliança Nacional Libertadora. Já antes da Revolução de 1930, Prestes havia anunciado sua guinada à doutrina comunista.²⁷⁷

A adesão do líder comunista, Luís Carlos Prestes, à ANL, em 30 de março de 1935, momento em que foi aclamado como presidente de honra, além de ter dado um caráter revolucionário ao movimento, também uniu comunistas e tenentes, que se tornaram as duas principais forças da ANL. Inconformados com os rumos que a Revolução de 1930 havia tomado, alguns tenentes dissidentes de 1922, 1924 e 1930 vieram a fundar à ANL, que

274 - Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informa-cao-sni>> Acessado em 01 de agosto de 2017.

275 - FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. O tempo ditadura. 4. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2003. p. 179.

276 - FERREIRA, Roberto Martins. *Op cit.* p. 30.

277 - NASCIMENTO, Fernanda. *Op cit.* p. 208.

recebeu também parte da jovem oficialidade formada na Escola Militar do Realengo e que ainda não havia participado de revoltas. Esses militares foram impulsionados a aderir ao movimento devido principalmente a trajetória revolucionária de Prestes. Corroborando com essa análise, o historiador Paulo Ribeiro da Cunha afirma que foi com a adesão de Prestes ao comunismo, associado ao descontentamento generalizado entre a oficialidade na virada dos anos 1930, é que ocorreria um salto na presença da esquerda no Exército, tendo a intervenção do PCB nas Forças Armadas recebido uma atenção especial.²⁷⁸

Outro motivo para essa adesão, segundo Vianna, foi “[...] a identificação que os tenentes faziam dos inimigos a combater – o imperialismo e o latifúndio – que coincidia com os inimigos do PCB, estando de acordo também com a importância da luta democrática”.²⁷⁹ Tanto os tenentes rebeldes quanto o PCB viam na luta armada o caminho para alcançar o poder, porém, enquanto o primeiro via nas Forças Armadas a vanguarda revolucionária do país, o segundo via na luta armada das grandes massas, a esperança para a sua idealização. Portanto, apesar de divergirem quanto ao meio, ambos tinham o mesmo objetivo, instalar um Governo Nacional Popular Revolucionário (GNPR).

A união entre o PCB e a ANL, fez com que a campanha contra a aliança se intensificasse na proporção de seu crescimento.²⁸⁰ A partir de então, tanto o governo quanto os demais grupos de oposição, procuraram sempre identificá-la com o comunismo, para poder isolá-la do cenário nacional. No dia 4 de abril de 1935, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional, e por decreto nº 229, de 11 de julho de 1935, fechava a ANL provisoriamente por 6 meses. Com o fechamento da ANL a organização se esvaziou, permanecendo na organização apenas comunistas e tenentistas que estavam dispostos a lutar até o fim por uma revolução nacional-libertadora, como vinham fazendo desde 1922. O PCB declarou imediata adesão à luta armada e, por meio de folhetos convocava a população.²⁸¹

ÀS ARMAS!
PELO GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONÁRIO!
POVO DO BRASIL!
ÀS ARMAS!
POR PÃO, TERRA E LIBERDADE!²⁸²

278 - DA CUNHA, Paulo Ribeiro. Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa. Editora UNESP, 2014, p, 105.

279 - VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35: sonho e realidade. Expressão Popular, 2011. p. 159.

280 - Segundo Vianna, em menos de 3 meses de existência, foram fundados mais de 1500 núcleos aliancistas em todo Brasil. *Idem.* p, 163.

281- *Idem.* p, 197.

282 - Também “ÀS ARMAS”. Folheto do PCB, jul.1935. In. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Idem.*

Os aliancistas se sentiam encorajados a ponto de fazerem ameaças até mesmos às Forças Armadas, alegando que:

O Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR) respeitaria os direitos dos oficiais, “mesmo dos generais”, mas tomaria “medidas rigorosas contra os traidores do Brasil, contra os oficiais que lançam seus soldados contra o povo ou que tentarem reorganizar a contrarrevolução a favor do imperialismo. Contra tais elementos o GOVERNO POPULAR não conhecerá clemência.”²⁸³

Essa total confiança dos comunistas se deu principalmente por acreditarem que tanto as Forças Armadas, quanto a população, descontentes com sistema político em vigor, já estavam preparados para realizar a revolução, e quando eclodisse a revolta, eles a apoiariam. Isso não aconteceu, e serviu para fortalecer o governo e outros opositores do comunismo, que souberam extrair abundantes rendimentos dessa estatística superestimada dos comunistas. Aliada ao governo, a grande imprensa nacional foi uma das grandes fontes de divulgação e consolidação da imagem negativa do comunismo na década de 1930. Declarações contra Prestes e ao insucesso do levante foram constantes no período. “Para felicidade de Getúlio Vargas, que estava construindo mais um degrau em sua carreira, Prestes, incapaz e bitolado, teria preparado uma revolução sem povo, fadada ao malogro.”²⁸⁴

Além dos panfletos convocando a população a pegar em armas para fazer a revolução, e as ameaças direcionadas às Forças Armadas, houve ainda entre os militares, a questão do reajuste salarial, em pauta desde 1934, e efetivado apenas em 1935; a questão da demissão de Góes Monteiro, do cargo de Ministro da Guerra, efetivado em julho; e a intenção do governo e do novo Ministro da Guerra de não mais permitir o engajamento de sargentos, cabos e soldados com menos de dez anos de serviço, e os sargentos com mais de vinte anos a dar baixa (a famigerada “Lei Dutra”).²⁸⁵ Esses fatores ajudaram a inflamar o ânimo de uma parcela dos militares e fizeram aumentar os boatos de golpe. Os inúmeros telegramas trocados entre os membros do governo, como os realizados entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, nos dão um pouco da dimensão do problema: “Graves acontecimentos ameaçam segurança nação e estabilidade seu governo; há uma conspiração generalizada por todo o país, com o

283 - *Idem, Ibidem.*

284 - TAVARES, José Nilo; CANALE, Dario; VIANA, Francisco. *Op., cit.* p. 90.

285 - CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Zahar, 2005.p. 68.

propósito de derrubá-lo e implantar uma ditadura militar, ou sabe-se lá que outro nefasto regime”.²⁸⁶

Segundo Vianna, se não havia no país uma situação revolucionária para um levante popular, mais o clima emocional de esperança no Exército e a favor de golpes militares era cada vez mais forte.²⁸⁷ Em entrevista concedida a autora, Francisco Antônio Leivas Otero,²⁸⁸ afirma que “Nós utilizamos bem, fizemos um bom trabalho de movimentação da oficialidade em torno do programa da aliança, que era nacional-libertador”.²⁸⁹ Este trabalho englobou a criação, no final de 1929, de um Comitê Militar Revolucionário (CMR), que foi a primeira iniciativa de intervenção orgânica de esquerda conhecida nas Forças Armadas no Brasil²⁹⁰, e que tinha como objetivo estreitar contatos com oficiais envolvidos em conspirações e estar alerta para quando iniciar a ‘terceira explosão revolucionária’ e participar dela com armas nas mãos. E ainda, a criação, no mesmo período, do Comitê Antimilitar, denominado Antimil, que tinha como objetivo estreitar relações com os escalões mais baixos das Forças Armadas.²⁹¹

O comitê militar desenvolveu grande atividade na Escola Militar do Realengo no início da década de 1930. Sem vincular diretamente suas ações ao PCB, o movimento dizia agir através de duas organizações: a Juventude Comunista e o Socorro Vermelho. O comitê firmou-se ainda na Escola de Aviação Militar e na Escola de Sargentos, esta fechada em 1931. A célula era bastante ativa e procurava desenvolver um trabalho voltado para os problemas mais sentidos pelos cadetes e alunos da época, um deles era a péssima refeição, chegando inclusive a organizar greves,²⁹² como as que vimos no capítulo em que tratamos sobre a Escola Militar do Realengo. Corroborando com Vianna, a historiadora Taís Battibugli, declara que “A função do CMR era formar células comunistas, algumas das quais foram criadas na Escola Militar do Realengo e na Escola de Aviação Militar, ambas localizadas na Capital Federal (Rio de Janeiro).”²⁹³

Além das Escolas Militares, o PCB também desenvolveu uma intensa atividade no

286 - Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 24 de fevereiro de 1935. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op cit.*, p, 168.

287 - VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op., cit.* p, 172.

288 - Chefiou no 3º RI, na Praia Vermelha, uma célula do Partido Comunista e da ANL. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/verbete/biografico. Acessado em: 20 Jul 2017.

289 - VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op., cit.* p, 180.

290- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa. Editora UNESP, 2014. p, 151.

291 - VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op., cit.* p, 76.

292 - *Idem.* p, 78.

293- BATTIBUGLI, Thaís. A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola, 1936-1939. EdUSP, 2004. p, 27.

quartel do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), situado na Praia Vermelha, principalmente por essa ser uma unidade bem armada, com efetivos completos, mormente, porque dava guarda ao Palácio da Guanabara, tornando-se uma importante unidade militar do ponto de vista insurrecional. A penetração nos quartéis visava atingir, principalmente, os cabos e sargentos, devido ao fascínio que tinham pela ideia de um Exército popular e ligado a questão de igualdade.²⁹⁴

Diante da odiosa repressão militar que chamam de disciplina [...] que mantém cabos e soldados oprimidos através de uma série de regulamentos que resumem a disciplina humilhante a que são submetidos os trabalhadores fardados [...] só nos resta uma coisa a fazer: organizar movimentos contra toda opressão dos agaloados.²⁹⁵

Corroborando para essa análise, com relação a atuação do comunismo nas Forças Armadas, o general Ferdinando de Carvalho afirma que “Nas Forças Armadas a infiltração era grande. Células comunistas, envolvendo oficiais e sargentos, funcionavam no Exército e na Marinha”.²⁹⁶

Analisando a atuação das células comunistas nos quartéis, Bettibugli afirma que as células militares do PCB organizavam, na clandestinidade, jornais de divulgação interna, voltados exclusivamente para o setor. A autora afirma ainda que o trabalho era realizado pelos comitês de agitação e propaganda, conhecidos por agitprop. Cada Força possuía o seu jornal de divulgação, que o historiador Paulo Cunha denominou em seu livro como a *Imprensa Armada*²⁹⁷: a Âncora e o Marujo vermelho, na Marinha; a União de Ferro, no Exército; e posteriormente os Asas Vermelhas na Aeronáutica.²⁹⁸ Além do já mencionado fraco sistema de informação existente no período, a atuação do PCB dentro das Escolas Militares e nos quartéis ocorreu também devido à falta de conhecimento dos militares sobre o comunismo, que no início da década de 1930 ainda era ignorado na caserna.

No dia 26 de junho de 1935, o jornal *O Globo* noticiou em sua primeira página a descoberta de um suposto “plano subversivo” para implantação de um regime soviético no Brasil. Essa notícia foi o “ponta pé” inicial para o futuro Plano Cohen, que serviria de

294- NASCIMENTO, Fernanda. *Op cit*, p. 212.

295 - Protesto dos sargentos e cabos em panfletos da *União de Ferro*, órgão da imprensa comunista que circulou nos quartéis na década de 1930. *Apud* TAVARES, José Nilo; CANALE, Dario; VIANA, Francisco. *Op., cit.* p. 82.

296 - CARVALHO, Ferdinando de. Lembrai-vos de 35! Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército.1981.p, 35.

297 - DA CUNHA, Paulo Ribeiro. Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa. Editora UNESP, 2014.p. 112.

298- BATTIBUGLI, Thaís. *Op., cit.*, p, 34.

pretexto para a implantação do Estado Novo em 1937. A partir deste momento, tanto o governo quanto a ANL, por meio de jornais, revistas e panfletos, intensificaram a guerra de acusações e informações. Segundo Vianna “À medida que a situação se radicalizava, a ANL passava a apelar cada vez mais aos militares”.²⁹⁹

Alarmados com o avanço do comunismo no país, inclusive nas Forças Armadas, em outubro de 1935, a Escola de Estado Maior do Exército realizou uma conferência para discutir assuntos relacionados ao socialismo, sendo Alceu de Amoroso Lima, intelectual católico leigo, convidado para proferir a palestra. Na época, o palestrante aludiu à trajetória do socialismo desde o século XIX até a década de 1930, suas diversas correntes, sua relação com a economia, com a política e com a família. Em novembro, momentos antes do levante, essa palestra foi publicada na revista *A Defesa Nacional*.³⁰⁰ Depreendemos daí dois fatores bastante relevantes que contribuem para legitimar esse momento da pesquisa: primeiro, pelo fato da palestra ter sido realizada por um intelectual católico leigo, constatando que a Igreja Católica estava atualizada quando o assunto era pensamento anticomunista, levando-nos a acreditar que no Exército o comunismo foi combatido tardiamente; o segundo, diz respeito à publicação da conferência na revista ADN, uma revista de grande circulação dentro da instituição. Podemos perceber que nesse momento, embora de forma ainda embrionária, passou-se a ter um interesse da cúpula do Exército em difundir o conhecimento sobre o comunismo entre os seus oficiais, para depois divulgá-los nos corpos de tropa e nas Escolas Militares.

Os levantes comunistas foram deflagrados a 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, a 18km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da ANL. Os levantes não obtiveram êxito e, no final do dia 27 o movimento já estava debelado pelas tropas do general Eurico Gaspar Dutra, que contou com o 1º Batalhão de Guardas e o 1º Grupo de Obuses para sufocar a revolta.

Estes levantes deram ao presidente Getúlio Vargas o “combustível” necessário para o fechamento do regime em 1937, e também para intensificar a busca implacável ao “inimigo” comunista. Com seu discurso conservador, Vargas argumentava que o comunismo queria

299 - VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Op., cit* p, 175.

300 - NASCIMENTO, Fernanda. *Op cit*, p.213.

destruir a pátria, a família e principalmente a religião, aproveitando-se da maioria católica no Brasil, como podemos perceber em um trecho de seu discurso: “Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. A luz da nossa formação espiritual, só podemos concebê-lo como aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental [...]”.³⁰¹

Para as Forças Armadas, o belicismo dos levantes ocorridos em 1935 e a maneira com que atingiram os quartéis e as Escolas Militares, fizeram do comunismo o seu pior inimigo, tornando o discurso anticomunista uma prática constante na caserna, com resquícios até os dias atuais. Para Ferreira, foi a partir desse momento que o anticomunismo se interiorizou na organização militar e ela lançou mão dele por diversas vezes para legitimar inúmeras intervenções empreendidas a partir de 1935.³⁰² Por outro lado, a maneira com que enfrentaram e venceram os comunistas, serviu para consolidar as Forças Armadas, divididas desde o tenentismo dos anos 1920, e da Revolução de 1930, e consolidou seu papel na sociedade, como garantidora da lei e da ordem interna. “Digamos à sociedade, à família brasileira, que estamos prontos para defender-lhes os santuários, para fazer respeitar as religiões e as crenças que cultuam, contra essas manifestações de barbárie [...]”.³⁰³

Depois desses levantes que marcaram a história republicana e especialmente o Exército, os militares se colocaram, como na expressão utilizada por Mota, “Em guarda contra o perigo vermelho”, prontos a enfrentar todo e qualquer tipo de situação que para eles fugisse da anormalidade. A circular abaixo do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra (1936-1945), deixa claro esse papel desempenhado pelo Exército no pós 1935.

Percebendo os perigos que nos ameaçam, sob formas ostensivas aqui, tendenciosas além, [...] - percebendo esse perigo iminente, cumpre ao Exército não se deixar colher de surpresa. E cumpre aos chefes- que serão as primeiras vítimas da própria incúria- intensificar os meios de defesa que estão ao seu alcance.

Impõe-se vigilância constante sobre os elementos suspeitos; a caracterização precisa de suas atividades; a repressão imediata e impiedosa de qualquer ação de propaganda ou conquista; a denúncia desassombrada às autoridades e o afastamento dos que assim tenham se manifestado. E quanto aos que tentarem perturbar a disciplina e demolir o prestígio da autoridade, cumpre fazer sentir que à força só

301 - Pronunciamento do presidente Getúlio Vargas, em 1º de janeiro de 1936. *Apud.* CARVALHO, Ferdinando de. *Op cit.*, p, 111.

302 - FERREIRA, Roberto Martins. Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. Annablume, 2005, p. 57.

303 - Transcrito de EM GUARDA (contra o comunismo), editado pela Biblioteca Militar (atual Biblioteca do Exército), em 1937. *Apud.* CARVALHO, Ferdinando de *Op. cit.*, p. 125.

se opõe a força, imediata, inexorável.³⁰⁴

Nesse período também, o Congresso decretou a mudança do Estado de Sítio, aprovado pelo decreto nº 457, de 26 de novembro de 1935, para o estado de guerra. Nesta situação, foram suspensas todas as garantias constitucionais consideradas diretas ou indiretamente prejudiciais à segurança nacional, foi aprovado pelo decreto nº 702, de 21 de março de 1936 e prorrogado por diversas vezes, sempre com o prazo de 90 dias, até chegar ao fechamento total do regime em 1937.³⁰⁵ No mês de janeiro de 1936, foi criada pelo ministro da justiça, Vicente Rao, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, que teve como presidente o Deputado Adalberto Correia (PRL do Rio Grande do Sul). A Comissão tinha por objetivo coordenar o combate ao comunismo e tentar reprimir a atuação dos participantes ou simpatizantes da revolta comunista. Nesse momento, o atestado de ideologia passou a ser exigido para todos que exercessem cargos públicos ou sindicais.³⁰⁶ Ainda no mesmo ano, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional, instituído pela lei nº 244 de 11 de setembro de 1936, que tinha como objetivo processar e julgar militares e civis acusados de crimes contra a segurança do país³⁰⁷, com isso, a situação dos comunistas se agravou ainda mais, pois o Estado intensificou as manobras de repressão a qualquer tipo de manifestações, inclusive as greves, que para o governo estavam associados ao comunismo.

O clima era mesmo de terror e valia tudo naquela ‘santa guerra’, durante a qual a lógica e o bom senso foram banidos e os seus lugares ocupados pela intolerância e pelo ridículo. Qualquer pretexto servia para demonstrar o ódio ao comunismo e aos comunistas, mesmo os mais absurdos.³⁰⁸

Estima-se que já em 27 de outubro de 1936, quarenta e cinco dias após a sua criação, o Tribunal de Segurança Nacional já havia condenado 75 cidadãos. E entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, condenou cerca de 1.420 cidadãos, a maioria do Rio de Janeiro (533) seguido pelo Rio Grande do Norte (222) e São Paulo (165), tornando-se em um verdadeiro

304- Circular do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. *Apud*, CARVALHO, Ferdinando de. *Op. cit.*, p. 163.

305- ESTADO DE GUERRA. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-guerra>.> Acessado em 2 Ago 2017.

306 - A 2ª REPÚBLICA. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/a2republica.html>. > Acessado em 23 Out 2017.

307-TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribunal-de-seguranca-nacional-tsn> > Acessado em 23 Nov 2017.

308 - CAMPOS, Reinaldo Pompeu. *Op.cit.* p. 88.

tribunal de exceção.³⁰⁹

Com essas manobras, o terreno estava pronto para o fechamento do regime, e este se deu através do Estado Novo, instituído em 10 de novembro de 1937. Foi então que, segundo Ferreira, a partir de 1937 surgiu a identidade militar anticomunista, varando os tempos e se atualizando nos anos de interregno democrático de 1945 a 1964.³¹⁰

Portanto, apesar do anticomunismo estar presente no Brasil antes mesmo dos levantes de novembro de 1935, acreditamos que foi a partir deste momento que o Exército despertou para uma nova ideologia política que surgia no país. A partir de então, foram constantes os enfrentamentos entre a chamada frente anticomunista, que incluía o governo, as Forças Armadas, os integralistas e a classe empresarial, contra os comunistas, o que levou ao fechamento do regime em 1937. Com o fim do Estado Novo, o anticomunismo difundido pelas Forças Armadas permaneceu em vigor durante o período que ficou conhecido como “experiência democrática” (1945-1964). A partir daí, com base na Doutrina de Segurança Nacional, as Forças Armadas, com os seus órgãos de repressão, passaram a controlar todo tipo de manifestações que ocorriam no país, pois acreditavam que haviam elementos comunistas infiltrados neles, como veremos mais à frente.

2.2.1. O anticomunismo na chamada “experiência democrática” (1945-1964).

O Brasil que havia lutado contra o nazi fascismo na Europa possuía um regime autoritário dentro do próprio país, O Estado Novo (1937-1945), liderado pelo presidente Getúlio Vargas. Foram grandes as pressões sobre os militares para acabar com o regime que eles próprios tinham ajudado a implantar.³¹¹ Democratas, liberais, e reacionários, todos pediam a saída de Vargas, que veio ocorrer em 1945, terminando o período comumente conhecido como Era Vargas (1930 a 1945), e dando início ao período denominado como “experiência democrática”.

Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, o Exército ficou dividido entre o apoio à candidatura de Dutra (PTB) ou a de Eduardo Gomes (UDN), ao cargo de presidente da República. A ala mais revolucionária do Exército estava com Eduardo Gomes, que tinha raízes na Revolução de 1922, na revolta do Forte de Copacabana, sendo um revolucionário

309 - A 2ª REPÚBLICA. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/a2republica.html>> Acessado em 23 Out 2017.

310- FERREIRA, Roberto Martins. *Op. cit.*, p. 11.

311 - Em 1945, ficaram contra Vargas os principais entre seus antigos auxiliares, como Goés Monteiro, Dutra, Conrobert Pereira, [...] Movia este grupo o receio da política trabalhista de Vargas, que vinculavam de modo quase paranoico ao perigo comunista. In. DE CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. Zahar, 2005.p., 111.

histórico. A ala menos revolucionária estava com Dutra, pois não havia sido revolucionário.³¹² Dutra foi eleito ao cargo de Presidente da República (1946-1951) com 55% de votos, com uma forte influência de Getúlio Vargas, pois se formara naquele período a aliança entre o Partido Social Democrata (PSD), partido de Eurico Gaspar Dutra, e o Partido trabalhista Brasileiro (PTB), partido de Getúlio Vargas. Nesse momento a União Democrática Nacional (UDN), partido de Eduardo Gomes, era o da oposição. A vitória de Dutra demonstra a forte influência que Vargas ainda possuía na política.

Esse período foi de sentimentos extremados para com os comunistas. Havia a euforia pela legalização do Partido, obtendo o seu registro eleitoral; a libertação de Prestes, preso desde março de 1936; os bons resultados nas eleições presidenciais do candidato Yedo Fiúza, obtendo 10% dos votos; no Distrito Federal, Prestes foi eleito Senador com uma enorme votação; além de serem eleitos quatorze deputados federais. Porém, essa euforia não duraria muito tempo. A intensa repressão imposta ao partido, pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, levaria o PCB novamente à ilegalidade em maio 1947, momento em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cancelou o seu registro, argumentando que o partido era um instrumento da intervenção soviética no país.³¹³ A partir de então, tanto Prestes, quanto os parlamentares eleitos pelo partido, passaram a viver em absoluta clandestinidade.

Apesar de seu discurso de posse ter tido um tom democrático, o governo de Dutra se mostrou totalmente coercitivo quando lidava com oposições, o que marcou o caráter incerto e dúbio de seu governo.

Preocupado em corresponder às expectativas de meus compatriotas, comprometo-me a manter, em tudo quanto de mim depender o sistema democrático que resultar das deliberações da Assembléia Nacional, sem o menor cerceamento das liberdades públicas inseparáveis de um regime de opinião.³¹⁴

A repressão aos comunistas se deu em diversos campos e ela se fez sentir desde o começo de seu governo. Em agosto de 1946, eclodiu uma série de manifestações populares no Distrito Federal, com greves, passeatas, quebra-quebra, e outras formas de manifestações, que resultaram em duras medidas repressivas impostas pela polícia e até ameaça de ocupar a capital do país com o Exército, levando as autoridades a atribuírem às manifestações

312- *Idem*, p. 98.

313-Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em : 17 Ago 17.

314 - Trecho do discurso de posse do presidente Dutra. Apud. CARONE, Edgard. A república liberal: Evolução política (1945-1964). Difel, 1985.p. 17.

populares aos comunistas,³¹⁵ intensificando-se a perseguição a eles. Esse ambiente de perseguição que se formou deixou a população dividida. De um lado, havia os que defendiam a necessidade de se intensificar a perseguição aos comunistas e ao partido, do outro, havia aqueles que achavam que essa perseguição não era condizente com o período que estavam vivendo, de abertura política.³¹⁶ Conforme vemos no despacho da Embaixada Norte Americana no Rio de Janeiro, para o Departamento de Estado Norte-Americano, em 13 de julho de 1946:

Tudo isso nos ofende e deixa humilhados. Como justificar (a presença) de vítimas, se não houve notícia de luta, tumulto ou manifestações agressivas da parte dos grevistas? O massacre de prisioneiros, não importe de que tipo, de trabalhadores que pedem por salários, mesmo se membros de um partido intolerante, não corresponde aos nossos dias. (No tempo da ditadura) mesmo um senador da República sofreu uma degradação de uma surra por parte de uma polícia furiosa e sanguinária. Não agora! Agora estamos em 1946 [...].³¹⁷

Como depreendemos neste documento, apesar de o período ter sido chamado de “experiência democrática”, o que vimos, foi que a repressão contra os que protestavam sobre qualquer assunto, como por exemplo, contra péssimas condições de trabalho, eram cruelmente reprimidos pelo governo. Segundo Carone, até 1946 a ofensiva aos comunistas era realizada com movimentos ocasionais. Mas a partir de 1947, com o aumento da crise no país, que acarretou várias manifestações, e ainda, o aumento da simpatia pelo comunismo por grande parte da população, a ofensiva do governo contra os comunistas se intensificou, passando a ter inclusive movimentos coordenados. E obedecendo a lógica da Guerra Fria, o presidente Dutra rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética, fechou o PCB e estreitou os seus laços com os Estados Unidos.³¹⁸

A partir de então, durante todo o período que ficou conhecido como “experiência democrática”, foram várias as formas de perseguições aos comunistas, que culminaram na derrubada do Presidente da República, João Goulart (1961-1964), acusado pelos militares de comunista, e a instauração da ditadura militar no Brasil.

O sucesso dessa empreitada anticomunista foi alcançado devido principalmente a

315 - CARONE, Edgard. A república liberal: Evolução política (1945-1964). Difel, 1985.p. 21.

316 - RODEGHERO, Carla Simone. Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. 2002. p, 72.

317- *Reaction Against Reports of Police Violence Against Communist*. M1492, rolo 15. *Apud. Idem.* p. 74. Reação contra relatos de violência policial contra comunistas.

318 - CARONE, Edgard. A república liberal: Evolução política (1945-1964). Difel, 1985.p. 24.

coesão ideológica que se formou em expressivos setores das Forças Armadas, coesão essa assegurada, segundo o cientista político Eliezer Rizzo de Oliveira, pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), traduzida e disseminada nos cursos da Escola Superior de Guerra.³¹⁹ Para o autor, a ESG seria um Aparelho Ideológico do Estado e a DSN teria estabelecido as bases para as possíveis alianças entre a organização militar e demais atores da cena política, o que teria viabilizado a sua atuação, como veremos no próximo tópico.

2.2.2. A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional

O mundo atual está em guerra. O imperialismo soviético estende cada vez mais seu domínio por meio de uma guerra de conquista que utiliza todas as formas conhecidas de agressão moral, espiritual e física.³²⁰

A criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, e a formulação da doutrina de Segurança Nacional, praticamente consolidam este “novo” papel das Forças Armadas na luta contra guerra revolucionária no contexto da Guerra Fria.³²¹

Para compreendermos o papel desempenhado pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, e a sua importância para a análise deste trabalho, precisamos entender o contexto no qual ela estava inserida.

No pós- Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou dividido em dois blocos, de um lado, o bloco ocidental, capitalista e capitaneado pelos Estados Unidos; do outro, o bloco oriental, socialista e capitaneado pela União Soviética. Os dois blocos travaram no período um confronto que ficou conhecido como “Guerra Fria”. Segundo o Jurista Enrique Ricardo Lewandowski³²², o termo foi empregado pela primeira vez pelo conselheiro presidencial Bernard Baruch, durante um debate no Congresso norte americano, em 1947, no qual identificou o estado de beligerância virtual que se instaurou, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, entre as duas maiores potências mundiais que se formaram no período, EUA e URSS.³²³

Nessa guerra, a batalha era travada nos campos políticos, econômicos, psicológicos e

319 - OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil. Petrópolis. Vozes, 1975. p. 25.

320 - Discurso de um general chileno, realizado em 1976. Apud. COMBLIN, José. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, 1978.p. 44

321 - Ferreira, Roberto Martins. Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. Annablume, 2005. p.10.

322 - Professor Assistente Doutor da faculdade de direito da USP.

323 - LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Notas sobre o conceito de guerra revolucionária e sua expressão legal. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 80, 1985.p. 1.

militar, se valendo, preferencialmente, de manobras diplomáticas, ameaças, pressões, espionagem, propaganda e demais artifícios não comuns a guerra convencional. O uso da arma de fogo era o último recurso a ser empregado.

A Guerra da Coréia (1950-1953), a Revolução Cubana (1953-1959), a invasão da Hungria (1956), a Guerra do Vietnã (1959-1975), a Revolução Cubana (1953-1959), e outros conflitos semelhantes a estes e que foram travados em diversos cantos do mundo, foram partes dos desdobramentos desse conflito entre as duas maiores potências mundiais e retratam bem o seu *modus operandi*. Nesse contexto, os Estados Unidos elaboraram uma doutrina militar baseada no conceito de segurança e desenvolvimento, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que tinha como um de seus objetivos combater a guerra não convencional ou revolucionária, considerada a principal ameaça estratégica do comunismo internacional e que visava alcançar os países do Terceiro Mundo.³²⁴

No Brasil o *locus* dessa doutrina foi a Escola Superior de Guerra (ESG). Com a saída da Missão Militar Francesa, em 1944, e após a 2ª Guerra Mundial, em razão da atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) junto ao Exército Americano, emergiu no Exército Brasileiro a influência da doutrina militar norte-americana. Os conhecimentos adquiridos em campanha constituíram o núcleo da reformulação doutrinária do Exército Brasileiro que se deu de forma intensa, até meados de 1960.³²⁵ Segundo Comblin, após a Segunda Guerra Mundial os militares “voltaram ao Brasil com a intenção de copiar a *National War College*. Uma Missão Militar Americana foi encarregada de auxiliar seus colegas brasileiros a fundar essa instituição, e a orientará durante doze anos: será a Escola Superior de Guerra.”³²⁶

Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949

Art. 1º. É criada a Escola Superior de Guerra, instituição de altos estudos, subordinada diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinada a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da Segurança Nacional.

Subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), do qual recebia orientações através de diretrizes que ditavam o rumo a seguir na atividade escolar, a ESG destinava-se a formar civis e militares, denominados estagiários, que após 1964 vieram a

324 - COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, 1978.p. 44

325- Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: IPSIS, 2011, p. 95.

326 - COMBLIN, Joseph. Op., cit., p. 155

compor os mais altos postos da administração pública do país. “Art 5º. Terão ingresso na Escola oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às Forças Armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional.”³²⁷

Segundo o ex-aluno da ESG (1952), e ex-Presidente do Brasil (1974-1979), Ernesto Geisel, “os alunos civis eram voluntários, mas aceitos pela sua qualificação profissional, pelas funções que exerciam na vida nacional, na indústria, no comércio, no próprio governo, inclusive no Itamarati.”³²⁸

Corroborando com Geisel, Alfred Stepan também chama a atenção para o fato de que na ESG “cerca da metade dos alunos eram civis, muitos deles ligados a grandes empresas industriais, comerciais e financeiras”.³²⁹

Em 1949, ano de sua criação, o regulamento esguiano prescrevia que a escola teria por meta buscar e definir “(...) um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que servisse de base à coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do país.”³³⁰ Segundo Geisel, a meta da ESG teria sido alcançada, pois a Escola havia conseguido “transmitir para uma boa parte do setor civil, mais responsável, informações e estudos sobre o problema da segurança do país, mostrando que aquele não era um problema só dos militares, mas de toda a nação.”³³¹

Do documentário *Cidadão Boilesen*, depreendemos, através do depoimento do Coronel Erasmo Dias³³², o quanto o setor civil apoiou à repressão, conforme havia preconizado o regulamento esguiano, alinhando-se a Doutrina de Segurança Nacional, e também o quanto os militares valorizaram esse apoio “(...) e o apoio para nós era importante, quer dizer, não só como informação, como estrutura, e para... era, para nós, uma participação que interessava, porque era o meio civil que estava se mobilizando, porque, a final de contas, sozinho, você não ganha guerra nenhuma.”³³³

Os esguianos preconizavam que a guerra era um problema de toda sociedade, incluindo políticos, economistas e também os setores industriais e agrícola, havendo assim, uma grande mobilização por parte do setor produtivo brasileiro, sem a qual não seria possível

327- Lei nº 785, de 20 de abril de 1949. Criação da Escola Superior de Guerra.

328- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Ernesto Geisel. Fundação Getúlio Vargas, 1997,p, 108.

329 - STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p.178.

330 - Regimento da Escola Superior de Guerra. *Apud.* VASCONCELOS, CB de. A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964. 2010.p. 54. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

331 - D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Ernesto Geisel. Fundação Getúlio Vargas, 1997,p, 109.

332 - Comandante do 6º Grupamento Motorizado de Artilharia de Costa (1968-1970).

333 - CIDADÃO BOIESEM. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>. Acessado em: 11 Set 2017. A fala do coronel Erasmo Dias encontra-se no minuto 45.

se quer executá-la.

Porém, mantendo uma visão elitista do que seria melhor para o Brasil, a ESG considerava-se apta para definir e/ ou a treinar os encarregados de determinar os interesses nacionais e a forma de atingi-los.³³⁴ Nos seus primeiros anos (1949-1953), os cursos priorizaram fazer um levantamento da situação econômica, social e política do país, buscando sempre identificar os entraves e a capacidade para o desenvolvimento econômico e suas vinculações com as relações internacionais, especificamente a defesa do hemisfério.³³⁵

Os esguianos entendiam o desenvolvimento como o “processo global de aperfeiçoamento do homem e o aprimoramento do sistema social.”³³⁶ A falta deste deixaria o Brasil mais vulnerável à ameaça do perigo comunista e a população mais afeita a aceitar a sedução.³³⁷ Acreditavam que um alto índice de desenvolvimento era condição necessária à consecução da segurança nacional, pois tornava a população menos afeita a ideologias que eles consideravam nocivas para a nação. Esse pensamento resultou em um desfecho classista, excludente e autoritário, que permeou o pensamento esguiano no período da Guerra Fria.

Nos fins dos anos 1950, a questão da segurança nacional surgiu com mais intensidade no país. As guerras de cunho socialista que eclodiram em diversas partes do mundo, fizeram com que os EUA, assustados com o fascínio que o socialismo despertava nos países subdesenvolvidos, e a rapidez com que suas ideias avançavam nestes países, investissem o peso de seu poder, influência e riqueza, nos países da América Latina, especialmente no Brasil pós revolução cubana, por ser esta a “porta de entrada” da Europa nos países da América Latina e também por fazer fronteira com a maioria deles, e ainda, por temer que o Brasil se tornasse uma nova Cuba.

Foi neste contexto que o presidente dos EUA, Harry S. Truman, lançou o plano de auxílio aos países menos desenvolvidos, que segundo ele:

O estado de pobreza das regiões menos desenvolvidas era um estorvo não só para elas próprias, mas também para a paz mundial e para os países mais prósperos, especificamente os EUA, e que, por fim, representava uma ameaça a todo sistema capitalista. [...] Para ele, muitas das condições de instabilidade destas regiões derivavam do atraso econômico, que só o capital privado poderia remediar, e, ao mesmo tempo a frustração de expectativa desses países poderia fazer com que eles dessem “ouvidos as falsas doutrinas que espalham a

334 - VASCONCELOS, CB de. *Op.cit.*,p. 43.

335 - Idem. p. 49.

336 - Manual Básico da ESG. Ver. Atual. Rio de Janeiro, 2014. 4v. p., 67.

337- VASCONCELOS, CB de. *Op., cit.*, p, 72.

crença de que só pela tirania se alcança o progresso.”³³⁸

Analisando o discurso do presidente Truman, e outras evidências que estão colocadas em sua pesquisa, Vasconcelos conclui que a relação entre segurança e desenvolvimento presente no curso da ESG, tinha uma conexão íntima com o quadro político internacional e o processo de expansão capitalista.³³⁹

No cenário nacional, o período aqui analisado foi de intensa efervescência política: o movimento das Ligas Camponesas, a crescente sindicalização e organização da classe operária, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a crescente formação dos partidos políticos progressistas, as greves gerais e nacionais, todos eles com suspeitas de ligação com os comunistas, ajudaram a aumentar o clima de insegurança por parte do governo.

Neste contexto, uma nova doutrina com o objetivo de combater o comunismo no país surge no interior das Forças Armadas, passando a ser o foco da Doutrina de Segurança Nacional, a “Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR)”. Sob orientação da Escola Superior de Guerra, a DGR passou a ser “leitura exclusiva dos acontecimentos políticos e sociais” do país.³⁴⁰ Os esforços passaram a ser concentrados na elaboração de meios de contenção a ameaça comunista, requerendo, inclusive, uma reestruturação organizacional das Forças Armadas, visando uma atuação mais adequada às exigências da política de segurança nacional.

Desde então, um grande número de oficiais passou a interpretar os acontecimentos do país através desta teoria, e entenderam que para o pleno desenvolvimento do potencial nacional era preciso eliminar os “obstáculos”, e para alcançar tal objetivo era preciso fazer uso de políticas repressivas,³⁴¹ o que demandou uma série de arbitrariedades no país.

A origem da Doutrina de Guerra Revolucionária suscitou um intenso debate na historiografia brasileira sobre o tema. Para o padre Comblim e seus seguidores no Brasil, essa doutrina era originária dos EUA.

Foi também nos Estados Unidos que se formou a ideia de guerra revolucionária, que vai tornar-se o prato predileto dos militares latino-americanos, a partir do momento em que entram em funcionamento os colégios militares destinados a preparar os oficiais e soldados da

338 - TRUMAN, Harry S. “Mensagem do presidente Truman ao Congresso sobre o ponto IV”. Apud. VASCONCELOS, CB de. *Op. cit.*, p, 70.

339- VASCONCELOS, CB de. *Op. cit.*, p, 71.

340- CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro. Zahar, 2012, p.19.

341 - VASCONCELOS, CB de. *Op. cit.*, p, 74.

região do Canal do Panamá.³⁴²

Já para a historiadora francesa Maud Chirio, e para o sociólogo brasileiro João Roberto Martins Filho e outros pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto, e que seguem a linha de pensamento oposta à de Comblin e seus seguidores, essa doutrina era originária da França e não dos EUA.

Os militares brasileiros não importaram essa teoria dos Estados Unidos: ela surge no Brasil em 1957, sob a forma de artigos em revistas militares, ao passo que é apenas em 1962, muito mais tarde, que o Exército norte-americano reconhece a insurreição subversiva como forma principal de conflito político-militar e empreende a campanha de instrução para enfrenta-lo. [...] Os anos 1957-61 são, portanto, os da importação do conceito francês de guerra revolucionária.³⁴³

A crítica de João Roberto Martins Filho à visão de Comblin se fundamenta na questão cronológica, já que o Memorando de Ação de Segurança Nacional 124, de 1962 (NSAM-124), do Presidente Jhon F. Kennedy (JFK) só foi promulgado em 18 de janeiro de 1962, sendo que anteriormente a esta data o Brasil já se mobilizava no sentido de construir uma DGR. Outra crítica que o autor faz a Comblin é que na sua visão, os militares do Cone Sul eram “uma simples marionete ideológica, sem história política ou capacidade de gerar seus próprios mitos, doutrinas ou ideologias”.³⁴⁴

De acordo com uma perspectiva sobre a teoria de Guerra Revolucionária, o “inimigo” agia em todo tempo e em vários lugares e por isso, consideravam que o país estava em uma guerra constante, e que toda oposição era dirigida por ele, e se o Estado entreabrisse as portas à crítica, o comunismo se infiltraria imediatamente.³⁴⁵ Cabia, pois ao Estado, como o grande responsável pelo processo político, preservar a segurança de todos, pois a todos deve e pode exigir o cumprimento dos deveres e funções necessários à manutenção desta condição.³⁴⁶

Os esguianos defendiam também que o comunismo visava à conquista do poder pelo controle progressivo da população.

342 - COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*, p. 44.

343- CHIRIO, Maud. *Op.*, cit., pgs, 20-21.

344- MARTINS FILHO, João Roberto. “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 42, jun, 2008.

345- COMBLIN, Joseph. *Op. cit.* p, 74.

346 - Manual Básico da ESG. Rio de Janeiro, 2014. 4v. p.75.

Para a tomada do poder pelos comunistas, também existe um trabalho prévio, árduo e persistente, denominado por eles de trabalho de massa. O trabalho de massa consiste nas atividades de infiltração e recrutamento, organização, doutrinação e mobilização, desenvolvidas sob técnicas de agitação e propaganda, visando a criar a vontade e as condições para a mudança radical das estruturas e do regime.³⁴⁷

Afirmavam ainda que por se tratar de uma guerra que se utiliza de métodos não convencionais, deveria ser enfrentada por forças não tradicionais.

Tendo em vista que a GR utilizava-se de meios diferentes da guerra convencional, ela não poderia ser enfrentada por Forças Armadas tradicionais, sendo necessário empreender, assim como os “subversivos”, uma guerra psicológica junto à população. O que significava pôr em prática ações propagandistas no sentido de afirmar os ideais anticomunistas e denunciar as ações comunistas com vista a tomada do poder.³⁴⁸

Nesse contexto, a repressão e o controle realizado pelo Exército se estenderam por diversos setores da sociedade, como nos sindicatos, nas universidades, nos meios de comunicação, nas Igrejas, e nos demais locais onde fosse possível encontrar a ação dos comunistas, pois, como a tentativa era de conquista através do convencimento da população, todos se tornavam inimigos internos em potencial e como tal precisavam ser vigiados, controlados e, se necessário eliminados do meio da população.³⁴⁹ Quanto a esse aspecto da flexibilidade do inimigo a ser combatido, Comblim afirma que os teóricos da DSN acreditavam que:

O comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; Para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional.³⁵⁰

Essa flexibilidade possibilitou, nos países da América Latina, o processo de expurgo do ambiente político e militar, que no Brasil culminou no golpe militar de 1964. Ainda segundo Comblim “Lutando contra toda ideia crítica, os militares tem a convicção de estarem

347 - MACIEL, Lício Augusto Ribeiro; DO NASCIMENTO, José Conegundes. Orvil: tentativas de tomada do poder. Schoba Editora, 2012.p.5.

348 - TEIXEIRA, Mauro Eustáquio. Revanche dos vencedores. 2012. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto. p. 32.

349 - VASCONCELOS, CB de. *Op., cit.*,p. 76.

350 - COMBLIN, Joseph. *Op., cit.*, p. 55.

destruindo o comunismo internacional.”³⁵¹ Para isso, foi preciso criar um sistema amplo de coleta de informações, que posteriormente passou a ser conhecido como “comunidade de segurança” capaz de investigar todo e qualquer setor da sociedade e que “gradativamente foi se sofisticando e se tornando um “rolo compressor” na rota da repressão.”³⁵²

Desde meados da década de 1940, as atividades de informação eram garantidas pela 2ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), pelos estados-maiores dos ministérios militares e pelas seções de segurança nacional dos ministérios civis. Pelo Decreto nº 97.775, de 6 de setembro de 1946, coube a estas últimas, como órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, estudar as questões de segurança nacional dentro do âmbito das atribuições de seus respectivos ministérios, e assegurar as relações entre estes e a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, o EMFA e os demais ministérios. O mesmo decreto criou ainda o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), em 1958, subordinado ao Conselho de Segurança Nacional.³⁵³

Como o serviço de informação vinha crescendo no país, e com a finalidade de aprimorar o seu bom funcionamento, alguns oficiais, que iriam compor o Serviço Federal de Informação e Contrainformações (SFICI), foram enviados para a Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, a fim de realizarem estágios práticos naqueles países. Vale destacar, que o SFICI atuou especialmente levantando informações ao governo a respeito dos comunistas.³⁵⁴

Segundo Geisel, a 2ª Seção do Exército compreendia duas subseções: uma se preocupava com as informações do exterior, e a outra sobre a situação interna do Exército.³⁵⁵ Esses órgãos de informações sofreram constantes reformulações, que culminaram com a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), em 13 de junho de 1964 pela Lei nº 4.341, e que posteriormente, como vimos, englobou o centro de informações da Marinha (CENIMAR), do Exército (CIE), e da Aeronáutica (CISA). Esses órgãos, sob a vigência do Ato Institucional nº 5 (1968-1978), passaram a exercer a função de polícia política e, ao longo da segunda metade do século XX pautaram as suas ações no sentido de neutralizar os movimentos populares, sobretudo aqueles identificados com o movimento comunista. Essas características facilitaram o alinhamento desses órgãos à Teoria de Guerra Revolucionária,

351 - *Idem*, p. 49.

352 - D'ARAUJO, Maria Celina Soares et al. (Ed.). Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.17.

353 - Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>> Acessado em 24 de agosto de 2017.

354 - D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Op. cit.*, p. 127.

355 - *Idem*. p. 125.

então em vigor nas Forças Armadas.

No Brasil, os anos de 1957 a 1961, ficaram marcados como o período de importação do conceito francês de guerra revolucionária. E acreditamos, assim como a historiadora Maud Chirio, que coube ao Exército Francês tal inovação doutrinária, pois os conflitos na Indochina e na Argélia deram a eles a experiência necessária para o combate de guerrilha, algo que era ainda desconhecido pelo Exército dos EUA.³⁵⁶ Essa inovação doutrinária se adequou perfeitamente às necessidades do Brasil, pois a guerra convencional ou nuclear, capitaneada pelos norte-americanos, estava longe do contexto geopolítico brasileiro.

Para sustentar a sua tese, Maud destaca que em 1957 uma das revistas do Estado-Maior do Exército, o *Mensário de Cultura Militar*, publicou um artigo intitulado “A guerra revolucionária”. O texto foi retirado da *Revue Militaire d’Information*, ligada ao Ministério da Defesa francês, e traduzido pelo coronel Moacyr Barcellos Potyguara.³⁵⁷ Segundo a autora, o texto abrangeu os principais elementos teóricos sobre guerra revolucionária e posteriormente foi utilizada nos artigos, nas conferências e nos cursos destinados a formação e ao aperfeiçoamento dos oficiais do Exército Brasileiro.³⁵⁸

De acordo com Vasconcelos, a primeira referência sobre palestra realizada pelos militares brasileiros relativa a guerra revolucionária, foi a do coronel Augusto Fragoso, em maio de 1959, ministrada no Curso de Estado-Maior e Comando da ESG, com o título “Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária”.³⁵⁹ Entre vários outros aspectos, o coronel Fragoso alertava para o fato de que as Forças Armadas, organizadas para as guerras clássicas contra inimigos externos, encontraria dificuldades para se organizar, em curto prazo, para a luta contra o terrorismo urbano e a contraguerrilha, denominado por ele como “bandos armados de guerrilheiros nos campos”.³⁶⁰

Por conta disso, propondo uma solução para o problema do Brasil, Fragoso enumerou uma série de medidas a serem tomadas pelas Forças Armadas no combate a guerra revolucionária, que para ele já estava no seu primeiro estágio, o estágio pré-revolucionário, tido como o mais perigoso, pelo fato das instituições democráticas não estarem preparadas para enfrentar a ameaça subversiva, que tinha como principal arma a ação psicológica. São elas:

356 - CHIRIO, Maud. *Op., cit.*, p. 20.

357- Que veio a ser comandante do Corpo de Cadetes da AMAN em 1964.

358 - *Idem.* p, 21.

359 - VASCONCELOS, CB de. *Op., cit.*,p. 76.

360 - *Idem.* p, 80.

- organização da ação psicológica – contrapropaganda ideológica – Aproveitando todas as iniciativas idôneas e sadias, tal como a campanha do rearmamento moral;
- dotar o país de uma legislação adequada, que permita o eficiente combate à subversão, sobretudo nas primeiras fases;
- organizar um sistema de defesa interior do Território;
- organizar unidades das FA especialmente adestradas na luta antirrevolucionária.³⁶¹

Além dessas medidas elencadas acima, Fragoso propôs ainda um possível “saneamento” das Forças Armadas, como uma possibilidade para o combate ao inimigo interno, já que nessa época era relativamente grande o número de comunistas nas Forças Armadas. Conforme destacou Fernando Morais “a direção (do PCB) reconheceu que, paradoxalmente, era mais fácil construir o partido nos quartéis do que nas fábricas, e empenhou-se nisso.”³⁶²

Importante destacar, que algumas dessas sugestões propostas por Fragoso foram posteriormente cumpridas, como por exemplo, a suspensão do *habeas corpus* durante a ditadura militar, possibilitando uma série de prisões arbitrárias; o expurgo de militares, que segundo Maud, só no primeiro Ato Institucional (Art. 7, que suspende a garantia de estabilidade profissional dos funcionários civis e militares), mais de 1014 oficiais e graduados foram atingidos nas FFAA³⁶³; a criação, em 1967, do Departamento de Instrução Especial (DIEsp), atual Seção de Instrução Especial (SIEsp), nas Escolas Militares, onde os instrutores são selecionados pelas suas habilidades operacionais, tinham como um de seus objetivos preparar os cadetes e alunos para a Guerra Revolucionária e a Guerra na Selva;³⁶⁴ e ainda, a criação, em 1968, do Departamento de Ações de Comando (DAC), atualmente 1º Batalhão de Ação de Comandos (1º BAC), unidade operacional do Exército Brasileiro, que na atualidade integra o Comando de Operações Especiais (C Op Esp), localizado em Goiânia, e que na década de 1970, quando ainda era situada no Rio de Janeiro, combateu a Força de Guerrilha do Araguaia (FOGUERA), organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).³⁶⁵

Para os militares que pertenciam a ala anticomunista do Exército, o combate no Araguaia foi o maior desafio após a Segunda Guerra Mundial e, de longe, a maior ameaça à

361 - *Idem.* p. 82.

362 - MORAIS, Fernando. Olga. Grove Press, 2004.

363 - CHIRIO, Maud. Op., cit., p. 43

364 - O Boletim Interno nº 55, de 12 de agosto de 1966, criou uma Comissão Especial de Estudos para atualizar e dinamizar a instrução militar da AMAN. Estabeleceu-se também a criação do Departamento de Instrução Especial (DIEsp), cuja denominação atual, Seção de Instrução Especial (SIEsp), foi aprovada pela Portaria nº 54- Res/EME, de 08 de dezembro de 1969.

365 - Disponível em: < <http://www.1bac.eb.mil.br/index.php/editoria-a> > Acessado em 24Ago 2017.

segurança nacional, pois adotando os princípios de Mao Tse Tung e Fidel Castro, usados respectivamente na revolução chinesa e cubana, os guerrilheiros tinham por objetivo, em sua terceira e última fase, conduzir a revolução socialista pela região, com ataques direto às Forças Armadas e ao Governo.³⁶⁶

Esse período foi marcado por várias tentativas de implantar a luta armada, como a que ocorreu no Parque Nacional de Caparaó, localizado nas divisas dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Houve também tentativa de implantar a luta armada no Vale da Ribeira, no sul do Estado de São Paulo. Esses conflitos, que acarretaram centenas entre mortos e feridos, deram ao Exército Brasileiro a possibilidade de colocar em prática e aperfeiçoar o seu aprendizado sobre Guerra Revolucionária.

De acordo com Teixeira, em um primeiro momento, quando as guerrilhas eram combatidas por soldados despreparados para o combate em ambiente rural, o Exército enfrentou grandes dificuldades para combatê-las, portanto, a partir do momento em que empregaram homens treinados para aquele contexto, a dizimação dos guerrilheiros se fez rapidamente.³⁶⁷

Segundo relatos do CIE, esses conflitos teriam impedido o general Médici de realizar o que ele propôs em seu governo, que era “dotar o país de instituições livres e permanentes”. Assumindo assim, que a ameaça ao poder do Estado era a justificativa suficiente para que se mantivesse o Estado de exceção e a suspensão das liberdades individuais.³⁶⁸ Por outro lado, os militantes de esquerda alegavam que o aumento no número de revoltas se dava devido ao fato da repressão ter se intensificado no período que ficou comumente conhecido como “os anos de chumbo”, defendiam que haviam sido os militares que deram o golpe de Estado, violaram a Constituição, cassaram pessoas, restringiram enormemente a participação política e os canais de expressão, instituíram a censura, editaram Atos Institucionais, ainda antes do início das ações armadas dos grupos de esquerda.³⁶⁹ O que gera um longo debate. E como bem afirmou o historiador Carlos Fico “A história, naturalmente, não está imune a essas disputas entre memórias divergentes [...]”.³⁷⁰

Sobre esse assunto, os pesquisadores D’Araújo, Celso Castro e Dillon Soares, afirmam que o país teria, a exemplo de outras nações, condições para combater a guerrilha e o

366 - Insurgência e contra insurgência na guerrilha do Araguaia. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/2017/01/21/insurgencia-e-contrainsurgencia-na-guerrilha-do-araguaia/>> Acessado em : 28 de ago 2017.

367 - TEIXEIRA, Mauro Eustáquio. *Op. cit.*, p. 54.

368- *Idem. Op. cit.*, p. 42.

369 - D'ARAUJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso (org). Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1994. p. 13.

370 - FICO, Carlos. *Op.,cit.* p. 182.

terrorismo sem recorrer a atos de exceção. Portanto, para os autores, a tese de que houve repressão violenta porque houve subversão pode ser relativizada. Afirmam ainda que a repressão violenta foi uma escolha e não uma inevitabilidade histórica.³⁷¹

Mesmo que a afirmação dos militares de que a manutenção do estado de exceção foi devido a ameaça ao poder do Estado fosse válida, a declaração do coronel Adyr Fiuza de Castro, que participou da criação do CIE, em 1967, e permaneceu nesse principal setor do Exército até 1969, e combateu as guerrilhas quando integrou o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)³⁷² do I Exército, entre 1972 a 1974, não nos deixa dúvida sobre o excesso de força que esses órgãos de segurança exerciam sobre todos aqueles que se opunham ao regime.

Foi a mesma coisa que matar uma mosca com um martelo-pilão. Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos o martelo-pilão.³⁷³

Corroborando com essa análise, Teixeira chama a atenção para o fato de existirem relatos de que em 1971, quando a luta armada estava praticamente neutralizada, os órgão de segurança ainda atuavam de forma violenta, com prisões e torturas.³⁷⁴ Segundo o jornalista Hélio Gaspari, somente neste ano, foram mortos pelo menos 50 militantes, contra 29 no ano anterior.³⁷⁵ Esses dados comprovam que as mortes e torturas praticadas pelos militares não estavam relacionados apenas com a ameaça ao poder do Estado, mas sim, como uma forma encontrada pelos militares para reprimir todo tipo de oposição ao governo.

Essa prática violenta de se reprimir protestos contra o governo se estendeu por um longo período, com resquícios até nos dias atuais. Uma prova dessa afirmativa, foi que em 1988, já com o fim da ditadura militar e na atual Nova República, um grupo de trabalhadores da então estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda-RJ, organizou uma paralização no interior da fábrica, onde protestavam contra as péssimas condições de trabalho impostas durante o governo do presidente da República José Sarney (1985-1990). O Exército invadiu o interior da fábrica e reprimiu violentamente a

371 - D'ARAUJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso (org). *Op cit*, p. 21.

372 - Dentro da comunidade de segurança os CODIs funcionavam como órgãos de planejamento, dirigido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército respectivo. Controlavam a execução das medidas de repressão e buscavam articular todas as instâncias envolvidas. Os DOIs faziam os trabalhos de prisões, torturas e assassinatos, geralmente comandados por um tenente-coronel. In. FICO, Carlos. *Op.cit.* p. 185.

373 - D'ARAUJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso (org). *Op cit*. p. 75.

374 - TEIXEIRA, Mauro Eustáquio. *Op. cit.*, p. 52.

375 - GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo. Cia das Letras. 2002. pg. 162-169.

manifestação, deixando um saldo de três mortos e centenas de feridos.³⁷⁶ Como disseram os pesquisadores D'Araújo, Celso Castro e Dillon Soares, esse ato teria sido uma escolha e não uma inevitabilidade histórica.³⁷⁷

Portanto, verificamos que a ESG e o Exército Brasileiro desempenharam papel fundamental no combate ao comunismo no país, especialmente pela doutrinação na ESG e pela atuação prática do Exército. Os estudos desenvolvidos na ESG, pouco tempo depois, foram disseminados nos corpos de tropas e nas Escolas Militares do Exército. Dentre essas escolas podemos destacar a disseminação na Academia Militar das Agulhas Negras, objeto central de nossa pesquisa, que seria fortemente influenciada por essa doutrinação anticomunista que dominou as Forças Armadas, como veremos no próximo capítulo.

376- Disponível em: < <http://videomemoriapolitica.blogspot.com.br/2013/09/1988-greve-dos-trabalhadores-da-csn.html> > Acesso em: 22 Jan 2018.

377 - D'ARAUJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso (org). *Op. cit.* p. 13.

Capítulo III. A Participação da Academia Militar das Agulhas Negras no Golpe Militar de 1964.

Este capítulo tem por finalidade analisar a crescente doutrinação anticomunista que se instaurou na AMAN, desde a sua chegada à Resende em 1944, com o nome de Escola Militar de Resende (1944-1951), e o seu envolvimento nos diversos processos políticos que ocorreram no país durante o período que ficou conhecido como “experiência democrática” (1945-1964); até a efetivação do golpe que derrubou o presidente da República, João Goulart (1961-1964), e instaurou a ditadura militar no Brasil. Evento no qual a AMAN teve uma relevante participação.

3.1. A criação da Escola Militar de Resende e a doutrinação anticomunista surgida no pós Segunda Guerra Mundial.

Apesar do projeto de construção da Academia Militar das Agulhas Negras ter sido idealizado pelo coronel José Pessoa desde 1931, quando assumiu o comando da Escola Militar do Realengo, ele apenas veio a se concretizar em 1944, com a criação da Escola Militar de Resende. O presidente da República Getúlio Vargas, em 11 de outubro de 1931, em uma visita à Resende, acompanhado pelo Ministro da Guerra, General Leite de Castro, e da Viação, José Américo de Almeida, aprovou o projeto de construção da nova sede da Escola de Formação de Oficiais Combatentes do Exército Brasileiro e se comprometeu a construí-la. Porém, vários fatores contribuíam para que ocorresse o atraso da construção da nova sede da Escola, como por exemplo: o elevado custo da construção, pois havia o preparo do terreno e a terraplanagem que encareciam ainda mais a obra e o Brasil estava vivendo os reflexos da crise de 1929; a Revolução Constitucionalista de 1932, que subleva São Paulo contra o Governo de Getúlio Vargas, e a própria saída do Coronel José Pessoa do Comando da Escola Militar do Realengo em 1934.³⁷⁸

Passada a crise econômica e política, em meados de 1933, o Ministro da Fazenda Osvaldo Euclides de Sousa Aranha informou que seriam destinadas verbas anuais para a construção da nova Escola Militar em Resende. O lançamento da pedra fundamental ficou marcado para o dia 28 de outubro do mesmo ano. Um telegrama enviado pelo Ministro da Guerra, general Augusto Inácio Espírito Santo Cardoso (avô do ex-presidente Fernando

378- *Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército*. Brasília-DF. CCOMSEx. XXXIX, n. 209. Jan/Fev/mar 2011. 60 p. Edição especial.

Henrique Cardoso), retardou mais uma vez o projeto. O telegrama possuía o seguinte teor:

Não existindo até agora nenhum ato oficial sobre a futura Academia Militar, lembro ao prezado camarada que não convém fazer o lançamento da pedra fundamental da mesma, o que deverá ser adiado para outra oportunidade. Cordiais saudações.
General Espírito Santo Cardoso. Ministro da Guerra.³⁷⁹

Essa notícia causou uma grande decepção à todos os envolvidos no projeto, principalmente ao coronel José Pessoa. Segundo a revista do Centro de Comunicação Social do Exército “José Pessoa pediu demissão do comando da Escola, mas o pedido não foi aceito. Só em março de 1934 ele deixaria o cargo.”³⁸⁰

O sonho da construção da nova escola só retornou em 1937, no comando do coronel Mascarenhas de Moraes, futuro comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Nesse ano ficara evidente a possibilidade de desencadeamento de uma guerra na Europa, tornando-se viável a sua extensão a outros continentes e com provável participação do Brasil. Foi também o ano da implantação do Regime do Estado Novo no Brasil, concentrando uma enorme soma de poderes nas mãos de Getúlio Vargas. Vale lembrar que a posse de Getúlio Vargas na presidência da República se deu com um forte apoio dos militares. Esse fato levou o coronel Mário Travassos, primeiro comandante da Escola Militar de Resende, em um depoimento realizado no dia 10 de Março de 1944, a declarar que: “A Escola Militar ora concretizada devia-se à vitória da Revolução de 1930 [...]”³⁸¹

Finalmente, em 29 de junho de 1938, houve o lançamento oficial da pedra fundamental da Escola Militar de Resende, e as obras concluídas em janeiro de 1944. A população de Resende foi bastante beneficiada diante desta “troca de favores” entre Vargas e os militares, pois a construção da maior escola militar das Américas em seu território traria muitos benefícios para a cidade, como abertura de empregos e colégios, aumento populacional, além do aquecimento do comércio em geral. Como forma de expressar a gratidão, no dia 19 de abril de 1944, dia do aniversário de Vargas, foi realizada em frente ao prédio da prefeitura de Resende, com a participação de militares da Escola Militar, demais autoridades civis e militares, e grande participação popular, uma missa de ação de graça em

379- *Idem*, p.11.

380- Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército. Brasília-DF. CCOMSEx. XXXIX, n. 209. Jan/Fev/mar 2011, Edição especial, p.25.

381- . *Idem* p.27.

sua homenagem.³⁸²

CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DA ESCOLA MILITAR DE RESENDE-

O Exm^o. Sr. Presidente da República assinou, na pasta da Guerra, o seguinte:

DECRETO-LEI Nº 6.012- De 19 de novembro de 1.943 – Cria a Escola Militar de Resende e dá outras providências.

“O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1^o - É criada a Escola Militar de Resende, a ser instalada em 1^o de janeiro de 1944, no edifício que, para esse fim, estava sendo construído na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, destinado a formação de oficiais combatentes do Exército.

Art. 2^o - Fica extinta, a 31 de dezembro de 1944, a atual Escola Militar do Realengo.³⁸³

A transferência da Escola de Formação de Oficiais Combatentes do Exército Brasileiro, do Realengo para Resende, visava atender a duas demandas do Exército no interregno dos anos 1930 a 1940: a primeira era afastar os futuros oficiais do cenário político que envolvia a capital federal, e a segunda era tirá-los do subúrbio, atendendo ao projeto elitista capitaneado pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e pelo comandante da Escola Militar do Realengo, coronel José Pessoa, que pretendiam, segundo Rodrigues “mudar hábitos e costumes (da oficialidade) com o objetivo de formar uma elite institucional.³⁸⁴ Ou, como nas palavras do próprio comandante: “criar uma verdadeira aristocracia física, intelectual e moral”.³⁸⁵

O seu primeiro comandante foi o coronel de Infantaria Mário Travassos, que assumiu o cargo interinamente.

COMANDO DA ESCOLA MILITAR DE RESENDE –
NOMEAÇÃO DE OFICIAL-ASSUNÇÃO DE COMANDO.

O Exm^o Sr. Presidente da República, em decreto de 21.1.1944 nomeou o coronel da Arma de Infantaria MÁRIO TRAVASSOS para exercer, interinamente, o cargo de Comandante da Escola Militar de Resende.³⁸⁶

De acordo com o Art. 1^o da Portaria nº 5.890, de 12 de janeiro de 1944, baixada pelo ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, o comandante da Escola Militar deveria ser um

382 - Boletim Escolar nº 40, de 18 de abril de 1944. p.162.

383 - Instalação da Escola Militar de Resende. Boletim Escolar nº 1, de 1^o de março de 1944. p,1.

384 - RODRIGUES, Fernando da Silva. *Op cit.* p, 216.

385 - CELSO, Castro. O Espírito Militar. Um antropólogo na caserna. p, 129.

386 - Boletim Escolar nº 1, de 1^o março de 1944. p, 8.

general de brigada, que seria também o diretor de ensino, exercendo a direção geral de todos os órgãos e serviços da Escola.³⁸⁷ Como o coronel Mário Travassos já havia sido comandante de Escola Preparatória de Fortaleza- CE (1942-1943), e estava na função de comandante da Escola Militar do Realengo desde 1943, e por isso possuía vasta experiência em unidades militares de ensino³⁸⁸, resolveu-se colocá-lo, de forma interina, como comandante da Escola Militar de Resende até que um oficial general assumisse o cargo.³⁸⁹

Em março de 1944, chegaram os primeiros instrutores militares em Resende, no total de doze, todos eles oficiais superiores oriundos da Escola Militar do Realengo como descrito na Tabela 11 e vieram também os quinze primeiros cadetes que iriam contribuir para a organização da Escola como descrito na Tabela 12.

Tabela 11 - Primeiros instrutores oriundos da Escola Militar do Realengo

Posto	Nome
Coronel	Sinésio de Faria
Coronel	Américo de Carvalho Menezes
Coronel	Pedro Loureiro Vilabóia
Ten Coronel	Félix Valois de Araújo
Ten Coronel	Abílio dos Reis
Ten Coronel	Ayrton Bitencourt Lobo
Ten Coronel	João Rodolfo Toledo de Abreu
Ten Coronel	Sérgio Bezerra Marinho
Major	Nilo Cruz
Major	Luiz Vasconcelos da Rocha Santos
Major	Sérvulo Tavares Guerrero
Major	João Alfredo Helial Dutra Ramos

Fonte: Escola Militar de Resende. Boletim Escolar nº 1, de 1º Mar 1944.

Tabela 12 - Primeiros cadetes oriundos da Escola Militar do Realengo.

Posto	Número	Nome
Cadete	894	Fritz de Castro Eisenlohr
Cadete	411	David José Fernandes
Cadete	899	Mário Roca Diêgnes
Cadete	759	Oiana Olinto de Almeida
Cadete	690	Salvador de Barros
Cadete	943	Gil Balmann
Cadete	908	Thomaz de Aquino Moraes
Cadete	912	Hilton da Silva Laranjeiras
Cadete	893	Zofiel Gouvêa Matos

387 - Boletim Escolar nº 1, de 1º março de 1944. p. 2.

388 - Sua experiência em Unidades de Ensino, o levou a ocupar, já como general de brigada em novembro de 1948, o cargo de Diretor de Ensino do Exército.

389 - Boletim Escolar nº 68, de 24 de maio de 1944. p. 254.

Cadete	889	Jair Cordeiro Seabra
Cadete	151	João Florentino Meira de Vas
Cadete	815	Luiz Casteliano de Lucena
Cadete	683	Roberto Rehola
Cadete	837	Emídio Pinto
Cadete	408	Darcy Duarte de Siqueira

Fonte: Boletim Escolar nº 5, de 06 de março de 1944.p, 24.

Em 11 de março de 1944, mais cento e sete cadetes oriundos do Realengo chegaram à Escola Militar de Resende.³⁹⁰ Depois chegaram os alunos das Escolas Preparatórias de Porto Alegre- RS, São Paulo e Fortaleza- CE, totalizando quinhentos e noventa e cinco cadetes em seu primeiro ano, considerados os cadetes pioneiros.

De acordo com Art. 3º, do Decreto-Lei nº. 6.012, de 19 de novembro de 1944, no ano de sua criação, a Escola Militar de Resende iria funcionar apenas com o 1º ano do respectivo curso, continuando os demais anos na sede da Escola Militar do Realengo,³⁹¹ onde também seriam realizados os exames de admissão e as matrículas dos candidatos aprovados, que posteriormente seguiriam para Resende a fim de cursarem o primeiro ano.

Embora não funcionando na íntegra, as atividades da escola no seu primeiro ano de funcionamento já eram bastante intensas, com o início das atividades às 06:00h, com o toque de alvorada, e terminando somente às 22:00h, com o toque de silêncio, os intervalos eram apenas de uma hora entre as refeições.³⁹² Este quadro horário durou poucos dias, o novo quadro, ainda mais intenso, previa que as atividades teriam início às 05:45h, e terminando somente às 22:30h, com instruções aos sábados, de 06:40h às 11:00h, e à tarde era livre.³⁹³

Além das instruções militares específicas de cada curso, o currículo da Escola Militar em seu primeiro ano de funcionamento previa as seguintes disciplinas: Geometria Analítica, Física, Direito e Geometria Descritiva.³⁹⁴

Apesar das atividades intensas, nesse ano, devido ao estado de beligerância que o país estava vivendo, em plena Segunda Guerra Mundial, os gastos da Academia teriam que ser bastante reduzidos, para corroborar com esforço de guerra do país. Do combustível ao material de escritório, este último inclusive tendo que ser recuperado em caso de defeito.

Aviso nº 1387, de 26 de maio de 1944.

Tendo em vista o estado de máxima economia de combustível e de usura das viaturas, de modo a não haver solução a continuidade da instrução intensiva das unidades do Exército, atualmente em preparo

390- Boletim Escolar nº 11, de 13 de março de 1944. p, 46.

391 - Boletim Escolar nº 1, de 1º de março de 1944.p, 1.

392- Boletim Escolar nº 2, de 2 de março de 1944.p, 15.

393 - Boletim Escolar nº 16, de 18 de março de 1944.

394 - Boletim Escolar nº 216, de 27 de novembro de 1944. p, 687.

para a guerra, ou em pleno período nacional de instrução, solicito a fiel observância do disposto no aviso nº 96, de 15 de janeiro do seguinte ano, e, em particular, a proibição do uso de viaturas militares em serviço outro que não é exclusivo da instrução.³⁹⁵
Aviso nº 1.416, de 30 de maio de 1944.

Em virtude da grande falta de máquinas de escrever, de calcular, de somar, de contabilidade, duplicadores de mimeógrafos ficam proibidas o desfazimento de material. O material que não esteja prestando serviço deverá ser recolhido à subdiretoria de material de Intendência para o conserto e novas distribuições.³⁹⁶

Embora a Escola Militar não tenha participado diretamente da Segunda Guerra, os acontecimentos no *front* não passavam despercebidos, influenciando muitas vezes a sua rotina. Quando as estações radiofônicas e os jornais anunciaram nas primeiras horas do dia 6 de maio de 1944, o início da invasão da Europa pelas nações unidas, as atividades escolares foram interrompidas e a Escola Militar realizou uma formatura em homenagem ao feito militar, onde foi hasteada pela primeira vez a Bandeira Nacional no mastro principal da Escola, e os cadetes desfilaram pelas ruas da cidade, contando com uma grande participação da população de Resende assistindo ao desfile.³⁹⁷

A guerra trouxe muitas novidades doutrinárias para o Exército Brasileiro. A aproximação com o Exército Norte-Americano durante a guerra, fez surgir, além da admiração por este, uma forte influência norte americana no Exército Brasileiro, que exerceu-se de forma intensa até meados dos anos de 1960, o que levou à importação de vários materiais, incluindo livros e manuais, e até a uma visita de orientação técnica na Escola Militar de Resende, realizada nos dias 10, 11 e 12 de julho de 1944, pelos professores da Academia Militar de West Point, onde foram avaliados os seguintes itens: a localização da escola, as instalações, o ensino fundamental, a instrução militar, a educação física, e a disciplina e moral da tropa.³⁹⁸

A ida de oficiais da Escola Militar de Resende aos Estados Unidos da América, para fins de realizarem estágios em diversas áreas militares, passou a ser constantes nesse período, principalmente no pós-guerra. Esses militares após concluírem o estágio e retornarem para a Escola Militar deveriam colocar em prática o seu aprendizado. Outro fator que também nos chamou a atenção nesse período, e que revela a admiração que os oficiais brasileiros passaram a ter pelo Exército Norte-Americano, foi o grande número de oficiais e cadetes que passaram a assinar a revista profissional do Exército Norte-Americano, intitulada *Military Review*, que

395 - Boletim Escolar nº 75, de 1º de junho de 1944. p, 272.

396 - Boletim Escolar nº 79, de 6 de junho de 1944. p, 265.

397 - Boletim Escolar nº 79, de 6 de junho de 1944. p, 287.

398- Boletim Escolar nº 129, de 3 de agosto de 1944. p, 54.

na época custava Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) a assinatura.

Nesse período ainda tivemos as visitas dos generais norte-americanos Mark Clark, de quem a AMAN possui um estádio em sua homenagem, e do chefe supremo das forças aliadas da Segunda Guerra Mundial, general Dwight Eisenhower, à Escola Militar de Resende.

Em 1954, por meio de concurso, alguns oficiais do Exército Brasileiro foram trabalhar na revista, inclusive como interpretes. Na AMAN, o primeiro oficial designado para trabalhar na *Military Review* foi o major de Infantaria Alberto de Assumpção Cardoso.³⁹⁹ Essa revista é publicada até os dias atuais, e possui uma versão em português. Tivemos também nesse ano, o concurso para professor de português na Academia Militar de West Point.

Tabela 13 - Primeira turma de oficiais instrutores da Escola Militar de Resende a realizar estágio nos Estados Unidos da América.

Posto	Nome	Destino
Tenente- Coronel	Olindo Denys (irmão do Marechal Odylio Denys)	Field Artillery School, Fort Sill, Oklahoma.
Major	Paulo de Queiroz Duarte	The Infantry School, Fort Benning, Georgia.
Major	Milton Barbosa Guimarães	The Cavallary School, Fort Riley, Kansas.
Major	Lindolpho Ferraz Filho	Field Artillery School, Fort Sill, Oklahoma.

Fonte: Boletim Escolar nº 183, de 5 de Agosto de 1946.p, 974.

Importante ressaltarmos aqui, que apesar do afastamento da doutrina militar francesa e a adesão da doutrina militar norte-americana no pós-guerra, os manuais, livros e revistas francesas continuaram chegando com bastante frequência à Escola Militar de Resende, principalmente a *Revue de Defense Nationale*, e a partir de 1949 a *Revue Militaire d'Information*⁴⁰⁰, como podemos constatar em diversos Boletins Escolares.⁴⁰¹ A leitura destes materiais fizeram com que o Exército Brasileiro aprendesse com a França, e não com os Estados- Unidos, o conceito de guerra revolucionária, um pensamento sobre o inimigo

399 - CONCURSO DE SELEÇÃO DE OFICIAIS PARA A MILITARY REVIEW. *Apud.* Boletim Escolar nº 236, de 13 de dezembro de 1954. p, 5160.

400 - Citada pela historiadora francesa Maud Chirio, como a revista que trazia assuntos sobre guerra revolucionária, e que foi traduzida pelo coronel Moacyr Barcellos Potyguara e divulgada nas Escolas Militares. *Apud* CHIRIO, Maud. *Op cit*, p. 21.

401 - Somente no Boletim Escolar nº 227, de 12 de novembro de 1948. p. 3732. Verificamos mais de cinquenta literaturas francesas, entre livros, manuais e revistas, chegando na Biblioteca da Escola Militar de Resende.

comunista surgido nos fins dos anos 1950.⁴⁰² Conforme afirmara o coronel Augusto Fragoso, em uma palestra realizada no auditório da ESG, em 1959:

A bibliografia francesa sobre guerra revolucionária é, pode-se dizer, a única existente. A bibliografia de origem Norte-Americana não deu até agora ao assunto a importância merecida: nos catorze últimos números consultados da *Military Review* (de janeiro de 1958 a fevereiro de 1959) não há nenhum estudo, artigo ou tópico, que fale, no título, sobre Guerra Revolucionária, Guerra Insurrecional ou Guerra Subversiva.⁴⁰³

Nesse primeiro ano de funcionamento da Escola Militar, a formatura de entrega da réplica da espada de Caxias aos novos cadetes, cerimônia que marcou o fim do ano letivo, ocorreu no dia 10 de novembro de 1944,⁴⁰⁴ ano em que o coronel de Infantaria Mário Travassos deixou o cargo de comandante interino da Escola Militar, para ser o comandante interino do Depósito de Pessoal da FEB. Como ainda não havia um general nomeado para assumir o comando da Escola, assumiu interinamente ao cargo, por dez dias, o sub comandante da Escola Militar, coronel Antônio Alves de Magalhães.

Finalmente no dia 20 de novembro de 1944, foi nomeado um oficial general para assumir o comando da Escola Militar de Resende, cumprindo o determinado no Art. 1º da Portaria nº 5.890, de 12 de janeiro de 1944, baixada pelo ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, que previa que o comandante da Escola Militar deveria ser um general de brigada.

O Exmo. Sr. Presidente da República, por Decreto de 17, publicado no D.O de 20, tudo de novembro de 1944, resolveu nomear, por necessidade do serviço, Comandante da Escola Militar de Resende, o General de Brigada Aristóteles de Souza Dantas.⁴⁰⁵

Antes de passar o comando da escola para o seu substituto, o coronel Mário Travassos viajou, no dia 10 de outubro de 1944, para a capital federal a fim de participar da reunião da comissão do novo regulamento da escola, aprovado pelo Decreto nº 17.738, de 2 de fevereiro de 1945, do presidente da República Getúlio Vargas, e do ministro da Guerra Eurico G. Dutra. O seu primeiro regulamento previa que todos os cursos das Armas e de Intendência iriam funcionar na Escola Militar de Resende, em um período de três anos, cessando as atividades de formação de oficiais da Escola Militar do Realengo. Os currículos

402 - CHIRIO, Maud. Op.cit. pp. 19-20-21.

403 - Ver Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*, Augusto Fragoso, Coronel, 1959, p. 5.

404 - Boletim Escolar nº 210, de 10 de novembro de 1944.p, 649.

405 - Boletim Escolar nº 219, de 21 de novembro de 1944. p, 700.

foram divididos da seguinte forma, descritos nas tabelas 14,15, 16 e 17:

Tabela 14 - Currículo da Escola Militar de Resende em 1945. (Somente das Armas).

1º Ano		2º Ano		
Ensino Fundamental	Instrução Militar:	Ensino Fundamental:	Ensino Profissional:	Instrução Militar:
Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral.	Técnicas de Infantaria	Mecânica Racional, precedida de noções sobre cálculo vetorial.	Organização do terreno. Fortificação (só para a Artilharia e a Engenharia).	Voltadas para cada Arma.
Física Experimental.	Conhecimento sumário do armamento, munições e material das diferentes Armas.	Química.	Tática da Arma (Organização, características, técnica e emprego).	
Direito Público Constitucional, Penal Militar e Internacional.	Educação Física Militar.		Topografia, desenho correspondente. Noções de Topologia.	
Geometria Descritiva e planos cotados, Perspectiva e Sombras.	Equitação elementar.			
-	Higiene militar. Socorros médicos de urgência.			

Fonte: Decreto nº 17. 738, de 2 de fevereiro de 1945.

Tabela 15 - Currículo do 3º ano das Armas.

3º Ano				
Ensino Profissional	Instrução Militar:			
	Infantaria:	Cavalaria:	Artilharia:	Engenharia:
Balística externa e noções de Balística interna.				
(Só para Engenharia) Resistência dos materiais. Rodoviários e Ferroviários.	Exercício do comando da seção e do pelotão. Prática das atribuições do oficial subalterno nas unidades de infantaria.	Exercício do comando da seção e do pelotão. Prática das atribuições do oficial subalterno nas unidades de Cavalaria.	Exercício do comando da seção. Prática das atribuições do oficial subalterno nas unidades de Artilharia.	Exercício do comando da seção. Prática das atribuições do oficial subalterno nas especialidades e unidades da Engenharia.
Aplicações da			Preparo do oficial	

Física, da Química e da Mecânica à arte de guerra. Noções de Metalurgia e de Meteorologia.	Preparo do instrutor e prática correspondente.	Preparo do instrutor e prática correspondente.	orientador, observador, de transmissões e de ligação. Prática de reconhecimento.	Preparo do instrutor e prática correspondente.
	Esgrima de espada.	Esgrima de espada.	Preparo do instrutor e prática correspondente.	Esgrima de espada.

Fonte: Decreto nº 17. 738, de 2 de fevereiro de 1945.

Tabela 16 - Currículo da Escola Militar de Resende, 1º e 2º anos do Curso de Intendência.

1º Ano		2º Ano		
Ensino Fundamental:	Instrução Militar:	Ensino Fundamental:	Ensino Profissional:	Instrução Militar
Noções de Estatística,	Preparo do soldado e do cabo de Infantaria. Estudo do Armamento. Tiro. Rudimentos de Topografia.	Contabilidade geral.	Administração financeira do Exército (1ª Parte).	Preparo do sargento de fileira e dos especialistas nas unidades da Serviço de Intendência.
Física Experimental,	Conhecimento sumário do armamento, munições e material das diferentes Armas.	Química.	Noções de Topografia.	Tiro de armas automáticas.
Direito Público Constitucional, Penal Militar e Internacional.	Educação Física Militar.	Direito Civil, Comercial e Administrativo.		Início do preparo do comandante de pelotão nas unidades do Serviço de Intendência.
Geografia Economia.	Equitação elementar.			Descrição e manutenção das viaturas regulamentares. Direção das viaturas hipo e automóveis.
	Higiene Militar. Socorros médicos de urgência.			Utilização do terreno. Disfarces. Organização do terreno, no que for aplicável.
		Leitura e emprego de cartas.		
			Equitação elementar. Escola de condutores.	
			Educação Física Militar.	
			Esgrima de florete.	
			Noções sumárias de Hipologia e de Higiene Veterinária.	

Fonte: Decreto nº 17. 738, de 2 de fevereiro de 1945.

Tabela 17 - Currículo 3º ano do Curso de Intendência.

3º Ano	
Ensino Profissional	Instrução Militar
Material de Intendência.	Emprego das unidades do Serviço de Intendência no quadro de uma situação tática de pequenas unidades e no âmbito da Divisão de Infantaria.
Subsistência.	Transportes auto e hipomóveis e de dorso.
Escrituração militar.	Preparo do oficial aprovisionados e almoxarife. Prática correspondente (exame, recebimento, conservação e armazenagem de víveres, forragens, combustível, material, etc.). Preparo de alimentos. Trens de estacionamento. Aproveitamentos dos recursos locais.
Administração financeira do Exército (2ª Parte).	Noções de organização e modo de ataque das formações elementares motorizadas e mecanizadas. Defesa contra esses elementos.
Intendência em campanha.	Conhecimentos gerais sobre minas e armadilhas.
	Noções gerais sobre o sistema de vigilância e alarme contra agentes químicos. Medidas necessárias para evitar ou diminuir as baixas por gases. Conhecimento e emprego do equipamento de proteção.
	Generalidades sobre a organização dos meios ativos da defesa anti-aérea, precedidas de noções sobre os meios e modos de ataque da Aviação. Noções sobre vigilância do ar e defesa passiva. Generalidades sobre material e o tiro das metralhadoras anti-aéreas.
	Administração e Legislação Militar. Prática de Processos Militares.
	Equitação corrente.
	Educação Física Militar.
	Esgrima de espada.

Fonte: Decreto nº 17. 738, de 2 de fevereiro de 1945.

Nos 1º e 2º anos das Armas, havia um certo equilíbrio entre o ensino teórico e militar (profissional) dos cadetes, e no 3º ano as instruções militares eram mais intensas, pondo fim ao longo debate que havia desde 1810, na ainda Academia Real Militar, sobre a formação teórico-profissional dos oficiais combatentes do Exército Brasileiro, onde dizia-se que o currículo era demasiadamente teórico.

Neste seu segundo ano de funcionamento, mais uma vez a guerra viria a influenciar nas atividades da Escola Militar. Por determinação do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, o terceiro ano teve que interromper as suas férias escolares e retornar no dia 1º de fevereiro do ano corrente.

Cadetes [...] vedes reduzidos os vosso descanso normal e acelerado o

ritmo de vossa formação profissional, como consequência da maior das guerras à que já assistiu a humanidade, na qual estamos empenhados para vingar vidas brasileiras sacrificadas pela infâmia de inimigos covardes, no terreno da evolução militar do nosso Exército.
406

Essa antecipação do ano letivo da Escola Militar visava sobretudo antecipar a formação dos cadetes, para fins de preencherem os cargos deixados por aqueles que foram para o *front*. Para os cadetes do primeiro e segundo anos as atividades escolares começaram com apenas alguns dias de atraso, pois de acordo com o previsto no Art. 53 do Decreto nº 17.738, de 2 de fevereiro de 1945, as aulas teriam início em 1º de março.

Conforme ordem telefônica recebida por este comando, da Diretoria de Ensino do Exército, terão início a 5 de março próximo, os trabalhos escolares do 2º ano e 15 de março os do 1º ano.⁴⁰⁷

Em seu primeiro ano de comando da Escola, o general Souza Dantas se deparou com um levante onde todos os cadetes da Arma de Artilharia entraram com requerimento solicitando desligamento da escola. Foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar o fato. O oficial responsável pelo IPM foi o tenente coronel Olindo Denys, que era irmão do Marechal Odylio Denys. Como solução do Inquérito, houve cadetes presos e até mesmo desligados da escola.⁴⁰⁸ Pelos depoimentos de quatro cadetes que participaram do levante, publicados no Boletim Escolar nº 69, de 23 de março de 1945, verificamos que os mesmos declararam falta de aptidão para a carreira militar, os quais foram desligados. Quanto aos demais cadetes, não encontramos nesse primeiro momento da pesquisa o que os levou a cometerem tal ato.

Embora o regulamento previsse severas punições para os cadetes que infringissem qualquer norma da escola, eram constantes os relatos de transgressões disciplinares e até mesmo crimes militares entre eles, quando eram abertos IPM para apurar os fatos. Como o que foi instaurado para apurar os fatos envolvendo três cadetes que, após concluído, constatou-se que os mesmos estavam envolvidos em arrombamentos de armário no alojamento para furtar materiais; falsificação de assinaturas do coronel chefe dos serviços gerais, para retirarem passagem gratuita no trem; retirada fraudulenta de dinheiro dos

406 - Boletim Escolar nº 27, de 1º de fevereiro de 1945.p.58.

407 - Boletim Escolar nº 28, de 2º de fevereiro de 1945.p, 220.

408 - Boletim Escolar nº 69, de 23 de março de 1945.p, 355.

correios, por meio de falsificação de assinaturas. Os três cadetes foram expulsos da escola.⁴⁰⁹

No dia 8 de maio de 1945, quando o Decreto baixado pelo presidente da República Getúlio Vargas, chegou ao conhecimento do comando da Escola Militar anunciando feriado nacional destinado a comemorar a vitória dos aliados sobre o Exército Alemão, a Escola Militar mais uma vez interrompeu as suas atividades, hasteou a Bandeira Nacional no seu mastro principal, e na parte da tarde foi desfilar no centro de Resende, onde também contou com uma grande participação popular.⁴¹⁰

No dia 25 de novembro de 1946, o general Souza Dantas passou o comando da Escola Militar ao general Álvaro Pratti de Aguiar. Em seu discurso de despedida, o general relatou os principais problemas que a Escola ainda estava enfrentando: como falta de efetivos, que para ele “foi o problema mais penoso que teve que enfrentar”; a indicação e obtenção de instrutores e professores; as praças que transferiram para a Escola com o comportamento deficiente, e próximas de terminarem o seu tempo de serviço no Exército, além de analfabeta; havia ainda problemas de instalações materiais, tendo em vista que as obras ainda não tinham sido todas concluídas; e a pouca verba destinada à Escola.⁴¹¹

Para tentar diminuir o problema de analfabetismo entre às praças da escola, foi criada uma campanha de alfabetização, onde as aulas eram ministradas pelos cadetes.⁴¹² Porém, no dia 12 de maio de 1950, o novo comandante da Escola Militar, general de Brigada Manoel Azambuja Brilhante, proibiu que os cadetes continuassem dando as aulas de alfabetização, alegando estar atrapalhando a formação dos mesmos, e delegou a tarefa aos comandantes dos setores.

Ultimamente, por motivo de participação na Campanha de Alfabetização, grande número de cadetes tem faltado a atos de serviço, esquecendo de seus deveres por outras obrigações, embora louváveis, estranhas à sua formação militar, razão de ser de sua permanência neste instituto. Resolvo: proibir as atividades da campanha de Alfabetização, a partir de 12 do corrente [...].⁴¹³

A falta de efetivo, principalmente de oficiais, enfrentado pelo general Souza Dantas, não era um problema só da Escola Militar no período. Por meio da Nota Ministerial nº 233, de

409 - Boletim Escolar nº 292, de 12 de dezembro de 1946.p, 1739.

410 - Boletim Escolar nº 104, de 08 de maio de 1945.p, 507.

411 - Boletim Escolar nº 278, de 26 de novembro de 1946.p, 1640.

412 - Boletim Escolar nº 130, de 6 de junho de 1947.p, 1020.

413 - Boletim Escolar nº 93, de 11 de maio de 1950.p, 1752.

12 de novembro de 1946, percebemos que os Corpos de Tropa⁴¹⁴ do Exército também estavam passando pelo mesmo problema, tendo inclusive de ser reduzido o número de unidades militares.

O problema de falta efetivo durou bastante tempo no Exército, influenciando inclusive na rotina das Escolas Militares. Em 1952, por meio da Portaria nº 245, de 30 de agosto do corrente, o Ministro de Estado e Negócio da Guerra, general Ciro Espírito Santo Cardoso, determinou que o ano letivo de todas as escolas militares de nível superior, incluindo a AMAN, terminasse um mês antes do previsto, para que os oficiais recém formados e alguns instrutores que lá estavam, ocupassem as vagas existentes em outros quartéis. Sendo assim, cumprindo a determinação do Ministro da Guerra, o ano letivo na Academia Militar terminou no dia 15 de outubro de 1952.⁴¹⁵ Porém, o problema ainda não tinha sido resolvido, um ano após, por meio da Nota nº 65-D/2-G, de 12 de maio de 1953, o Chefe do Estado Maior do Exército determinou que o ano letivo terminasse no dia 31 de julho de 1953. Essa notícia causou uma grande inquietação no meio dos oficiais e cadetes.

Atendendo a necessidade de oficiais subalternos das Armas e de Intendência, nos Corpos de Tropa, resolvi solicitar suas urgentes providências para que a 31 de julho próximo estejam encerradas as aulas da Academia Militar das Agulhas Negras, de modo a permitir a apresentação dos novos Aspirantes às suas unidades até 1º de novembro, do corrente ano.⁴¹⁶

Para que a antecipação do fim do ano letivo não atrapalhasse a instrução e nem prejudicasse a formação dos cadetes, foi realizado expedientes aos sábados em tempo integral, e algumas atividades extracurriculares foram suspensas. A fim de não comprometer o desfile de 7 de setembro da Academia Militar, o general determinou que os cadetes que estivessem de férias em Resende, Rio de Janeiro, e Niterói, participassem do desfile.⁴¹⁷ Essas medidas tomadas pelo comandante da AMAN causou descontentamento em muitos militares, como podemos ver em seu discurso de despedida.

PASSAGEM DE COMANDO- Retrospecto

[...] Lamento profundamente, isto sim, não ter agradado a todos,

414 - São unidades Operacionais, como: Batalhões, Regimentos, Grupos de Artilharia, e demais unidades diferentes de escolas e hospitais militares, por exemplo.

415 - Portaria nº 245, de 30 de agosto de 1952. *Apud.* Boletim Escolar nº 175, de 1º de setembro de 1952. p. 30104.

416- Transcrição da Nota nº 65-D/2-G, de 12 de maio de 1953. *Apud.* Boletim Escolar nº 97, de 26 de maio de 1953.

417 - Boletim Escolar nº 110, de 12 de junho de 1953. p. 254.

devido algumas das minhas decisões. Ao ensejo do encerramento do 3º e último período letivo, onde houve a chamada “compressão dos cursos.”⁴¹⁸

Portanto, verificamos que mesmo após a transferência da Escola Militar do Realengo para Resende, em 1944, os antigos problemas como a falta efetivo, recursos, professores, e o mau comportamento dos alunos, ainda persistiam. No pós Segunda Guerra Mundial, com o mundo dividido em dois blocos, o capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos, e o comunista, capitaneado pela União Soviética, verificamos que houve uma grande aproximação do Exército Brasileiro com o Exército Norte-Americano, levando muitos oficiais brasileiros, inclusive alguns instrutores da AMAN, a estagiarem naquele país onde o anticomunismo estava na ordem-do-dia. O aprendizado que esses militares obtiveram, somando-se aos manuais franceses sobre Guerra Revolucionária, que eram lidos inclusive nas escolas militares, fez surgir um novo modo de pensar e agir diante do “inimigo” comunista no Exército Brasileiro.

Esse novo *modus operandi* cresceu em importância nas Escolas Militares, inclusive na AMAN, onde passou a fazer parte do aprendizado dos futuros oficiais, conforme veremos nos próximos tópicos.

3.2 Academia Militar: entre questões políticas e formação ideológica anticomunista

Desde a chegada da Escola Militar à Resende, em 1944, o tema sobre o comunismo já soava com bastante frequência no Exército Brasileiro, principalmente após a tentativa frustrada de uma revolução comunista em 1935, tema que entrava em ebulição sempre quando se aproximavam as eleições.

A primeira publicação no Boletim Interno da Escola Militar em relação ao comunismo ocorreu no dia 27 de novembro de 1946, quando o Partido Comunista do Brasil, então na legalidade, manifestou a intenção de também comemorar o 27 de Novembro como os militares faziam todo ano. O novo ministro da Guerra, general Conrobert Pereira da Costa, emitiu uma Ordem-do-Dia sobre o assunto, considerando uma afronta ao Exército pela memória dos militares mortos na chamada Intentona Comunista e solicitou ao presidente da República a proibição de tal comemoração. O discurso do general foi publicado no Boletim Escolar nº 279 de 27 de novembro de 1946, e lido para todos os cadetes que estavam na formatura alusiva a data.

418 - PASSAGEM DE COMANDO. *Apud.* Boletim Escolar nº 94, de 20 de maio de 1955. p, 2068.

A Pátria sentiu, mais uma vez, os efeitos maléficos das manifestações doutrinárias extremista, razão bastante para obrigar o Exército a não assistir passivamente a nova onda de propaganda de ideologias estranhas ao sentimento do nosso povo. [...]

Os homens de farda, tombados no campo de honra, vítimas desses destruidores da Pátria, merecem de tal forma nosso respeito, que não podemos, sem deslustre para nós mesmos, esquecer o seu sacrifício e o seu exemplo. [...]

General Conrobert P. da Costa- Ministro da Guerra.

A partir desta data, os discursos anticomunistas passaram a ser constantes na Escola Militar. Segundo Ferreira, esses discursos ajudavam a garantir a coesão da organização militar e ao mesmo tempo a projeta para a cena política.⁴¹⁹ Neste mesmo dia, embarcaram para Capital Federal, por determinação do general Conrobert Pereira, cinquenta cadetes que iriam homenagear os mortos na chamada Intentona Comunista de 1935, como aconteciam todos os anos no cemitério São João Batista. A partir desse primeiro ano, a participação dos cadetes na comemoração do dia 27 de novembro na capital foi constante, sempre com um efetivo em torno de cinquenta militares.⁴²⁰

Poucos dias após a comemoração do 27 de Novembro, a Escola Militar retornou à Capital Federal, só que agora seria para comemorar, no dia 2 de dezembro de 1946, a posse do novo presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, ocasião em que um grande efetivo, incluindo os cadetes, se deslocou para lá, sendo as atividades escolares suspensas neste dia.⁴²¹

Já no início do governo do presidente Dutra o Partido Comunista do Brasil sofreu forte repressão, devido sobretudo a política do Governo de alinhamento com os Estados Unidos e o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, impostas pelo presidente Dutra, que culminou com a entrada do PCB na ilegalidade, em 7 de maio de 1947.

Além de colocar o PCB na ilegalidade, o governo procurou suspender também o funcionamento de todas as organizações que eram ligadas e ale. Por conta disso, para evitar o envolvimento dos cadetes com movimentos de cunho comunista, como aconteceu com a sua antecessora, a Escola Militar do Realengo, que segundo Cunha teria sido a responsável pela formação à esquerda de muitos militares⁴²², o Ministro da Guerra emitiu um radiograma, em

419 - FERREIRA, Roberto Martins. *Op. cit.* p.94

420 - Boletim escolar nº 280, de 28 de novembro de 1946. p, 1652.

421 - Boletim escolar nº 26, de 31 de janeiro de 1946. p, 151.

422 - CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Op cit.* p. 159.

17 de maio de 1947, informando à Escola Militar sobre a suspensão do funcionamento, em todo território nacional, da União da Juventude Comunista (UJC)⁴²³, que para ele tinha “por finalidades e exercia atividades contrárias, nocivas e perigosas ao bem público e a segurança do Estado e da coletividade e à ordem pública e social.”⁴²⁴

A fim de fortalecer o anticomunismo na Escola Militar, em 4 de dezembro de 1947, o governador do Estado São Paulo, Adhemar de Barros, um dos que apoiaram o golpe militar de 1964, realizou uma doação de 265 obras literárias para a Escola Militar, que abordavam os principais problemas do Brasil. No ofício encaminhado pelo governador, dizia que a doação tinha por objetivo “pôr à disposição das gerações que aí se preparam para a defesa da Pátria, uma coleção preciosa de estudos sobre os maiores problemas do Brasil, entre eles o comunismo.”

Com o falecimento repentino do general Pratti de Aguiar, assumiu o comando da Escola Militar, em 18 de agosto de 1948, o general Ciro do Espírito Santo Cardoso. Como instrutor da Escola Militar do Realengo, o general Ciro foi um dos responsáveis pelo levante tenentista de 1922, quando foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão. Depois de passar por várias funções de chefia, substituiu, no final de março de 1952, o general Estilac Leal à frente do Ministério da Guerra. Durante a sua gestão no ministério, em fevereiro de 1954, foi divulgado o Manifesto dos Coronéis,⁴²⁵ e por não ter informado à Vargas sobre o descontentamento que havia dentro do Exército, foi demitido do cargo.

No seu primeiro ano à frente da Escola Militar, o general Ciro enviou uma comitiva com 10 (dez) cadetes aos Estados Unidos da América, para participarem da instrução militar junto aos cadetes daquele país. As instruções seriam realizadas nos Fort Benning e Forte Knox.⁴²⁶ Os cadetes foram recebidos e acompanhados pelo adido militar nos Estados-Unidos, general Henrique Teixeira Lott.⁴²⁷ Percebemos que nesse momento, não só os oficiais eram enviados para os Estados Unidos para realizarem estágios, os cadetes também passaram a estagiar naquele país no qual a perseguição aos comunistas já estava bastante avançada, e iria

423 - Organização criada oficialmente em 1º de agosto de 1927, ligada ao PCB, e que teve como o seu primeiro líder o jovem estudante Leôncio Basbaum. Tinha por objetivo recrutar jovens estudantes de diversas áreas para fins de formar uma juventude revolucionária comunista. Disponível em: <<https://pcb.org.br/porta12/1716/historia-da-uniao-da-juventude-comunista-ujc>>. Acessado em 27 fev. de 2018.

424 - Boletim escolar nº 97, de 28 de abril de 1947, p. 748.

425 - Documento no qual 82 coronéis e tenentes-coronéis se dirigiam à alta hierarquia militar, protestando contra a baixa dotação orçamentária destinada ao Exército e contra a previsão do aumento do salário mínimo em 100%, considerando-o uma "aberrante subversão de todos os valores profissionais". Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas2/biografias/Ciro_do_Espirito_Santo_Cardoso>. Acessado em 5 Mar 2018.

426 - Bases militares norte-americanas.

427 - Boletim Escolar nº 147, de 21 de agosto de 1948, p. 2125.

encontrar o seu auge a partir de 1935, na famigerada “caça às bruxas” capitaneada pelo senador Joseph McArthy.

Em 28 de setembro de 1948, o ministro da guerra emitiu uma Circular de número 157, alertando aos oficiais do Exército quanto as suas participações coletivas na questão do petróleo, campanha que ficou conhecida como “O petróleo é nosso”. Na concepção do ministro esta campanha “estava arrastando o Exército para um terreno assas perigoso”. De acordo com Cunha, na campanha do petróleo “tivemos a efetiva presença do componente militar comunista em sua organização”,⁴²⁸ o que deixou o Exército mais uma vez em alerta contra o “perigo vermelho”. Para evitar o envolvimento dos cadetes na referida campanha, a circular foi transcrita no Boletim Escolar nº 202, de 6 de outubro de 1948, e transmitida ao Corpo de Cadetes.⁴²⁹

A grave crise econômica que o Brasil enfrentou em 1949, causada sobretudo pela alta da inflação e pela elevada taxa de juros imposta pela equipe econômica do presidente Dutra, atingiu em cheio às Forças Armadas. Nesse ano houve restrições de transferências de militares, de estágios, de idas de militares para o exterior, ou qualquer outro deslocamento que resultassem em ônus para a União, além de paralização de obras e redução de efetivos. Apesar da política de austeridade imposta pelo governo, as principais atividades da Escola Militar foram mantidas, como por exemplo, o exercício de Manobra Escolar.⁴³⁰

Em novembro de 1949, percebendo os benefícios que o cerimonial em memória dos mortos de 1935 poderia trazer para o Exército em seu projeto anticomunista, o Ministro da Guerra resolveu ampliá-lo para três dias, e determinou que nos dias 25 e 26 de novembro todas as Guarnições realizassem palestras para os seus oficiais e praças, e ainda uma solenidade cívica, presididas pelos comandantes, com oradores civis e militares. E no dia 27 realizassem uma missa, com a participação da população civil, em “homenagem aos que tombaram em 1935, vítimas do comunismo no Brasil”.⁴³¹ A ampliação da comemoração do cerimonial em memória dos mortos de 1935 vai de encontro às condições que caracterizam a invenção de uma tradição em que Hobsbawn afirma que eventos estanques, esporádicos e únicos, não seriam suficientes para internalizar um pensamento autoritário anticomunista

428 - CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Op cit*, p. 31.

429 - Criado pelo coronel José Pessoa, em 25 de agosto de 1931, na Escola Militar do Realengo. Cujo objetivo era disciplinar o cadete de forma separada, de modo a formar uma elite dentro do Exército.

430 - Exercícios militares existentes até os dias atuais. Onde há um grande deslocamento de pessoal, viaturas e materiais para Resende, exigindo uma grande quantia de recursos. Esses exercícios coroam o fim do ano letivo na Escola Militar.

431 - Boletim Escolar nº 231, de 28 de novembro de 1949.p, 4189.

dentro do Exército.⁴³²

Corroborando com essa análise, Ferreira afirma que “a mensagem anticomunista adquire um estatuto mais elevado à medida que há uma solenidade para consagrá-la”.⁴³³

Na Escola Militar esses eventos foram cumpridos nos três dias previstos para a cerimônia, sendo realizadas palestras para os oficiais, cadetes e praças, e ainda uma missa na capela militar com a participação de civis.

No dia 10 de março de 1950, o general de Brigada Cyro do Espírito Santo Cardoso deixou o comando da Escola Militar para assumir o comando da 10ª Região Militar, que abrange os Estados do Nordeste, assumindo o comando da Escola Militar o general de Brigada Manoel de Azambuja Brilhante.⁴³⁴

Com a aproximação das eleições presidenciais de 1950 os três ministros das Forças Armadas: Almirante de Esquadra Silvio de Noronha, Ministro da Marinha; General Conrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra; e Tenente-Brigadeiro Armando Trompowsky, Ministro da Aeronáutica, elaboraram um ofício destinado às três Forças alertando sobre o não envolvimento de militares fardados em manifestações de cunho político, pois como vimos, nessa época estava em plena efervescência a campanha “o petróleo e nosso (1947-1953)”, que dividiu o país e as Forças Armadas entre nacionalistas, aqueles que defendiam que o petróleo deveria ser explorado por uma empresa estatal brasileira, ao qual tivemos a efetiva presença do componente militar comunista em sua organização; e liberais, aqueles que defendiam que a prospecção, refino e distribuição deveriam ser atividades exploradas por empresas privadas, estrangeiras ou brasileiras, também chamados de “entreguistas”.⁴³⁵

Transcrição de Ofício-Circular

1) Que é vedado o comparecimento de militares, quando estiverem fardados, à reuniões de caráter político-partidário, pois nenhuma ligação é admissível entre a corporação a que pertence, com o jogo de seus interesses pessoais, bem como nenhuma relação deve haver entre as responsabilidades de um uniforme e as franquias reconhecidas ao indivíduo [...]

2) Nossa união precisa ser indissolúvel. Qualquer fissura na coesão das Forças Armadas permitirá a penetração dos germes da discórdia, capazes nos seus efeitos de ameaçar o país, atingindo-o no mais poderoso dos seus órgãos legais [...]⁴³⁶

432 - HOBBSAWN, Eric; Terence. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p,9.

433 - FERREIRA, Roberto Martins. *Op cit.* p, 54.

434 - Boletim Escolar nº 50, de 10 de março de 1950. p, 824.

435 - Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/campanha-petroleo-nosso-mobilizou-brasil-no-final-da-decada-de-40>. Acessado em: 19 de março de 2018.

436 - Boletim Escolar nº 126, de 23 de junho de 1950.p, 2423.

Percebemos que embora não seja dito explicitamente, o alerta contra o comunismo, que era acusado de tentar causar fissuras as Forças Armadas, ficou claro neste documento elaborado pelos três ministros, cuja Circular foi transmitida à Escola Militar.

O comportamento dos cadetes nesse período ainda era um estorvo na Escola Militar. Por conta disso, durante o comando do general Manoel de Azambuja Brilhante, foram elaborados vários discursos, a maioria destinado aos cadetes, versando sobre ordem, ética, hierarquia e disciplina, e principalmente sobre o comportamento do cadete, pois segundo o general vários cadetes estavam no “comportamento insuficiente, limiar do mau”. E que ele não se furtaria de afastar os “incapazes, os fracos e, particularmente os indisciplinados”.⁴³⁷ Pouco tempo depois, foi criada na academia militar o “Livro de Estímulo ao Exemplo”, cujo objetivo era homenagear os cadetes que passaram os três anos na Academia sem terem sofrido nenhuma punição, e ainda estimular os demais cadetes a realizarem o mesmo feito. O livro era na verdade uma tentativa de diminuir os problemas disciplinares dos cadetes.

Em um dos discursos, que teve como tema “O militar e a política partidária” o comandante da escola militar ratificou o discurso dos três ministros das Forças Armadas, alertando sobre os riscos dos militares se envolverem na política, pois na sua concepção:

As Forças Armadas organizadas especificamente para os atos de força, eram inaptas para apreciarem os atos políticos. Não se devem intrometer nesse campo de atividades, pois a sua intervenção seria ilícita. Tornar-se-iam, em pouco tempo, arbitro da vontade nacional, asfixiando o poder civil.⁴³⁸

Nesse mesmo discurso, o general também transmitiu aos oficiais e cadetes da Escola Militar a ideia de superioridade que era inerente ao pensamento do coronel José Pessoa, na ainda Escola Militar do Realengo. Afirmava que eles representavam a “célula moral e intelectual da sociedade”, ao contrário dos políticos, e por isso deveriam manter-se afastados da política partidária:

Oficiais e cadetes, células morais e intelectuais do Exército, não devem assumir compromissos estranhos e contrários aos interesses dessa coletividade militar. O exercício de qualquer atividade fora da caserna, particularmente a político-partidário, que absorve e apaixona, é nociva ao aprimoramento profissional e militar [...]. O povo, através de uma intuição clarividente, vê nos militares os guardiões da dignidade nacional [...]. O aspecto nacional do dever militar impõe aos

437- Boletim Escolar nº 137, de 10 de julho de 1950.p, 2639.

438- O Militar e a política partidária- advertência. *Apud.* Boletim Escolar nº 156, de 04 de agosto de 1950.p, 3061.

oficiais e cadetes, entre outras, a obrigação de não se filiarem a partidos políticos [...]. A ação militar no governo dos estados em momento de crise, quando honesta, é utilíssima, pela força que encerra e pela disciplina que impõe. No entanto, por isso mesmo, e grandemente prejudicial a evolução normal [...]. Cadetes e oficiais: a intimidade dos políticos com a caserna abala as convicções de integridade moral dos oficiais [...].⁴³⁹

Dias antes das eleições de 1950, o sargento Luiz Carrión Roland da Silva, presidente da Casa do Sargento do Brasil⁴⁴⁰, publicou no jornal “O Sargento” de agosto do corrente ano, um telegrama que dizia ser em nome dos suboficiais, subtenente e sargentos das Forças Armadas e auxiliares, onde ele criticava a possível exploração do petróleo por empresas multinacionais estrangeiras, e a defasagem salarial das praças, e convidava a todos para lutarem contra tais circunstâncias. A resposta do Ministro da Guerra foi rápida e enérgica, principalmente por considerar que o protesto era de cunho comunista, levando à expulsão do sargento Luiz Carrión Roland da Silva, das fileiras do Exército.

Considerando que o sargento Luiz Carrión Roland da Silva falou em nome dos subtenente e sargentos, para o qual não estava credenciado, uma vez que é ele, apenas, presidente de uma sociedade civil, de finalidade exclusivamente social, integrada por certo número de militares, e não pela totalidade de subtenente e sargento. Considerando que qualquer sociedade civil, constituída por militares não pode ter caráter de entidade classista por que seria ferir profundamente princípios básicos da disciplina militar. Considerando que procurou também, transformar a Casa dos Sargentos em propagandistas de ideias que, como é de conhecimento do público, são de origem comunista. Resolvo: expulsar das fileiras do Exército o referido sargento. (D.O. n.201, de 31.VIII.1950).⁴⁴¹

Dois anos após o episódio envolvendo o sargento Luiz Carrión Roland da Silva, o Presidente da República Getúlio Vargas, por meio do decreto nº 31.596, de 15 de outubro de 1952, resolveu fechar, por um período de seis meses, a Casa do Sargento do Brasil, alegando que a organização estava exercendo atividades ilícitas, nocivas à ordem pública e à segurança do Estado.⁴⁴² Prazo que na verdade nunca se cumpriu, sendo a instituição fechada por mais de dois anos.

As eleições presidenciais de 1950 mexeram com o brio das Forças Armadas, devido

439 - *Idem*.

440 - Fundada em 3 de setembro de 1930, A Casa do Sargento do Brasil era uma instituição de classe, com finalidade recreativa, beneficente e cultural, que abrangia em seu seio sub-oficiais, sub-tenetes e sargentos das FFAA e auxiliares.

441 - Aviso nº 451. Apud. Boletim Escolar nº 179, de 06 de abril de 1950. p, 3571.

442- Decreto nº 31.596, de 15 de outubro de 1952. *Apud*. Boletim Escolar nº 234, de 17 de novembro de 1952.p, 3.

principalmente a infiltração de ideias comunistas na caserna, muitas delas propugnadas por seus próprios militares durante a campanha. Pouco tempo depois do discurso dos ministros das Forças Armadas e do comandante da Escola Militar, e da suposta manifestação de cunho comunista entre as praças, capitaneada pelo sargento Luiz Carrión Roland da Silva, o ministro da Guerra transcreveu para o Exército a Circular de nº 15, de 28 de agosto de 1950, do Presidente da República, alertando sobre uma possível perturbação da ordem e a pronta intervenção das Forças Armadas.

A tropa federal só poderá intervir quando requisitada pelo Tribunal Superior Eleitoral e mediante instruções dos respectivos ministros. Em caso, porém, de grave perturbação da ordem, o Comandante da Guarnição, de acordo com as autoridades civis, fica autorizado a intervir, tomando as medidas necessárias para o restabelecimento da normalidade. Durante os comícios a tropa federal deverá permanecer nos quartéis e o Comandante da Guarnição tomará providência para que sejam informados a autoridade superior e os respectivos ministros.⁴⁴³

Na Escola Militar houve os seguintes desdobramentos, no dia 03 de outubro de 1950, dia das eleições: a) as aulas foram suspensas, tendo em vista ser ponto facultativo, b) todos os militares, exceção dos professores, tiveram que permanecer na Escola de 07:30 às 17:00 horas, sendo permitida a saída para o almoço no horário de 11:00 às 13:00 horas, c) o Batalhão de Comando e Serviços⁴⁴⁴ manteve um pelotão da Companhia de Guardas e mais um GC⁴⁴⁵ de prontidão, com as viaturas necessárias para o seu deslocamento, d) foi montada uma patrulha de cadetes, com viaturas à disposição. Com intuito de evitar o envolvimento de militares em caso de perturbação da ordem, o comandante recomendou que todos os militares da escola se retirassem de suas seções eleitorais imediatamente após o voto.⁴⁴⁶

No dia 27 de novembro de 1950, como era de costume, a Escola Militar realizou mais um discurso referente aos mortos na chamada Intentona Comunista de 1935. Só que dessa vez o general manifestou um tom mais agressivo em relação ao comunismo, do que nos outros discursos. Esse recrudescimento no discurso do general pode ter ocorrido devido ao aumento da propagação das ideias comunistas pelo país, e principalmente nas Forças Armadas: “Cadetes! Vós que sois a esperança de um Brasil maior, não esqueçais nunca dos exemplos dignos, legados por nossos heróis, e permaneçei vigilantes contra a lama fétida do

443 - Código Eleitoral-recomendação. *Apud.* Boletim Escolar nº 179, de 06 de abril de 1950.p, 3579.

444 - Onde pertencem todas as praças da Academia Militar.

445 - Grupo de Combate, composto geralmente por 1 sargento, 2 cabos e 6 soldados.

446 - Atividades do dia 3. *Apud.* Boletim Escolar nº 197, de 02 de outubro de 1950.p, 3954.

COMUNISMO.”⁴⁴⁷

Em 23 de abril de 1951, dia do aniversário de 140 anos da escola, houve a mudança de denominação da Escola Militar de Resende, passando a se chamar Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Segundo o General Moacir Lopes de Resende.⁴⁴⁸

A nova denominação se deu pelo fato de que o nome Academia Militar diz melhor o alto nível de ensino ministrado aos diversos cursos que nela funcionam. O complemento- Agulhas Negras- ao mesmo tempo em que dá expressão geográfica ao nome escolhido, borda-lhe com pompas e imponência uma imagem admirável, inspirada em um maciço de rochas que se destaca das montanhas vizinhas por sua altura e por sua forma, dominando completamente vasta e rica região. Por isso Agulhas Negras, no simbolismo que traz para o nome da Academia, representa saber, força, autoridade e tenacidade. Se tanto não bastasse, a palavra Academia encontra, ainda, um vínculo poderoso de tradição militar brasileira, pois assim se denominou a escola de formação de oficiais, desde 1811 até 1839, ou seja, na Colônia, no Primeiro Reinado e na Regência.⁴⁴⁹

Esse dia também marcou a passagem de comando da Escola Militar, do general Manoel Azambuja Brilhante para o general Nestor Souto de Oliveira. Neste ano tivemos ainda, por ordem do Presidente da República, Getúlio Vargas, o decreto nº 29.548, de 10 de maio de 1951, que regulamentou a promoção de oficiais e praças das Forças Armadas que, nas 1ª e 7ª Regiões Militares, tenham tomado parte no combate à revolução comunista de 1935. Na AMAN, o professor catedrático tenente Joaquim Martins Rocha, foi beneficiado pelo decreto.

Três meses após o fechamento da Casa do Sargento do Brasil, e também devido as várias outras manifestações populares que estavam ocorrendo no país, o governo criou a lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953, que passou a definir crime contra o Estado e a Ordem Pública e Social, todos que tentarem:

submeter o território da Nação, ou parte dêle, à soberania de Estado estrangeiro; desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra; mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional; subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou

447 - 27 de novembro. *Apud.* Boletim Escolar nº 237, de 27 de novembro de 1950.p, 4864.

448- Professor de História Militar.

449- *Apud.* Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o exército/Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: IPSIS, 2011, p. 95.

de indivíduo; Promover insurreição armada contra os poderes do Estado; Tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida; Fazer públicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social; b) de ódio, de raça, de religião ou de classe; c) de guerra. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência. Instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da cidade.⁴⁵⁰

Essa lei foi uma clara tentativa de sufocar os comunistas, mesmo estando o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade, e as diversas manifestações populares que estavam ocorrendo por vários cantos do Brasil. Porém, ela não foi suficiente para conter a insatisfação popular. Em março de 1953, os comunistas dirigiram uma das maiores greves operárias da história brasileira. Ela ocorreu na cidade de São Paulo, durou cerca de um mês, envolveu mais de 300 mil trabalhadores e teve um forte impacto na vida política nacional. Durante o movimento paralisaram os têxteis, metalúrgicos, vidreiros, sapateiros, gráficos, os operários das indústrias de cerveja, de tintas e da construção civil, entre outros.⁴⁵¹

Por conta destas manifestações, no dia 23 de abril de 1953, o comandante da AMAN, General de Brigada Jair Dantas Ribeiro, em seu discurso em homenagem aos 142 anos da academia militar, orientou os cadetes a estarem em alerta contra os comunistas, que segundo ele:

Seriam os desagregadores da nossa unidade moral e os que tentam instilar o veneno da desordem e da indisciplina no coração das massas, com o objetivo preconcebido de enfraquecer ou entibiar as nossas reservas materiais e espirituais, sem exageros ou excessos que possam conspirar contra os nossos foros de humano e civilizado.⁴⁵²

No ano seguinte surgiu o chamado “Manifesto dos Coronéis”, em que a ala conservadora do Exército Brasileiro insatisfeita com o governo de Vargas e as péssimas condições das Forças Armadas, inclusive a questão salarial, resolveu escrever um manifesto, em fevereiro de 1954, assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis, em que conclamavam seus superiores a promover uma "campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas", com o firme propósito de restaurar os "elevados padrões de eficiência, de moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica, que (...) asseguravam ao Exército

450 - Alguns trechos da Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953, que Definiu os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm. Acessado em: 02 Nov 2018.

451- OS Anos Vermelhos. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/coluna>. > Acessado em 02 Abr 2018.

452 - Boletim Escolar nº 237, de 27 de novembro de 1950.p, 4864

respeito e prestígio na comunidade nacional".⁴⁵³

O manifesto foi veiculado pelos principais meios de comunicação e influenciou diretamente os militares da academia militar, a ponto do comandante mandar instaurar um IPM para apurar o que ele considerou como “gestos de indisciplina” que estava ocorrendo dentro da academia militar. Com o fim do IPM, o general da reserva Francisco Silveira do Prado, ficou preso por dois dias na própria residência, acusado de ter mantido palestras reservadas com os cadetes referentes a situação política do país, dando “informações que lhes excitaram os ânimos”.⁴⁵⁴

A fim de dirimir a agitação que havia na academia militar, o general Jair Dantas Ribeiro, publicou o Boletim de Informação nº 1, que nas palavras do próprio general, “tinha por objetivo passar as informações que ele possuía e que deveriam ser divulgadas para evitar boatos sem fundamentos e por vezes maldosos que deturpam a verdade”.⁴⁵⁵

Nestes últimos dias a imprensa da Capital da República vem tecendo comentários sobre o chamado “Memorial dos Coronéis”. Sobre o assunto este Comando deseja dar aos oficiais, cadetes e demais praças da Academia, as informações que lhe chegaram ao conhecimento.

Trata-se, tanto quanto se possa saber, de um documento que focaliza exclusivamente o Exército e no qual um número limitado de oficiais dos postos de Coronel e Tenente Coronel, desejoso de colaborar com seus chefes e antes que manifestações outras se desencadeassem, arcando com as responsabilidades do ato praticado, procurou caracterizar a atual situação moral e material da Força Terrestre, num grito de alerta mas também de inteira confiança nas autoridades às quais se dirigem.

Não houve propósito de fazer um apanhado de quantitativo de opiniões-mesmo naqueles postos- e nem tão pouco de provocar reações que não fossem indispensáveis a tornar o ambiente do Exército o mais propício à sua finalidade.

O documento não teve divulgação ficando, como desejavam seus signatários, restrito ao conhecimento dos destinatários.

De qualquer forma, entregue como foi às autoridades competentes para a devida análise e para as providências que julguem cabíveis, resta-nos aguardar a decisão dessas mesmas autoridades. JAIR DANTAS RIBEIRO- CMT DA AMAN.⁴⁵⁶

O que percebemos neste documento, é que havia o medo de que os oficiais, cadetes e praças da Academia Militar entendessem que o gesto dos oficiais representasse uma quebra de hierarquia ou um ato de insubordinação que estava ocorrendo dentro do Exército. Diante

453 - O Manifesto dos Coronéis. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ManifestoCoroneis> > Acessado em 9 de abril de 2018.

454 - Boletim Reservado nº 3, e 7 de maio de 1955. p.36.

455 - Boletim de Informação nº 1, de 19 de fevereiro de 1954.

456 - *Idem*.

dessa situação, como dissemos anteriormente, uma das decisões tomadas pelo presidente da República, Getúlio Vargas, foi afastar o Ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso.

Ao se despedir, o general Ciro enviou um telegrama para o comandante da AMAN, renovando seus votos de agradecimento.

General Jair Dantas Ribeiro- AMAN- Nr 120D Ao afastar-me da Pasta da Guerra quero agradecer ao presado camarada todas as atenções a mim dispensada durante minha gestão e renovar-lhe minha alta estima e alto apreço pt Gen CIRO ESPÍRITO SANTO CARDOSO.⁴⁵⁷

A pressão dos militares que se opuseram ao governo de Vargas não cessou e, no dia 23 foi divulgado um manifesto assinado por 27 generais exigindo a renúncia do presidente. Vargas não resistiu à tamanha oposição e no dia 24 de agosto de 1954, por meio de uma ligação telefônica, chegou a notícia na academia militar que o presidente da República havia suicidado. A morte de Vargas causou uma grande comoção nacional. Foi decretado luto nacional de oito dias, e os cadetes da AMAN, oriundos da Arma de Artilharia, realizaram as Salvas Fúnebres com 21 tiros de canhão a que um presidente da República faz jus.⁴⁵⁸

Com a morte de Vargas, assumiu o posto o seu vice, Café Filho, que ficou apenas 14 meses no poder. Durante a conturbada campanha das eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955, temendo uma volta ao varguismo, setores radicais da União Democrática Nacional (UDN), representada pelo jornalista Carlos Lacerda, e militares pertencentes a Cruzada Democrática, tentaram impugnar a chapa Juscelino-Jango (João Goulart), o que não ocorreu. Realizada as eleições, a chapa Juscelino-Jango saiu vitoriosa. Nesse momento, a pressão da oposição na tentativa de impedir a posse de Juscelino e articular um golpe militar já se fazia ouvir com mais intensidade.

Por outro lado, estava a favor da legalidade, o *Movimento Militar Constitucionalista* (MMC), formado principalmente por oficiais do Exército e depois da Marinha e da Aeronáutica, e também o Partido Comunista do Brasil, que no dia 11, publicou no diário comunista carioca, intitulado *Imprensa Popular*, o *Manifesto Eleitoral do Partido Comunista do Brasil*, conclamando o povo a se unir para impedir a implantação de uma ditadura militar fascista no Brasil, documento que desagradou os militares da Cruzada Democrática.

457 - Boletim Escolar nº 45, de 10 de março de 1954.

458 - Salvas Fúnebres são tiros executado por peça de Artilharia, com intervalos de 30 segundos. O Presidente da República tem direito a 21 tiros de Artilharia. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/102-honras-funebres>> Acessado em 12 Abr 2018.

Por conta principalmente desse manifesto, o Diretor Geral de Ensino do Exército, General de Divisão João Carlos Barreto, a quem a AMAN estava diretamente subordinada, escreveu a Nota Reservada nº 1, em 21 de março de 1955, destinada a todos os oficiais do Exército, que além de outros assuntos, alertava os militares sobre o não envolvimento em questões políticas, e sobre o crescimento da propaganda comunista no país. Na AMAN a nota foi publicada em boletim reservado e fez-se de tudo para chegar ao conhecimento de todos os oficiais, inclusive por meio de palestras.

1. POLÍTICA PARTIDÁRIA

Enquanto os partidos políticos, cumprindo a sua missão, discutem e especulam os problemas ligados a sucessão presidencial que se decidirá em 3 de outubro do corrente ano, cabe às Forças Armadas manterem-se isentas e imunes à efervescência política [...].

2. PROPAGANDA COMUNISTA

A propaganda comunista ostensiva vem num crescendo considerável nos últimos tempos, bastando ver a arrogância e o desembaraço com que age o principal jornal comunista do Brasil – a IMPENSA POPULAR, do Rio de Janeiro – onde frequentemente são inseridos manifestos, entrevistas e declarações de Luiz Carlos Prestes, Secretário Geral do PCB, que fala em nome do Comitê Central do Partido. Concentram-se os comunistas agora, especialmente, que chamam a “a luta pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo norte-americano e pela derrubada do regime de latifundiário e grandes capitalistas” [...].⁴⁵⁹

A cisão ideológica dentro do Exército já era notória, e a tentativa de um golpe militar para impedir a posse de Juscelino era iminente. Diante desse quadro caótico que se avizinhava, em 11 de novembro de 1955, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, deu um golpe preventivo para garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Café Filho, que estava afastado por motivo de doença, foi impedido pelo Congresso de reassumir o cargo, sob acusação de também conspirar contra Juscelino. Nereu Ramos assumiu o cargo de Presidente da República, até a posse de Juscelino, em 31 de janeiro de 1956.

Todo esse embrolho político causou uma grande inquietação na AMAN e, em 7 de julho de 1955, o comandante da academia, alegando inclusive neutralidade, escreveu o Boletim de Informação nº 1, alertando sobre os “meandros da campanha política”, e pediu para que os oficiais, cadetes e praças da academia exercessem conscientemente o dever cívico, a realizar-se no dia 3 de outubro de 1955.

459 - Nota Especial nº 1- Reservada- Transcrição. *Apud.* Boletim Reservado nº 4, de 13 de agosto de 1955. p.42.

Este Comando não pretende aconselhar a nenhum dos seus subordinados sobre a maneira de cumprir esse dever, posto que tem plena segurança de que todos saberão exercer esse direito de cidadão de forma justa, serena e equilibrada. Não obstante, cabe-lhe o dever de alertar a todos sobre os meandros da campanha política que se inicia e em cujo desenvolvimento não faltarão os clássicos estratégias postos em execução para envolver os elementos pertencentes às Forças Armadas.⁴⁶⁰

Neste documento, o general também alertou aos seus subordinados a votarem isentos de paixões partidárias, para “não transformar-se em presa fácil das tramas políticas que nem sempre servem aos interesses políticos da Nação.”⁴⁶¹

A cisão nas Forças Armadas e o envolvimento dos militares nos assuntos políticos referentes as eleições presidenciais de 1955, fizeram com que o Ministro da Guerra, Henrique Lott, emitisse uma Nota Ministerial em que destacava o Art. 13 do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que trata como transgressões disciplinares os seguintes itens:

109- Discutir, ou provocar discussões pela imprensa, a respeito de assuntos políticos ou militares [...]; 111-Provocar, tomar parte ou aceitar discussões acerca de política partidária ou religião, no interior do quartel, repartição ou estabelecimento, em agremiações políticas ou em público; 112- Comparecer, fardado, a manifestações ou reuniões de caráter político; 113- Introduzir, distribuir, ler ou possuir como propaganda, sobretudo no quartel, repartição, estabelecimento, ou estacionamento, publicações, estampas ou jornais subversivos ou que atentem contra a disciplina e a moral, quando isso não constituir crime.⁴⁶²

Somente no período entre 22 de novembro a 30 de dezembro de 1955, constatamos pelo menos dez radiogramas do ministro da Guerra destinados ao Exército e transcritos nos Boletins Internos da AMAN, alertando sobre a situação política no país. Os documentos tratavam principalmente sobre a situação de Café Filho, a posse de Nereu Ramos, o Estado de Sítio, e outros assuntos políticos que estavam agitando o Exército naquele período. Em todos eles o ministro Teixeira Lott, iniciava com a frase “Nesta Capital como em todo país reina a completa calma” e terminava com a frase “As Forças Armadas unidas e coesas estão atentas à situação do país”. Percebemos que além de informar a tropa sobre a situação do país, esses radiogramas eram uma tentativa de acalmar os ânimos dos militares do Exército, passando a ideia de que estava tudo sob controle, e impedir uma cisão ainda maior nas Forças Armadas.

460 - Boletim de Informação nº 1. De 7 de julho de 1955.

461 - *Idem*.

462 - Itens do Regulamento Disciplinar do Exército.

Também tentando acalmar os ânimos de seus militares, o comandante da AMAN ainda teve que enfrentar as greves que estavam acontecendo em suas proximidades, como a que aconteceu em Barra Mansa, cidade a 35 Km de Resende. Por determinação do Comandante da Zona Militar do Leste, General de Exército Odílio Denys, a AMAN deslocou os seus militares para Barra Mansa, a fim de apoiar o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB), na contenção dos grevistas.

TROPA À DISPOSIÇÃO DO 1º BIB

Rio Nr 9 de 4 Fev 56 pt General Executor Estado de Sítio solicitou Exmo Sr Ministro pôr à disposição tropa federal a fim de reprimir excesso grevistas Barra Mansa pt Este Comando cumprindo determinação ministerial passou o 1º BIB disposição Gen Executor Estado Sítio pt Deveis estarem condições apoiar 1º BIB com elemento Batalhão Comando e Serviço essa Academia pt Gen Ex Odílio Denys-Cmt ZML.

Em consequência, este Comando declara que a Cia de Guardas do BCSv, comandada pelo Cap IZIDRO CALDEIRA BRANT, deslocou-se às 0030 horas do dia 5, para Barra Mansa, onde passou à disposição do 1º BIB, sendo liberada às 1500 horas desse dia, regressando em seguida.⁴⁶³

Ainda nesse período, militares insatisfeitos com a posse do presidente da República Juscelino Kubitschek, e seu vice João Goulart, partiram do Campo dos Afonso, no Rio de Janeiro, seguiram para a base aérea de Jacareacanga, no sul do Pará, e ali organizaram o seu quartel-general. Esses militares tinham uma represália do grupo militar vitorioso no 11 de novembro. Poucos dias depois do início da rebelião, os rebeldes já controlavam as localidades de Cachimbo, Belterra, Itaituba e Aragarças, além da cidade de Santarém, contando inclusive com o apoio das populações locais. Após dezenove dias a rebelião foi controlada pelas tropas legalistas, com a prisão de seu principal líder, major Haroldo Veloso. Os outros líderes conseguiram escapar e se asilar na Bolívia.⁴⁶⁴

SITUAÇÃO NACIONAL

Rio- nr 62 D2/E de 23 Circular pt Sobre acontecimentos Amazônia informo Vossência paraquedistas chegaram Belém fim jornada 22 sem novidade pt Expedição Fluvial continua viagem normal pt oficiais rebeldes abandonaram ontem Santarém em dois aviões levando armamento disponível destino ignorado possivelmente Jacareacanga pt Aeroporto Santarém liberado desde às 19 horas de ontem já se encontra sob controle Ten Petit que estava prisioneiro rebeldes pt Restabelecida ligação Santarém inclusive diretamente com Gab Ministro Aeronáutica pt Nesta Capital e em todo país reina a perfeita

463 - TROPA À DISPOSIÇÃO DO 1º BIB. *Apud.* Boletim Escolar nº 27, de 7 de fevereiro de 1956.p, 624.

464- O Brasil de JK > Revolta de Jacareacanga. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga> > Acessado em 24 Abr 2018.

normalidade Exército pt (a) Gen Lott-Ministro da Guerra.⁴⁶⁵

Apesar de fazer uso de tropas paraquedistas, tidas como tropas operacionais, o governo teve certa dificuldade em sufocar a revolta, pois alguns militares, principalmente da Aeronáutica, se recusaram a participar da repressão aos militares rebelados, e por isso foram presos.

Rio – nr 75 D2 E de 25 Fev 56 pt Circular Urgente pt Sobre acontecimentos Amazônia Informo Vossência registram-se ontem e hoje prisões de alguns oficiais Base Aérea de Fortaleza e Salvador motivo não cumprimento de ordens. (a) Gen Lott- Ministro da Guerra.⁴⁶⁶

Pouco tempo depois, todos os rebelados foram beneficiados pela "anistia ampla e irrestrita", concedida pelo Congresso, por solicitação do próprio presidente Juscelino Kubitschek

ANISTIA

Conforme Diário Oficial nº 119, de 24 Mai 56, foi promulgado o Decreto Legislativo nº 22, de 1956, que concede anistia, ampla e irrestrita, a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no país a partir de 10 de novembro de 1955 até 1º de março de 1956.

Muitos destes militares que foram anistiados, participaram, em 2 de dezembro de 1959, de outra revolta, só que agora em Aragarças-Goiás, onde houve inclusive sequestros de aviões. Os revoltosos pretendiam bombardear os palácios Laranjeiras e do Catete, no Rio de Janeiro, e ocupar também as bases de Santarém e Jacareacanga, no Pará, entre outras, o que não aconteceu. Seus líderes fugiram nos aviões para o Paraguai, Bolívia e Argentina, e só retornaram ao Brasil no governo Jânio Quadros.

Nestas revoltas, o comandante da AMAN não manifestou publicamente a sua opinião a respeito do que estava acontecendo no país, apenas transcreveu em boletins as diversas Circulares do Ministro da Guerra. Os pronunciamentos feitos por militares em âmbito nacional, a respeito da situação em que o país e as Forças Armadas estavam passando, levaram o Ministro da Guerra a emitir outro Aviso, o de nº 1.243, de 27 novembro 1956, proibindo qualquer pronunciamento de militares, tanto da ativa quanto da reserva, sobre assuntos de natureza política.

Apesar desse estado de coisas, o governo ainda teve que se deparar, no segundo semestre de 1957, com uma forte epidemia de gripe que devido a sua origem ficou conhecida

465 - SITUAÇÃO NACIONAL. Apud. Boletim Escolar nº 37, de 26 de novembro de 1956. p, 894.

466 - Idem. Boletim Escolar nº 38, de 27 de novembro de 1956. p, 895.

como gripe asiática. A gripe se espalhou por vários países, inclusive o Brasil, afetando as atividades de várias instituições, tanto civis como militares. Na AMAN as atividades foram modificadas por um período de quase um mês.

NORMALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESTA ACADEMIA MILITAR

A Academia Militar, como o Brasil inteiro, veio a sofrer as consequências de um surto da chamada gripe asiática que aqui se manifestou a partir da data de 16 de setembro.

Como é de conhecimento de todos foram tomadas medidas de caráter profilático (isolamento, organização de novas enfermarias, suspensão de atividades que implicassem em aglomerações) - e administrativo, não só de vida- (alimentação, diminuição adequada de esforços físicos...) como também ensino (transferência de provas e diminuição do ritmo de instrução militar).

Já normalizadas as atividades da academia militar, e cumprindo o que estabelecia a Portaria Ministerial nº 2136, de 5 de novembro de 1957, a academia realizou mais um discurso em prol das vítimas do que o seu comandante chamou de “credo vermelho”, com palestras realizadas na Rádio Agulhas Negras, proferidas no dia 26, pelo professor coronel Duval de Moraes e Barros; e no dia 27 foi celebrada uma missa com a presença de todos os oficiais, cadetes e praças da AMAN, e ainda da população civil. A palestra proferida na rádio, uma novidade até então, visava alcançar o maior número de pessoas possível, tanto civis quanto militares, tendo em vista ser o maior veículo de comunicação da época. O que nos leva a entender que também havia a preocupação em transmitir e ampliar a mensagem anticomunista à população civil de Resende e arredores.

As eleições do Clube Militar no ano de 1958 trouxeram à tona, mais uma vez, o conflito ideológico que havia dentro das Forças Armadas. De um lado estava a chapa encabeçada pelo general Castelo Branco, que pertenceu a Cruzada Democrática (entreguista), e do outro estava a chapa encabeçada pelo general Justino Alves Branco, que pertenceu ao Movimento Militar Constitucionalista (nacionalista), e a favor do Presidente Juscelino Kubistchek, e que por sua vez sagrou-se vitoriosa, rompendo um longo período de vitórias da Cruzada Democrática.⁴⁶⁷ Segundo a historiadora francesa Maud Chirio “a atmosfera de debate, e até mesmo de confronto (no Clube Militar), impregnava as casernas de todo o país”.⁴⁶⁸ Por conta deste fato, antes mesmo das eleições, o Ministro da Guerra general

467 - CLUBE MILITAR. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-militar> > Acessado em: 8 de maio de 2018.

468 - CHIRIO, Maud. *Op cit.* p, 11.

Henrique Lott, emitiu o Aviso nº 112-D-2, de 7 de fevereiro de 1958, recomendando à todos sobre a conduta a ser observada em relação às eleições do Clube Militar.

O Ministro da Guerra considera oportuno alertar os oficiais do Exército contra as tentativas de envolvimento político que se vem procurando fazer em torno da eleição da nova Diretoria do Clube Militar. A simples tarefa de cuidar da administração daquela associação de militares do Exército, vai aos poucos sendo deturpada pelos permanentes interessados em criar ambientes extremados, propícios à divisão do Exército em alas, que pretendem explorar a seu talento.⁴⁶⁹

Por fim, verificamos que desde a transferência da Escola Militar para Resende, em 1944, os comandantes tentavam construir um pensamento anticomunista entre os alunos, oficiais, e as praças. Por meio de vários discursos, palestras e documentos oficiais, os comandantes procuraram sempre mantê-los afastados da disputa político-partidária e alertá-los quanto ao “perigo” que o comunismo representava para o país. Esse anticomunismo vai se intensificar ainda mais com a introdução da disciplina sobre a Teoria de Guerra Revolucionária nas escolas militares nos finais dos anos 1950, e com a chegada do general Emílio Garrastazu Médici no comando da AMAN, em 1963. Como veremos no próximo tópico.

3.3. A Academia Militar e o surgimento de uma nova doutrina: a Teoria de Guerra Revolucionária.

A teoria de guerra revolucionária foi sem dúvida a “mola propulsora” para o golpe militar de 1964, pois por meio dela foi realizada a leitura dos acontecimentos políticos e sociais dos finais dos anos de 1950, até a derrubada do presidente João Goulart em 1964.

Como vimos no tópico em que abordamos sobre a ESG, a primeira referência sobre palestra realizada pelos militares brasileiros relativa à guerra revolucionária, foi a do coronel Augusto Fragoso, em maio de 1959, ministrada no Curso de Estado-Maior e Comando da ESG, com o título “Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária”.⁴⁷⁰

Na academia militar, por ocasião da passagem de mais uma data natalícia, o agora comandante, general João Punaro Bley, diante do cenário caótico que havia no Brasil e a cisão nas Forças Armadas, fez um alerta aos cadetes sobre as responsabilidades que “caiam sobre

469 - ELEIÇÕES NO CLUBE MILITAR- RECOMENDAÇÕES. Aviso nº 112-D-2, de 7 de fevereiro de 1958. *Apud.* Boletim Escolar nº 31, de 1º de fevereiro de 1958,p, 619.

470 - VASCONCELOS, CB de. *Op., cit.*,p. 76.

seus ombros”, pois eles tinham que se preparar para uma guerra do futuro, uma guerra que seria vencida moralmente e no campo das ideias.⁴⁷¹ Essa “guerra moderna” foi apresentada pelo general Estilac Leal, Chefe do Estado Maior do Exército em 1958, como potencialmente “subversiva”, “insurrecional” e “social-revolucionária”. Sobre essa “nova guerra” a historiadora Maud Chirio vai dizer que nessa época:

Uma novidade doutrinária desempenha papel determinante: a teoria da “guerra revolucionária”, introduzida e disseminada nos estados-maiores e escolas militares brasileiras no fim dos anos 1950. A revolução comunista em marcha torna-se, a partir dessa época, a grande leitora exclusiva dos acontecimentos políticos e sociais; é através desse filtro doutrinário que grande parte da oficialidade aprende os eventos ocorridos sob a presidência de João Goulart.⁴⁷²

Pouco tempo depois dos alertas dados pelos chefes militares sobre uma nova guerra que se avizinhava, foi organizada uma comissão para realizar o planejamento da programação e a coordenação do ensino de História, Geografia e Geopolítica na AMAN, na EsAO e na EsCEME. Na AMAN, o militar escolhido para fazer parte desta comissão foi o tenente-coronel Francisco Ruas Santos, pertencente à cadeira de História da AMAN, que pouco tempo depois escreveu o livro *A Guerra Revolucionária Comunista*, que virou manual de instrução nas escolas militares. Segundo Ruas Santos:

Este livrinho foi escrito de uma assentada sob a motivação do famigerado comício do dia 13 de março na Central do Brasil. A poucos passos de uma transformação política que transformaria o Brasil num Estado semelhante aos que gravitam na órbita soviética, sua publicação pareceu-me, então, mais do que urgente. Hoje, vitoriosa em 31 de março a Revolução Democrática Brasileira, sinto ainda urgente e atual sua publicação. De fato, a magnitude da infiltração comunista e comunizante na vida nacional, revelada a cada passo, está a exigir dos democratas um conhecimento também mais amplo da multiforme ação comunista. Daí o propósito da Distribuidora Record de dar a este trabalho maior divulgação do que inicialmente planejara.⁴⁷³

De acordo a historiadora Martina Spohr, este livro fez parte da coleção “Livros para a Juventude” publicado pela Distribuidora Record, na década de 1960. Para Spohr, o livro,

471 - ANIVERSÁRIO DA ACADEMIA- ORDEM DO DIA. *Apud.* Boletim Interno nº 77 de 23 de abril de 1959.

472 - CHIRIO, Maud. *Op. cit.* p, 18-19.

473 - SANTOS, Francisco Ruas. *A guerra revolucionária comunista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964.p. 13.

que era ligado ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e seu projeto hegemônico de Estado, tinha como principal objetivo elucidar o formato e as etapas da guerra revolucionária comunista através de uma perspectiva anticomunista, que irá procurar difundir valores ideológicos ligados ao grupo do capital multinacional e associados. Ainda segundo a autora, o fracasso destes grupos em tentar difundir os seus valores, tanto por meios culturais (livros), quanto através do Poderes Executivo e Legislativo, levou ao golpe militar de 1964.

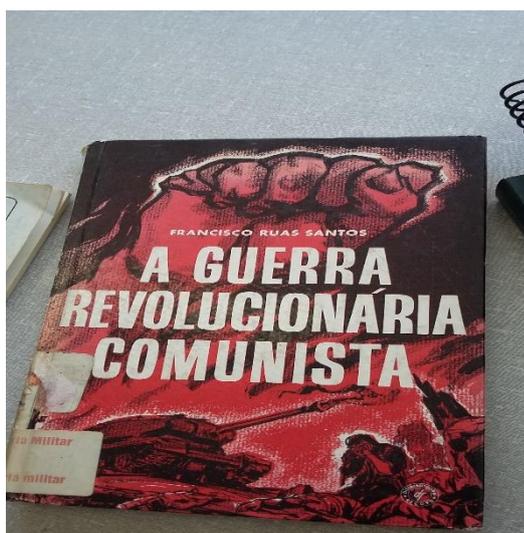


Figura 1 - Fotografia da capa do livro: "A Guerra Revolucionária Comunista" de Ruas Santos,

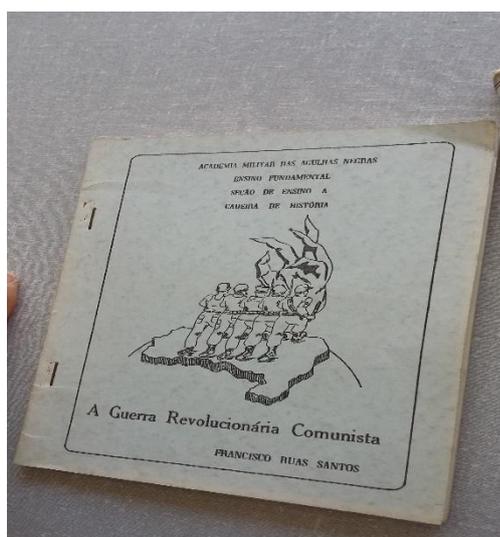


Figura 2 - Fotografia da capa do manual da AMAN.

Neste livro, Ruas Santos escreve principalmente sobre o conceito de comunismo, que para ele “é unicamente a coisa soviética, a matéria de uma ditadura maquiavélica que visa ao

domínio do mundo por conta de seus ditadores”,⁴⁷⁴ e sobre guerra revolucionária, que baseado no pensamento francês chegou a seguinte definição:

E a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que - apoiados em uma ideologia, estimulados, até mesmo auxiliados do exterior - visam à conquista do poder através do controle progressivo físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida.⁴⁷⁵

O livro destaca também as fortes imagens de um comunismo “demonizado” e “aterrorizante”, como podemos ver nas capas das figuras acima, onde o livro destaca a imagem de um blindado destruindo uma cidade, uma alusão aos blindados soviéticos destruindo a Hungria, com pessoas mortas e outras aos prantos, em um verdadeiro cenário de destruição, e sobre eles a mão forte representando o comunismo. Já no manual temos possivelmente três militares representando as Forças Armadas, um policial e um trabalhador civil lutando contra a mão macabra que representa o comunismo, se colocando sobre o Brasil, trazendo uma ideia de tentativa de dominação. A diferença entre as duas imagens é que no livro a imagem do comunismo nos remete a um evento internacional, uma ideia vinda do exterior, como se acreditava na época. Já o manual da AMAN, que por questões óbvias foi produzido posteriormente, o famigerado “evento internacional” agora estava tentando dominar o Brasil.

Essas imagens fizeram parte do “imaginário anticomunista”, como bem destacou Rodrigo Patto Sá Motta.⁴⁷⁶ Esse imaginário passou a fazer parte da formação dos cadetes da academia militar, principalmente a partir do final da década de 1950.

O anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar o comunismo e os comunistas. Naturalmente, dada a deposição de recusa integral ao projeto revolucionário, tais imagens se concentram em apontar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas. [...] Essencialmente, o comunismo foi identificado com a imagem do mal, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o a ideia de sofrimento, pecado e morte.⁴⁷⁷

474 - SANTOS, Francisco Ruas. A guerra revolucionária comunista. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964.p. 18.

475 - *Idem.* p. 53.

476 - MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

477 - MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.p 71-72.

O ano de 1960 foi de mudanças tanto no Comando do Exército quanto na AMAN. Na pasta de ministro da Guerra saiu o marechal Henrique Lott e entrou o marechal Odylio Denys, que teve como seu chefe de gabinete o general Orlando Geisel, e no comando da AMAN saiu o general João Punaro Bley e entrou o general Adalberto Pereira dos Santos, que teve como seu sub-comandante o coronel Emílio Garrastazu Médici, e como comandante do Corpo de Cadetes o coronel Antônio Jorge Corrêa. Em 1963, o general Emilio Garrastazú Médici assumiu o comando da Academia Militar.

Segundo o coronel Jorge Corrêa, essas mudanças no comando da AMAN, realizadas pelo general de divisão Humberto de Alencar Castello Branco, chefe da Diretoria Geral de Ensino (DGE), tinha por finalidade identificar e eliminar as supostas células comunistas existentes na academia. Em seus discursos, o general Castello Branco procurava sempre alertar para os “perigos da ideologia comunista”, afirmava que os militares que colocassem a doutrina comunista acima do compromisso de defender as instituições da nação deveriam exonerar-se das Forças Armadas.⁴⁷⁸ Uma das suspeitas de haver uma célula comunista na AMAN, recaía no professor da cadeira de Português, coronel Manoel Cavalcante Proença, sendo acusado de manter ligação com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Tão logo foi comprovado esse fato, o militar foi exonerado de suas funções.⁴⁷⁹

Por conta da teoria da guerra revolucionária já em marcha, o general Castello Branco decidiu que os cadetes deveriam se aprofundar no conhecimento sobre o assunto, “a fim de fortalecer a convicção democrática e ao mesmo tempo dar-lhes a conhecer os processos de penetração comunista”. Sendo assim, cumprindo uma determinação do Estado-Maior do Exército, em abril de 1962, uma equipe de oficiais da AMAN frequentou um estágio realizado na DGE para uniformizar os procedimentos relativos à guerra revolucionária. Segundo a Nota de Instrução nº 1, do Estado-Maior do Exército, expedida em 06 de novembro de 1961, e que tratava do assunto, os objetivos do estágio eram:

Preparar o Exército, psicologicamente e materialmente, para opor-se a qualquer tipo de ação subversiva, através: - do fortalecimento do militar – ativa e reserva – quanto a consciência dos valores fundamentais que caracterizam a democracia brasileira; - do conhecimento das finalidades da doutrina, dos processos e das técnicas utilizadas pelo comunismo, para que se tornem claras as suas

478 - Sobre Castelo Branco. Ver. CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>> Acesso em: 9 Jun 2017.

479- MOTA, Ariclides de Moraes. *Op.cit.*, p. 31.

características contrárias à formação brasileira e a necessidade da utilização de uma técnica para neutralizá-lo e combatê-lo; - da instrução relacionada com a tática e técnica da guerra revolucionária e das especiais.

Tabela 18 - Militares da AMAN designados para realizarem o estágio de instrução de guerra contra-revolucionária na DGE.

Posto	Nome
Coronel	Antônio Jorge Corrêa
Tenente Coronel	Petrônio Maia Vieira do Nascimento
Maj	Miguel Pereira Manso Neto
Maj	Ary Pinho
Cap	Maraes José Carvalho Lopes
Cap	Carlos Sérgio Torres

Fonte: Boletim Interno nº 49, de 8 de março de 1961. p. 851.

Para alcançar os objetivos estabelecidos na Nota, a AMAN realizou durante os anos de 1962 e 1963, instruções específicas sobre guerra revolucionária para seus oficiais, cadetes, subtenentes e sargentos. Na ação educativa permanente, em instrução específica sobre o assunto, e em todas as oportunidades favoráveis, como nos diversos discursos que eram realizados durante o ano, seja nas datas comemorativas ou em formaturas diárias, procurava-se sempre “fazer oposição à doutrina comunista, esclarecendo sobre os seus condenáveis processos de penetração; e neutralizar, pelo esclarecimento, a propaganda comunista.”⁴⁸⁰

Além dos programas de orientação de caráter educativo, desenvolveram-se também instruções necessárias à aquisição de técnicas e dos processos de combate às supostas ações subversivas, inclusive demonstrações relativas ao emprego da tropa no controle dos distúrbios civis, como a que ocorreu durante os exercícios de manobra escolar, onde todos os cadetes tiveram instruções sobre “ação de guerrilheiros”. Nessa oportunidade, uma equipe de supostos guerrilheiros agiu dentro de técnicas que eles consideraram peculiar, atuando principalmente sobre a retaguarda, nos serviços de comunicações, no fornecimento de água, e outros pontos que eram considerados sensíveis.⁴⁸¹

Nesse período, passou a constar nos currículos dos cadetes, na grade de Economia

480 - Boletim Interno nº 64, de 2 de abril de 1964.fl.2.

481 - Boletim Interno nº 240, de 4 de dezembro de 1961. p. 4414.

Política, a disciplina sobre o socialismo, onde foram abordados os seguintes temas: evoluções e doutrinas, principais escolas socialistas, o socialismo de Estado e o cristianismo social. E para os cadetes do 3º ano já podemos verificar a cobrança para as provas de matérias sobre guerra revolucionária e segurança nacional.⁴⁸²

Por ocasião do término do ano de instrução e início das férias escolares, o comandante da AMAN lembrou aos futuros oficiais sobre os novos aprendizados que obtiveram, sejam nas áreas culturais ou profissionais. E que na esfera técnico-profissional “a arte da guerra nunca tenha passado por tantas inovações, como a guerra atômica, guerra atômica limitada, guerra convencional, guerra insurrecional.” E que caberia a eles “manterem o hábito de estudo nessa época de evolução rápida, para não serem surpreendidos e ultrapassados pelas novas técnicas”.⁴⁸³

Essas inovações na arte da guerra, citadas pelo comandante da AMAN, levou-o a intensificar o estudo sobre guerra revolucionária na Academia Militar, passando a ter “alta prioridade”, conforme veremos na publicação de um de seus Boletins Internos:

A hipótese de guerra Revolucionária, na compreensão de subversão da ordem interna que lhe é atribuída, passou a ter alta prioridade, nos últimos anos, em virtude do incremento da doutrinação comunista, através de processos insidiosos de penetração, infiltração e proselitismo, em todos os campos das atividades do País.⁴⁸⁴

De acordo com essa publicação, verificamos que hipótese de uma guerra revolucionária no Brasil serviu também para justificar a participação da AMAN no golpe militar de 1964, devido principalmente ao aumento da “ameaça” comunista no país.

A preocupação com o aprendizado dos cadetes nos assuntos referentes à guerra revolucionária foi aumentando continuamente na AMAN. Por conta disso, o general Médici aprovou, em 16 de janeiro de 1964, a Nota nº 1, Div Ens/ST, proposta pelo comandante do Corpo de Cadetes, general Moacyr Barcellos Potyguara, versando sobre a elaboração do Plano de Instrução Militar (PIM). Um dos pontos da nota dizia que:

Enquanto a AMAN não dispuser de uma doutrina consolidada sobre esse tipo de ação (Guerra Revolucionária-GR), é de toda a conveniência que os fundamentos de GR sejam fixados no espírito do jovem oficial, de tal modo que lhe permita uma visão de conjunto de

482 - Boletim Interno nº 184, de 17 de setembro de 1962, p. 3490.

483 - TÉRMINO DO PRIMEIRO PERÍODO DE INSTRUÇÃO. *Apud.* Boletim Interno nº 128, de 30 de junho de 1961. p. 2370.

484 - Aditamento ao Boletim Interno nº 64, de 2 de abril de 1964. p. 1.

vários processos de atuação, não só no campo psicológico, como no militar propriamente dito. A simples repetição de assuntos já ministrados a uma mesma turma, deve ser contra- indicada; isso não basta, entretanto, que se dê o desenvolvimento compatível com a importância da atuação do oficial em cada uma das fases da guerra revolucionária.⁴⁸⁵

Como consequência da aprovação desta nota, criou-se a disciplina “Programa de Guerra Revolucionária”, que passou a fazer parte do Programa de Instrução Militar (PIM) da AMAN. Essa disciplina era enquadrada nas matérias do Ensino Profissional, sendo pertencentes aos currículos dos dois últimos anos de formação dos cadetes de todas as armas, Quadro de Material Bélico e Serviço de Intendência, com a carga horária de 05 (cinco) e 20 (vinte) horas respectivamente.

Por meio do PIM/AMAN, verificamos que o Programa de Guerra Revolucionária tinha por objetivo geral: “Dar os conhecimentos essenciais à preparação psicológica e material do Exército para opor-se a qualquer tipo de ação subversiva”.⁴⁸⁶ E como objetivos específicos:

- 1-Para o 2º Ano: - Fortalecer o militar quanto a consciência dos valores fundamentais que caracterizam a democracia.
- 2- Para o 3º Ano: - Conhecer as finalidades, a doutrina, os processos e as técnicas utilizadas pelo comunismo, para que se tornem claras as suas características contrárias à formação brasileira e a necessidade de utilização de uma técnica para neutralizá-lo e combatê-lo.
- Ministrando instrução relacionada com a tática e a técnica de guerra revolucionária e como combatê-la.⁴⁸⁷

Depreendemos com esses objetivos, que além conscientizar o futuro oficial quanto a incompatibilidade de adoção do comunismo no Brasil (conhecimentos teóricos), o programa também procurava fortalecer o ensino de técnicas e táticas para combater a guerra revolucionária (conhecimentos práticos).

Portanto, o estudo sobre guerra revolucionária sofreu uma crescente transformação e profissionalização na AMAN, deixando de ser apenas estudos teóricos e passando também a ser introduzidos ensinamentos práticos, com simulações e exercícios no terreno. De encontro a essa profissionalização, foi criado em 12 de agosto de 1966, o Departamento de Instrução Especial

485 - NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 1, DIV ENS/ST. De 16 de janeiro de 1964.p. 2.

486 - ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Programa Geral de Ensino. Resende-RJ, 1964. p.3.

487 - *Idem. Ibidem.*

(DIEsp)⁴⁸⁸, cujo objetivo era organizar e ministrar instruções de Patrulha, Montanhismo, Guerra Revolucionária, Guerra na Selva, Fuga e Evasão. Essas Instruções eram exploradas em forma de estágios, a fim de apresentar um panorama amplo e objetivo para o militar combatente moderno. Esses militares depois de formados seriam os vetores do anticomunismo no Brasil, tendo em vista que seriam alocados em várias regiões do país.

3.4. A Academia Militar nos episódios da renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart.

Com o fim do governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros foi eleito Presidente da República, em outubro de 1960, com cerca de 48% do votos válidos. Em seu governo Jânio tomou várias medidas que foram consideradas polêmicas na área militar, uma delas foi a condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta comenda nacional. Seu governo durou pouco tempo, pois veio a renunciar ao cargo em 25 de agosto de 1961. Após a sua renúncia, e de acordo com a Constituição de 1946, quem deveria assumir a Presidência da República era o seu vice João Goulart, que no momento da renúncia encontrava-se na República Popular da China chefiando uma missão diplomática e comercial composta por empresários e políticos. Quem assumiu interinamente a presidência foi o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazilli. De acordo com os historiadores Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira “A notícia era, de fato, tão imprevista como impactante. Jânio Quadros havia renunciado. Goulart era o novo presidente do Brasil”.⁴⁸⁹ Segundo José Murilo de Carvalho, a luta contra o “fantasma” de Vargas que estava quase que amortecida durante o governo de Juscelino, voltou a aguçar-se em 1961, com a posse de Goulart.⁴⁹⁰

A renúncia de Jânio Quadros levou o país a uma grave crise política. Para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

Nos episódios da renúncia, a mágica não deu certo. Deixou seus seguidores no desamparo e semeou os germes do autoritarismo. Alguns anos depois, os militares colheram os frutos da

488 - Por meio da Portaria nº 54- Res/EME, de 8 de dezembro de 1969, a DIEsp passou a se chamar Seção de Instrução Especial (SIEsp), existente até os dias atuais, e onde servem os militares com cursos Operacionais do Exército.

489- GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. 1964; o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2104, V.1, p.23.

490- CARVALHO, José Murilo de. *Op.cit.*, p.115.

irresponsabilidade política de um presidente que renunciou na ânsia de mais poder.⁴⁹¹

Antes de Goulart retornar ao país, formou-se uma junta militar, quando os três ministros militares general Odílio Denys, Ministro da Guerra, brigadeiro Gabriel Moss, Ministro da Aeronáutica, almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha, tentaram impedir a posse de Goulart, lançando um manifesto no dia 31 de agosto de 1961, no qual alertavam a nação, mostrando o perigo que a sua posse representava para a democracia, acusando-o inclusive de subversivo. O manifesto trazia a trajetória de Goulart desde quando foi ministro do trabalho e suas ligações com os meios sindicais, até quando se tornou vice-presidente, e realizou viagens à URSS e à China Comunista.⁴⁹²

Segundo o general Odílio Denys, nessa ocasião, a Marinha e a Aeronáutica se mantiveram unidas, a exemplo e nos moldes do Exército, isto é, sem esquerdas.⁴⁹³ Como veremos mais adiante, no Exército, a decisão de impedir a posse de Goulart não foi uma unanimidade, pois o comandante do III Exército foi a favor da legalidade, ou seja, a favor da posse de Goulart, ocasionando mais uma ruptura no Exército.

Após a tentativa dos ministros militares em impedir a posse de Goulart, Leonel Brizola, que era seu cunhado, e um dos mais importantes políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), através da “cadeia da legalidade” que era composta pela Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha em Porto Alegre- RS e integrava mais de cem emissoras dos estados do Sul do país, declarou enfrentar pelas armas, se preciso fosse, os ministros militares. “Sua decisão era trazer Jango a capital gaúcha e defender a todo custo seu mandato presidencial”.⁴⁹⁴

O Exército, como já foi dito, estava dividido. O general Machado Lopes, comandante do III Exército⁴⁹⁵, que segundo Gomes e Ferreira, era mais equipado que o I, II e IV Exércitos juntos, comunicou que estava ao lado da Constituição e da legalidade, ou seja, ao lado de Brizola e que ele e os generais do Estado-Maior do III Exército, menos o chefe general Muricy, que dele se afastou, haviam rompido com o general Odílio Denys, Ministro da Guerra, e decidido defender a posse de João Goulart, contrariando a ordem da Junta militar que no dia 27 de agosto ordenou ao comandante do III Exército que fosse ao Palácio Piratini e

491- Murilo Melo Filho. Testemunho Político. Bloch Ed. 1997, p.355

492- COUTO, Ronaldo Costa; História indiscreta da ditadura e da abertura Brasil: 1964-1965. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.41.

493- DENYS, Odílio. *Op.cit.*, p. 60.

494- GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Op.cit.*, p.31.

495- Nessa época o Exército era dividido administrativamente em quatro exércitos: o I Exército tinha jurisdição nos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; o II Exército, nos Estados de São Paulo e Mato Grosso; o III Exército tinha suas bases no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o IV Exército em todos os Estados do Nordeste.

depusesse o governador.⁴⁹⁶

Houve também nesse contexto, inúmeros militares que abandonaram seus postos em diversos estados do país para se apresentarem a Machado Lopes, reconhecendo nele o comandante militar legítimo das Forças Armadas do Brasil. A junta militar reagiu. O general Cordeiro de Farias foi nomeado comandante das forças unificadas do I e do II Exércitos. A situação do país era cada vez mais tensa, a possibilidade de uma guerra civil era algo considerável. Vendo como se encontrava a situação e temendo o pior, o general Odilyo Denys, encontrou-se com o Deputado Santiago Dantas, e pediu-lhe para falar com Goulart para desistir de tomar posse da presidência do país, alegando que seria melhor para a tranquilidade dele, do seu partido, e do país, o que não aconteceu.⁴⁹⁷

Diante destes acontecimentos, o comandante da AMAN, general Adalberto Pereira dos Santos, publicou a Nota de Serviço nº 1/Reservada, de 28 de agosto de 1961, onde regulamentou a conduta a ser observada pela Academia Militar, face à situação que havia no país, e determinou que: 1) Deveria permanecer na AMAN um pequeno grupo de oficiais de prontidão; 2) Não deveria haver licenciamento de militares, como por exemplo férias; 3) As atividades escolares deveriam continuar normais; 4) A vigilância e a defesa da academia deveriam ser redobradas; 5) Proibiu os instrutores e professores comentarem sobre o assunto com os cadetes, pois eles seriam informados na devida oportunidade; e 6) Proibiu as discussões política no interior da academia.

Jango retornou ao Brasil, os ministros militares continuaram contra a sua posse, que para eles era sinônimo de caos e comunismo. “No quadro que se formou, ou se partiria para uma guerra civil ou se encontraria uma saída pacífica e negociada.”⁴⁹⁸ A segunda opção foi à encontrada pela Junta Militar e pelo Congresso, através do Deputado Santiago Dantas, a saída foi a implantação de um regime parlamentarista, onde os poderes do presidente seriam bastante reduzidos. O Ministro da Guerra aceitou a proposta, reconhecendo que essa seria uma saída honrosa para todos. Acreditava que o povo, com o tempo, melhor apreciaria o Manifesto dos Ministros Militares, como um documento sério, que serviria para vigiar os atos do governo.⁴⁹⁹ Foi então aprovada pelo Congresso Nacional, em 2 de setembro de 1961, a Emenda Constitucional nº 4, instituindo o parlamentarismo. Goulart foi empossado na presidência no dia 7 do mesmo mês.

Ao encontrarem uma solução em relação a posse do presidente João Goulart, o

496- GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Op.cit.*, p.34.

497- DENYS, Odylio. *Op.cit.*, p. 74.

498- GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Op.cit.*, p.43.

499- DENYS, Odylio. *Op.cit.*, p. 75.

comandante da AMAN ressaltou os dias angustiantes que toda à nação e a Academia Militar estavam atravessando, mas que souberam confiar nas instituições e em seus chefes militares. E que fez de tudo para mantê-los informados e disciplinados, “imunes a política partidária.”

Desde 25 de agosto próximo passado, quando o Presidente da República renunciou a seu cargo, até a data que se organizou o novo governo, a Academia Militar das Agulhas Negras, da mesma forma que a nação brasileira, viveu dias de angústia, mas confiando em que os Poderes da República, os Partidos Políticos e os Chefes das Forças Armadas tivessem a clarividência e o patriotismo para dar solução pacífica e digna à dolorosa crise desencadeada em consequência daquela renúncia.

Durante a evolução dos acontecimentos, o Comandante da Academia esteve em ligação constante com seus Chefes a fim de dar informes e receber ordens; [...] Aos seus comandados, desde o início da anormalidade, em momentos oportunos, deu ordens, instruções, orientações e conselhos, por escrito ou verbalmente, em reunião do Estado-Maior, Cmt BCSv, Chefes de Seção de Ensino, Instrutores-Chefes e em formaturas do Corpo de Cadetes; adotou medidas de segurança visando manter a ordem pública e a defesa da Academia. Os integrantes desta Academia, que incluem cerca de 350 oficiais, 1200 cadetes, 1370 sub-tenentes, sargentos, cabos e soldados, e centenas de funcionários civis, cada um vivendo seu drama próprio e compreendendo suas responsabilidades, mantiveram atitude serena, confiante, disciplinada, discreta e leal, imune a política partidária [...].⁵⁰⁰

Sobre a pose de João Goulart, a historiadora Andréa da Conceição Pires França, em sua dissertação, analisou que “Já em 1961, visualizava-se a possibilidade de um golpe de Estado, que foi adiado devido a adoção do parlamentarismo”.⁵⁰¹

Corroborando com essa análise, o editorial do Jornal do Brasil, do dia 7 de setembro de 1961, dizia que mal o presidente tomava posse, a campanha a favor de um novo golpe tinha começado. No Exército os nomes de maior destaque eram os dos generais Odylio Denys, Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva.⁵⁰²

Quando o general Ernesto Geisel foi perguntado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), se a conspiração contra João Goulart começou logo no momento da posse, ele respondeu que sim, pois o regime parlamentar não funcionava e por isso foi se deteriorando, algo que seria planejado pelo próprio Jango e seus mentores, que queriam voltar

500 - REFERÊNCIA ELOGIOSA. *Apud.* Boletim Interno nº 180, de 12 de setembro de 1961, da AMAN. p. 3341.

501- FRANÇA, Andréa da Conceição Pires; Doutrina e legislação: Os bastidores da política dos militares do Brasil (1964-1985). 2009.204f. Dissertação (mestre em história). Departamento de História. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009, p.75.

502 -*Apud.* GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. 1964; o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2104, V.1, p.54.

ao presidencialismo.⁵⁰³ O que também contribui com as análises acima.

Por ocasião das eleições para governadores, deputados e senadores, realizadas em 1962 sob forte influência norte-americana, que por sua vez apoiou os candidatos que eram contra Goulart,⁵⁰⁴ o comandante da AMAN emitiu dois comunicados aos seus subordinados: o primeiro alertando a todos sobre a propaganda eleitoral, direta e indireta, que se intensificava sempre quando se aproximavam as eleições; no segundo comunicado, direcionado especialmente aos cadetes, o general fez um alerta sobre aqueles que procuravam se aproximar deles, pois na sua concepção “o Corpo de Cadetes constitui, numericamente, uma massa atraente para os caçadores de votos.”⁵⁰⁵

Em mais uma passagem do dia 27 de novembro, o Ministro da Guerra, general Amauri Kruehl, lembrou a morte daqueles que ele chamou de “grandes heróis”, que foram “vítimas de envenenamento por insidioso vírus transmissor de ideias maldosas”. E terminou o discurso dizendo que “estavam atentos, vigilantes e prontos para defender o que de mais sagrado herdamos nos nossos maiores: independência e a integridade do Brasil”.⁵⁰⁶ Por meio deste discurso do Ministro da Guerra, realizado em 1962, já podemos verificar que no Exército uma possível tomada de poder pelos comunistas e a resistência dos quartéis já era algo iminente.

À frente do governo, Goulart ainda teve que enfrentar a grave crise econômica que afetava o país, buscou conciliar medidas que ao mesmo tempo combatiam a inflação e a carestia, sem muito sucesso. Mesmo diante dessa crise, o presidente conseguiu um amplo apoio da sociedade conseguindo inclusive retornar ao sistema presidencialista, através de um plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, onde obteve a maioria dos votos.

O Ministro da Guerra, general Amaury Kruehl, recebeu do Ministro da Justiça, Sr. João Mangabeira, um telegrama, na qual aquela autoridade informa que, de acordo com a resolução do Superior Tribunal Eleitoral, será obrigatório o comparecimento dos eleitores ao plebiscito, no dia seis de janeiro próximo, incorrendo os faltosos na pena da lei.⁵⁰⁷

503- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.) *Op.cit.*, p. 47.

504 - Estima-se que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), organização conservadora e anticomunista vinculada a Central de Informações (Cia) norte-americana, exibiu em 1963 mais de 1700 filmes para cerca de 179.000 militares, e em 1964 teriam sido gastos mais de 2 milhões em propagandas em rádio, jornais e campanhas políticas contra Goulart. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ibad-custeia-eleicao-da-direita-no-brasil>. Acessado em: 28 de maio de 2018.

505 - PLEITO ELEITORAL. Apud. Boletim Interno nº 187, de 20 de setembro de 1962. p. 3551.

506 - Boletim Interno nº 234, de 27 de novembro de 1962. p. 4518.

507 - Noticiário do Exército nº 1331, de 28 Dez 1962. Apud. Boletim Interno nº 2, de 3 de janeiro de 1963. p. 17.

Em sua sanha de querer isolar a direita militar nas escolas militares, o presidente João Goulart resolveu nomear, em 17 de janeiro de 1963, o general Emílio Garrastazú Médici como comandante da AMAN, onde havia sido sub-comandante no decênio de 1960 e 1961; e como sub-comandante, o coronel Antônio Jorge Corrêa, que havia sido comandante do Corpo de Cadetes; e como comandante do Corpo de Cadetes, o coronel Moacyr Barcellos Potyguara. Sobre esse assunto, Ferreira afirma que:

A catequese anticomunista e intervencionista da direita militar especialmente sobre a média oficialidade foi facilitada pela própria política militar de João Goulart que isolou esse setor nas escolas militares. Ao que tudo indica nem Jango nem seus assessores militares diretos deram a devida importância ao que acontecia nestes estabelecimentos.⁵⁰⁸

A partir desse momento o anticomunismo na AMAN se intensificou. Cumprindo as diretrizes educacionais propostas na Nota de Instrução nº 1, do Estado-Maior do Exército, expedida em 06 de novembro de 1961, que dizia que dever-se-ia aproveitar toda a oportunidade favorável para fazer oposição à doutrina comunista, o comandante da AMAN, por ocasião da comemoração do Dia do Soldado, em 25 de agosto, lembrou a todos os seus subordinados os dias difíceis que estavam atravessando e que deveriam tomar cuidado em relação aos “pregadores de doutrinas exóticas e totalitárias” que tentam tirar proveito da situação.

Vive a humanidade dias difíceis, de inquietação, de incerteza, de insegurança, que se refletem sobre a nossa terra, e atingem também o nosso povo.

À procura de soluções que minorem os sofrimentos, e que, elevando os padrões de vida, eliminem a miséria e a segregação dos menos favorecidos de sorte, os homens digladiam-se, combatem-se, destroem-se, numa incompreensão que não os favorece; e da qual tem tirado proveito os mais ambiciosos, entre os quais não faltam os pregadores de doutrinas exóticas e totalitárias cuja insídia, violência e desvario tem sacrificado a liberdade de tantos povos e a integridade e soberania de tantas nações.⁵⁰⁹

Convicto do avanço do comunismo na conquista de postos de governo e na tentativa de subverter a ordem nas Forças Armadas pela inversão da hierarquia e pela indisciplina, abalando a sua coesão, o general Médici resolveu empregar na AMAN, um Grupo Especial de

508 - FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*, Rio de Janeiro. p. 199.

509 - DIA DO SOLDADO- ORDEM DO DIA. *Apud*. Boletim Interno nº 166, de 24 de agosto de 1964.p. 2444.

Trabalho (GET), para a intensificação do estudo da Guerra Revolucionária, sendo chefiado pelo subcomandante Antônio Jorge Corrêa e constituído por quatro grandes grupos: 1) Oficiais do Corpo de Cadetes e do Batalhão de Comando e Serviço (BCSv); 2) Cadetes; 3) Subtenentes e Sargentos do BCSV e 4) Oficiais do Magistério e da Administração.⁵¹⁰ Ainda segundo o general Jorge Corrêa, o GET tinha por finalidade, “acompanhar a evolução dos acontecimentos no país, planejar o emprego da tropa, prever o controle das atividades na área de Resende e tudo que pudesse advir em caso de anormalidade nas áreas política e militar.”⁵¹¹ O capitão Ivany Henrique da Silva⁵¹² afirmou que o GET realizou nesta época, um estudo para verificar quais os militares tinham ligação com o comunismo e que não poder-se-ia contar em caso de um movimento revolucionário, até mesmo entre os cadetes, pois entre eles havia um que era filho do coronel subchefe da Casa Militar do Presidente. Porém, nada foi constatado em relação a ele.⁵¹³

No dia 02 de março de 1964, dá-se a abertura do ano letivo da academia e, em sua Ordem do Dia, publicada no Boletim Interno da AMAN, o general Médici cumprimentou a todos os seus subordinados e em especial os cadetes do primeiro ano, vindos da Escola Preparatória, com a seguinte mensagem:

Cadetes do primeiro ano, congratulo-me pela escolha que fizeram de seguir a carreira das Armas. Vós sabeis que cabe as Forças Armadas, na qualidade de derradeiro e decisivo argumento, chegar às últimas consequências na defesa da ordem a fim de assegurar a integridade, a honra e as instituições pátrias. É nisso que está toda a excelência e toda a virtude da vocação para as Armas: não temer chegar ao heroísmo de verter o próprio sangue para garantir a paz, que é o primeiro e fundamental direito e o mais precioso bem da sociedade.⁵¹⁴

Com base nesse discurso, verificamos que o general Médici já estava preparando os cadetes para uma possível intervenção militar, que iria acontecer alguns dias depois. Nesse momento a insatisfação contra Goulart só aumentava em boa parte das Forças Armadas, pois apesar de ter obtido algumas vitórias durante o seu governo, questões envolvendo as Forças Armadas o enfraqueceram, dentre as quais podemos citar: a revolta dos sargentos, ocorrida em 12 de setembro de 1963; a entrevista do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, concedida ao Los Angeles Times, no dia 1º de outubro de 1963, insultando o presidente e

510- 1964 – 31 de Março. MOTA, Ariclides de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército editora. 2003, p. 33.

511 - *Idem. Ibidem.*

512- Instrutor do Curso de Engenharia da AMAN em 1964.

513- SILVA, Ivany Henrique. Heróis a Lutar: Os cadetes na Revolução de 1964. Rio de Janeiro, p. 58.

514- Boletim Interno da AMAN, nº 42, de 02 de março de 1964.

pedindo a intervenção do governo americano no processo político brasileiro. Com esse episódio os três ministros da Forças Armadas, a fim de preservar o governo, pediram que o presidente decretasse o estado de sítio, o que não foi aceito pelo Congresso e posteriormente o pedido foi retirado pelo próprio presidente; o Comício das Reformas, no dia 13 de março de 1964; a Revolta dos Marinheiros, ocorrida em 25 de março de 1964; e o comparecimento de Goulart à Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no dia 30 de março, no Automóvel Clube.

Em relação ao discurso de 13 de março, o Chefe do Estado Maior do Exército escreveu uma circular alertando aos militares sobre a situação política do país e qual era o papel das Forças Armadas diante dessa situação:

SITUAÇÃO POLÍTICA- CONDUTA MILITAR

Compreendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 de março[...] Portanto, para o entendimento do assunto, há necessidade de algumas considerações preliminares: os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Entrarem as Forças Armadas para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar do poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, que seria anti- pátria, anti- nação e anti- povo.⁵¹⁵

Estes episódios abalaram o que para as Forças Armadas são princípios fundamentais: a hierarquia e a disciplina. Oficiais legalistas, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD) e parte da imprensa, que antes apoiavam Goulart, afastaram-se dele, pois todos o acusavam de imobilismo, pois não conseguia atender os anseios do grupo de esquerda, que desejavam o aprofundamento de algumas políticas e reformas; também à direita o acusava de aprofundar demais a reforma. A ameaça comunista se propagou, a oposição se fortaleceu, começaram as greves pelo país, a situação de Goulart era péssima. Segundo o general Ernesto Geisel, “o clima se tornou agitado e tenso, e muitos que estavam indecisos, como nós dizíamos, “em cima do muro”, decidiram pela revolução”.⁵¹⁶

515 - Circular do Chefe do Estado Maior do Exército, sobre o Comício de 13 de março. *Apud.* Boletim Reservado nº 4, de 30 de abril de 1964. p. 21.

516 - Ernesto Geisel. D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.).p. 148.

Corroborando com o essa análise, Gomes e Ferreira afirmam que “o ambiente não podia ser mais propício à movimentação dos militares golpistas e lideranças civis que conspiravam contra Goulart”.⁵¹⁷ A reunião com os sargentos no Automóvel Clube foi o “tiro no pé” dado pelo próprio Jango, pois quando os homens de confiança de Geisel perguntaram se ele queria que impedisse a realização da reunião, o general respondeu “Deixem que se faça a reunião; agora, quanto pior, melhor para a nossa causa”.⁵¹⁸ Para reagir ao suposto golpe militar, o presidente contava, ou pelo menos achava que podia contar, com o chamado “dispositivo militar”, montado pelo general Assis Brasil, então chefe da Casa Militar, além do apoio de oficiais das três Forças Armadas que se diziam leais ao presidente. Mas com a quebra de hierarquia e disciplina nas Forças Armadas, essa lealdade foi se rompendo, pois era algo intolerável até mesmo para os oficiais legalistas, que diziam que Jango não apenas tolerava, mas também incentivava a indisciplina militar. Gomes e Ferreira analisaram que se não fosse essa quebra da hierarquia e disciplina no interior das Forças Armadas, o governo de Goulart poderia resistir por mais tempo, pelo menos até as eleições.

Jango estava isolado. Além dos oficiais legalistas, o presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade, Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais e Ademar de Barros, governador de São Paulo, proferiram graves acusações contra ele, no dia 31 de março de 1964. Carlos Lacerda, em um de seus discursos proferidos no dia 31 de março de 1964, na revista *O Cruzeiro* dizia que: “O Sr. João Goulart é um leviano que nunca estudou- e não estudou porque não quis, não é porque não pôde. E agora, no Governo do País, queria levar-nos ao comunismo”.⁵¹⁹

Vários grupos compostos por coronéis, majores e capitães, começaram a conspirar, mas não havia um chefe que coordenasse a ação desses grupos, o que só foi acontecer com a participação do general Castello Branco.

Às vésperas do golpe, o general Médici expediu uma Nota Especial Nr 1/64, de 30 de março de 1964, em que alertava a AMAN, quanto a intranquilidade vivida pelo país, relembrando a missão de ser preservada até a última instância, a manutenção dos princípios basilares da subordinação hierárquica e da disciplina, concitando a todos para que se mantivessem unidos e coesos para o cumprimento da decisão do Comando.

É inegável que o país está vivendo dias intranquilos. O que está

517- GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Op.cit.*, p.33.

518- *Apud.* D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Op.cit.*

519- NASSER, David. Depoimentos de Magalhães, Adhemar, Lacerda e Juscelino sobre a vitória da Revolução, *O Cruzeiro*, Ed Extra, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1964, p. 8-9.

acontecendo é do conhecimento de todos os meus comandados, pois este comando não tem outras informações que não sejam as que, ostensivamente, divulga a imprensa falada, escrita e televisada.

A esta Academia Militar, cabe, fundamentalmente, prosseguir no cumprimento de sua nobre missão e garantir, até a última instância, a manutenção dos princípios basilares da subordinação hierárquica e da disciplina de comportamento correto e digno em todas as circunstâncias, mesmo as mais adversas.⁵²⁰

O golpe foi deflagrado na madrugada de 31 de março, com a movimentação de tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, com o apoio do general Luis Carlos Guedes, comandante do IV Regimento Divisionário, sediado em Belo Horizonte, e do marechal Odilyo Denys, onde organizaram um plano com três operações: Operação Popeye, onde estava previsto ocupar o QG do II Exército, de surpresa, assumir o comando e iniciar um deslocamento o mais rápido possível, ao longo da rodovia em direção à Guanabara; Operação Gaiola e Operação Silêncio, onde estava previsto organizar a defesa das cidades e dos pontos sensíveis para evitar sabotagens, ocupação de todos os sindicatos e prisão imediata de todos os líderes comunistas e sindicais, interdição da rodovia no sentido São Paulo- Rio, controle rigoroso dos telefones, por em atividade as guerrilhas, sair o mais cedo possível e avançar no mínimo até Barra do Pirai.

O comandante do II Exército, general Amaury Krueel, considerado amigo do presidente e até então leal a Goulart, sugeriu-lhe que se afastasse dos sindicalistas e demonstrasse claramente o seu repúdio a todo movimento subversivo, mas Jango não concordou, o que levou o II Exército a apoiar o golpe. Nessa mesma noite, as tropas e os carros blindados do II Exército estacionaram no Ibirapuera. “O general Krueel finalmente tomara a sua decisão e ela foi contra Goulart [...] declarando que seu objetivo era ‘salvar a Pátria, livrando-a do jugo vermelho’, essa notícia para Goulart foi uma derrota”.⁵²¹ Agora, em direção a Guanabara, marchavam duas colunas militares: a de Minas Gerais e a de São Paulo, ambas para derrubar Goulart.

Da Guanabara, o Regimento Sampaio e o 1º Batalhão de Caçadores, tropas fiéis a Goulart, comandadas pelo general Cunha Melo, partiram em direção as tropas de São Paulo e Minas Gerais. Uma guerra civil entre os militares brasileiros parecia ser inevitável. O confronto ocorreria na cidade de Resende, no Vale Paraíba Fluminense. Neste momento a AMAN se tornou palco importante para o desfecho dessa situação, conforme veremos no próximo tópico.

520 - NOTA ESPECIAL Nº 1/64. *Apud.* Aditamento ao Boletim Interno nº 64, de 2 de abril de 1964.

521- GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Op.cit.*, p.349.

3.5. A participação da Academia Militar no “movimento de descomunização do Brasil”.

É com emoção que presto depoimento sobre a participação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no Movimento de Descomunização do Brasil, em março de 1964, em defesa dos ideais democráticos do povo brasileiro, buscando também participar do processo de restauração da disciplina e hierarquia no Exército.

É de lamentar que tal episódio, que dignifica a Mocidade Militar de nosso país, seja ignorado, até mesmo por nosso público interno, sendo às vezes objeto de ironia e até de maldosa crítica, partindo dos que desconhecem razões e verdadeiras versões dos fatos.

(General de Exército Antônio Jorge Corrêa, sub-comandante da AMAN em 1964).⁵²²

“Movimento de descomunização do Brasil” foi um termo empregado pelo comandante da AMAN, general Emílio Garrastazú Médici, e serviu para se referir ao anticomunismo que se instituiu no Brasil e nas Forças Armadas, que ocasionou o golpe militar de 1964. Esse termo serviu também como título do Boletim Interno nº 64, de 2 de abril de 1964, que narrou cronologicamente os episódios que envolveram a AMAN nos momentos anteriores, durante e imediatamente posteriores ao golpe militar. Porém, esse termo não se firmou na historiografia sobre o período, ficando restrito à AMAN.

Como vimos durante essa pesquisa, a AMAN já estava preparando seus militares contra suposta tomada do poder pelos comunistas desde quando chegou à Resende em 1944, e contra iminente Guerra Revolucionária desde finais de 1957. Esse quadro se intensificou quando o general Médici assumiu o comando da Academia Militar, em 1963, e implantou o Grupo Especial de Trabalho (GET), com a finalidade de intensificar o estudo e o treinamento para combater tal guerrilha. Esta medida foi tomada com base em uma determinação do Estado-Maior do Exército, que na época era chefiado pelo general Castello Branco, que em abril de 1962, determinou que oficiais de várias unidades do Exército realizassem um estágio na Diretoria Geral de Ensino (DGE), com a finalidade uniformizar os procedimentos relativos à Guerra Revolucionária.

Na tarde do dia 31 de março de 1964, o general Médici recebeu do I Exército, localizado no Rio de Janeiro, a determinação de manter em prontidão o Batalhão de Comando e Serviços (BCSv), por conta do levante do povo de Minas Gerais, com o apoio das forças federais e estaduais sediadas naquele Estado, contra o Governo Federal. O general Médici, em

522- *Apud.* MOTA, Ariclides de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Rio e Janeiro. Biblioteca do Exército editora. 2003, p. 27.

cumprimento a determinação do Comando do I Exército, colocou o Batalhão de Comando e Serviços em prontidão; ativou o Estado- Maior operacional, já constituído, para atualização do estudo da situação, planejamento de possíveis ações e acionamentos dos elementos de informação.⁵²³ Por volta das dezoito horas, houve os pronunciamentos e as adesões de vários chefes militares, governadores e outras autoridades, a respeito do golpe iniciado em Minas Gerais.

Segundo o capitão Ivany Henrique da Silva, na noite do dia 31 de março, muitos oficiais estavam no casamento de um oficial instrutor da Academia, quando foram acionados para comparecerem a AMAN. A notícia era que o general Mourão havia começado a revolução em Minas Gerais e já estava deslocando suas tropas em direção a Guanabara. Nesta mesma noite, o comandante do Corpo de Cadetes, coronel Moacyr Barcelos Potyguara, elaborou um documento com a finalidade de evitar confusão entre os cadetes, com o seguinte teor:

O comando da AMAN recebeu informações de que o povo, o governo e as forças federais do Estado de Minas Gerais se rebelaram contra o Governo Federal. O comando do Corpo de Cadetes concita o Corpo de Cadetes a se manter disciplinado, calmo e confiante na ação de S Excia o Sr Gen Cmt da AMAN. As atividades da AMAN continuarão em seu ritmo normal, tomadas as naturais medidas de segurança em uma emergência como a atual.⁵²⁴

Por volta das 02:00 horas, do dia 1º de abril de 1964, o general Costa e Silva, do QG revolucionário da Guanabara, entrou em contato com o general Médici solicitando o apoio da Academia, tendo em vista que a situação ainda estava indefinida na Guanabara, pois muitos ainda estavam a favor de Goulart. O general Médici, que segundo consta possuía uma forte amizade com Costa e Silva, garantiu-lhe o apoio. Logo em seguida, o general Amaury Krueel, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, e que também aderiu ao golpe, informou ao general Médici que estava se deslocando rumo a Guanabara pela BR2 (atual Rodovia Presidente Dutra), e solicitou-lhe a garantia de passagem livre pela cidade de Resende, o que lhe foi garantido.⁵²⁵

Conforme consta no Boletim Interno nº 63, da AMAN, de 1º de abril de 1964, neste período, tendo em vista a situação extraordinária que se encontrava a Academia, muitos militares que estavam de férias ou licença tiveram que interrompê-las e apresentarem-se na

523- Boletim Interno da AMAN, nº 64, de 02 de abril de 1964.

524- *Apud.* MOTA, Ariclides de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Rio e Janeiro. Biblioteca do Exército editora. 2003, p. 36.

525- Boletim Interno da AMAN, nº 64, de 02 de abril de 1964.

Academia. Outros militares que não serviam na AMAN, mas que também estavam passando as férias ou licenças em Resende, não puderam regressar para a localidade onde estava situado o seu quartel, devido a situação extraordinária que o país estava vivendo, como foi o caso do capitão Renê Pereira Lopes, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR/PA), localizado no Pará, do 2º tenente José Gualter Pinto, do 17º Regimento de Cavalaria (17º RC), localizado no Mato Grosso do Sul, e do 2º tenente João Câmara Carneiro, do 14º Regimento de Cavalaria, localizado em Santa Catarina. Todos esses militares tiveram que se apresentar na AMAN.

Depois dos contatos dos generais Costa e Silva e Amaury Krueel, que aderiram ao golpe, o general Médici recebeu o contato do general Moraes Âncora, comandante do I Exército, localizado na Guanabara, que era legalista e a favor de Goulart, informando que determinou o deslocamento do Grupamento de Unidade Escola (GUEs), para São Paulo pelo eixo da BR2. Prevendo a passagem em Resende, o confronto parecia ser inevitável. Segundo a Edição Histórica da revista *Manchete*:

Quando o Governador Magalhães Pinto, em Minas, convocou a nação para o movimento revolucionário, as tropas do II Exército começaram a marchar, de São Paulo, para o Vale do Paraíba. De Minas, convergiam para o Estado do Rio outras forças. Tudo fazia prever uma verdadeira hecatombe, ao longo do vale do Paraíba, se a ordem de fogo chegasse a ser dada. Todas as tropas em marcha eram de elite, aparelhadas com armas modernas.⁵²⁶

Face a situação que se apresentava, o general Médici tinha que tomar uma decisão, que era a de ficar lado dos generais Costa e Silva e Amaury Krueel, e apoiar o golpe, ou ficar ao lado do Comandante do I Exército, general Moraes Âncora, ao qual a AMAN estava diretamente subordinada, e apoiar a permanência de João Goulart. A decisão tomada por Médici foi a de ficar ao lado dos revoltosos, integrando a AMAN no Golpe Militar de 1964, garantindo a passagem do II Exército na região de Resende e concretizando a vigilância sobre os pontos críticos do eixo da BR2 entre Itatiaia e Barra Mansa.

Para o general de Exército Geise Ferrari, comandante do Curso de Infantaria em 1964, a decisão do general Médici em apoiar o golpe militar já era percebida pelos militares da AMAN, desde quando houve uma palestra no auditório⁵²⁷ para todos os oficiais cadetes e praças, sobre as cinco fases da guerra revolucionária, ocorrida no dia 1º de outubro de 1963,

526- PINTO, Fernando; et al. O Dia D: Guerra e Paz no Vale do Paraíba, *Revista Manchete*, Edição histórica, Rio de Janeiro, Ano 11, p. 14-20, Abril de 1964.

527 - Hoje conhecido como Auditório General Médici.

ocasião em que um capitão bradou que: “Nós já estamos na quinta fase, e quem orienta a guerra revolucionária é o Palácio do Planalto, em Brasília”. A manifestação foi aplaudida por grande parte dos militares presentes, inclusive o general Médici.⁵²⁸

Segundo o capitão Walter Klunge Guimarães, instrutor do Curso de Cavalaria em 1964, após confirmar a sua decisão, o general Médici, acompanhado do coronel Antônio Jorge Corrêa, subcomandante da AMAN, e do coronel Moacyr Barcellos Potyguara, comandante do Corpo de Cadetes, encaminharam-se para o Gabinete de Comando para planejar o emprego da Academia. Foi então organizado um Grupamento Tático Operacional, com os Cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, para entrarem em operações ao longo do Vale do Rio Paraíba e se oporem as tropas que vinham da Guanabara.

Logo nas primeiras horas do dia 1º de abril de 1964, foram realizadas ocupações de pontos de interesse na localidade de Resende, em seguida foi lançado uma Vanguarda do Corpo de Cadetes, pelo eixo da BR2, para a região de Barra Mansa- RJ, com a missão de estabelecer contato com o Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB), localizado naquela cidade, e com elementos do I Exército que progrediam em direção a Resende.⁵²⁹ Neste momento, a AMAN fez com que fosse divulgada por todos os meios disponíveis, para todo o país e, em especial para as forças oponentes do I Exército, a proclamação “Irmãos em Armas”. Esta proclamação teve um caráter totalmente emotivo, lembrando a todos oficiais da força oponente, que um dia eles também fizeram parte da Academia, “mãe comum” de todos os oficiais combatentes do Exército Brasileiro, como veremos em um de seus trechos:

Aqui estão os Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, mãe comum dos dignos oficiais do Exército Brasileiro e forjadora dos caracteres ilibados dos militares que hoje, por motivos conhecidos, estão por se defrontar [...]. No momento em que persiste o extremo perigo de, neste vale de tão alto significado para a vida nacional, enfrentarem-se e matarem-se irmãos que, no fundo, cultuam os mesmos ideais e perseguem os mesmos objetivos [...]. Irmãos de nascimento, de fé patriótica e de ideal: refleti bem antes de, pela violência, tentar abater o ânimo sacrossanto que para aqui nos conduziu [...]⁵³⁰

Segundo o capitão Ivany Henrique da Silva, o dia primeiro de março foi bastante

528 - MOTA, Ariclides de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Rio e Janeiro. Biblioteca do Exército editora. 2003, p. 193.

529- Boletim Interno da AMAN, nº 64, de 02 de abril de 1964.

530- Proclamação lançada na manhã de 1º de abril de 1964, ao se deslocarem os Cadetes para a Guanabara, na vanguarda do II Exército.

agitado na Academia. Ainda pela manhã, chegaram aos alojamentos os primeiros oficiais, cadetes e sargentos que deveriam ser presos. O Boletim Interno da AMAN, nº 65, de 3 de abril de 1964, relatou o seguinte fato:

Por solicitação do Exmo Sr Gen Cmt do GUEs, encontram-se presos nesta Academia, onde deverão permanecer até a segunda ordem, nesta situação, os seguintes sargentos: Francisco de Assis de Oliveira, Paulo Leite Chaves, Francisco Sérgio Feijó, Genival Costa de Souza, Claudio Guedes de Oliveira, Roberto Costa de Almeida, Aristide de Lima Júnior e José Barcelos Carioca Júnior.
Emílio Garrastazu Médici- Gen Bda Comandante da AMAN.

Após a primeira proclamação emitida aos seus “Irmãos de Armas”, a Academia emitiu uma nova proclamação, denominada “Irmãos das Forças Armadas”, pelo qual os Cadetes faziam um apelo a seus colegas da Escola Naval e da Escola da Aeronáutica (hoje Academia da Força Aérea), buscando apoio em benefício da causa comum, que também veremos um pequeno trecho:

Os Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras [...] Neste momento dirigem a todos os integrantes das Forças Armadas, e de modo especial e fraterno, aos seus colegas da Escola Naval e da Escola de Aeronáutica, um patético apelo para que ombreiem consigo neste momento histórico que o povo brasileiro vive, em busca de tranqüilidade na Ordem e da Justiça, valores inalienáveis de uma sociedade organicamente estruturada.

De acordo o capitão Ivany Henrique da Silva, após estas duas proclamações, a tropa que provinha da Guanabara parou, ouviu o que nelas diziam os cadetes e concluiu que não deveriam prosseguir. Além disso, parte do Grupamento de Unidades- Escola, que vinha da Guanabara para se confrontarem com as tropas de São Paulo e Minas Gerais, aderiu ao movimento e foram acolhidas pela tropa do Corpo de Cadetes e encaminharam-se para a AMAN. Por volta das 13 horas do dia 1º de Março de 1964, o comandante da AMAN recebeu a informação de que o comandante do I Exército, general Maraes Âncora, que respondia pelo cargo de Ministro da Guerra, pois o ministro estava hospitalizado, após realizar uma cirurgia de emergência, iria se reunir na academia com o general Amaury Kruehl.⁵³¹ Segundo a revista do Clube Militar:

O Gabinete do Comando da AMAN foi palco de importante capítulo da História do Brasil. Lá, às 18:00 horas de 01 Abr 64, traçava-se o destino do País, eis que se reuniram em conferência, o Cmt I Ex e

531- Boletim Interno da AMAN, nº 64, de 02 de abril de 1964.

Ministro (interino) da Guerra, Gen Armando de Moraes Âncora, e o Cmt do II Ex, Gen Ex Amaury Krueel.⁵³²

Ainda segundo a revista, o encontro entre o general Moraes Âncora e o general Médici, não teve o formalismo humilhante de uma rendição, tanto é que, logo que chegou à AMAN, o general Moraes Âncora foi recebido pelo comandante da academia e seu Estado-Maior, com as honras militares a que tinha direito. Nessa ocasião, o general Médici proferiu as seguintes palavras: “Aqui estou para recebê-lo, onde não há outros derrotados senão os inimigos da Pátria. Recusando-se o derramamento de sangue, VEx^a está entre os vitoriosos de hoje. Suba comigo que o general Krueel o está esperando.”⁵³³

Portanto, a revista Manchete revela que o breve encontro entre o general Moraes Âncora e o general Amaury Krueel, não teve um tom muito amistoso, ao chegar ao gabinete do Comando da AMAN, o recém-empossado Ministro da Guerra foi recebido pelo general Amaury Krueel, que proferiu as seguintes palavras: ‘O senhor veio apenas me dizer boa noite! Já não é mais ministro e não pense em resistir!’. “O general Moraes Âncora fez meia volta e regressou. Sua tropa que estava estacionada a 30 Km de Resende, regressou também, iniciando-se a vitória da rebelião.”⁵³⁴

Ao término da reunião, foi decidido que as tropas em operação no Vale do Paraíba deveriam regressar aos seus quartéis. Em consequência, o comandante da AMAN decidiu manter o sistema de segurança interna da Academia e realizar a retração do Corpo de Cadetes, colocando apenas o Batalhão de Comando e Serviços (BCSv) em prontidão. Conforme consta no Boletim Interno da Academia:

PRONTIDÃO NO BCSv- APROVAÇÃO DE MEDIDAS.

Aprovo as medidas abaixo, propostas pelo major Cmt do BCSv, constantes de sua Parte nº 12/S3, de 3 Abr 64: a) Permanecer de Prontidão: - 1 (um) oficial que representara o Estado- Maior do BCSv, em função de Superior de Dia ao Batalhão; - 1 (um) Pelotão sob o comando de 1 (um) tenente; - demais integrantes do BCSv: retornarão as atividades normais, nos respectivos locais de trabalho.⁵³⁵

Com o desfecho da situação, verificamos que parte da população de Resende apoiou a participação da AMAN no golpe militar, pois durante o regresso dos militares da Academia,

532- Homenagem a 31 de março de 1964. A AMAN e a Revolução. Rio e Janeiro. Revista do Clube Militar, nº. 381, março 2001, p. 20.

533- *Idem*, p.21.

534- PINTO, Fernando; et al. O Dia D: Guerra e Paz no Vale do Paraíba, Revista Manchete, Ed histórica, Rio de Janeiro, Ano 11, p. 14-20, Abril de 1964.

535- Boletim Interno da AMAN, nº 65, de 3 de abril de 1964.

muitos estavam esperando para homenagearem os oficiais, cadetes e praças que participaram da rebelião. Na formatura que se realizou às 11:00 horas, do dia 02 de abril de 1964, o general Médici leu a Ordem do Dia na qual resumia os acontecimentos na área da AMAN, e agradeceu pelo reconhecimento da população local.

Como é imperativo nas situações de emergência que, por dever de ofício, vez por outra têm de enfrentar as Forças Armadas, a atitude histórica tomada pela Academia foi fruto de acendrado espírito patriótico, de profunda reflexão e do reconhecimento de suas grandes responsabilidades no panorama nacional [...] Oficiais, Cadetes, Sargentos, Cabos, Soldados e Funcionários Civis da Academia: nosso dever formal e de consciência foi cumprido com elevação e dignidade. O Exército Brasileiro, democrático e cristão, mais uma vez interveio nas lutas nacionais para restabelecer o rumo adequado a nossos sentimentos e dos postulados de nossa crença cívica [...] ⁵³⁶

Como a AMAN é uma instituição, e dificilmente uma instituição irá agir sempre de uma maneira coesa, uno, e monolítica, principalmente em se tratando de convicções político-ideológicas, verificamos que alguns militares se opuseram a intervenção da AMAN ao lado dos revoltosos, para os quais foram instaurados IPM, e que após a conclusão foram punidos. Como podemos verificar no Boletim Reservado nº 6, de 30 de outubro de 1964.

SOLUÇÃO DE IPM

Pela conclusão das averiguações policiais a que mandei proceder pelo Ten Cel Inf Luiz José Torres Marques, verifica-se: a) que os capitães Telmo Vianna, Luiz Alberto, Robinson Mattos e 1º Ten Ariuzur são admiradores confessos de ideologias contrárias à Democracia, embora se dizendo democratas. b) não está configurada atuação subversiva [...] Pois limitavam-se apenas a externar suas ideias, quer no refeitório, quer no alojamento[...]

O cap Luz Alberto, e o cap Robinson Mattos, este que transgrediu em chamar seus superiores de “gorila”, deixaram de ser punidos, pois não pertenciam mais a AMAN, sendo punidos em outro quartel; o Ten Ariuzur, por censurar o ato de comando da Academia, em empregar os cadetes na “ação revolucionária”, ficou preso por oito dias. Ao cap Telmo Vianna e os Sargentos Ormeu Siqueira, Olívio Storte e Carlos José que não participaram da “revolução” por questões ideológicas, foram transferidos da Academia.

O ambiente estava tenso na região Sul Fluminense, e por conta disso alguns oficiais superiores da AMAN foram solicitados para serem encarregados de IPM no 1º BIB, devido à falta de oficiais superiores naquela unidade. Foi instaurado um IPM para apurar as supostas

536- Trecho da Ordem do Dia do Comandante da AMAN, proferida em 2 de abril de 1964, e publicada no Boletim Interno nº 64.

“atividades revolucionárias comunistas” de algumas pessoas situadas nas proximidades de Barra Mansa e Volta Redonda, conforme consta no Boletim Interno da AMAN, nº 66, de 06 de abril de 1964:

Este Comando recebeu do Cmt. do 1º BIB o seguinte ofício: “Ofício nº 165-Sec, de 4 Abr 64. 1- Face o reduzido número de Oficiais Superiores desta Unidade, este Comando solicita a V Exa. a designação de um Oficial Superior, dessa AMAN, para ser encarregado do IPM, a fim de apurar fatos relacionados com as atividades Revolucionárias dos Comunistas nas cidades de Barra Mansa e Volta Redonda”. 2- Em consequência, passo a disposição do Cel. Cmt. do 1º BIB, para os fins acima solicitado, o Ten. Cel. Luciano Salgado Campos e o Cap. Estácio da Silva Azambuja.

Nesse período, o cerco aos que destoavam ideologicamente da doutrina da academia militar estreitava-se cada vez mais. O major Luiz Pogi Obino, professor adjunto e catedrático de Topografia, que já estava sendo observado pelo comando da AMAN durante algum tempo, foi pego durante uma de suas aulas comentando sobre “política internacional, política interna, partidária e religião”, algo que o comando considerou completamente alheio a sua disciplina. Por conta disso, o major foi advertido por escrito, afastado de suas funções e sua punição foi divulgada a todos os oficiais da AMAN.⁵³⁷

Outros problemas que fugiram a rotina da Academia foram a segurança dos pontos considerados sensíveis, como por exemplo, a caixa d’água que abastece toda a AMAN e as Vilas Militares, e por isso, temendo uma sabotagem, a água era examinada periodicamente; e a guarda feita pelos cadetes a alguns presos civis que se encontravam na academia.

Apesar da vitória dos militares que apoiaram o golpe, o medo de uma suposta ação dos comunistas ainda sondava a academia e, em 30 de abril de 1964, véspera do dia do trabalhador, o general Médici elaborou a Nota Especial nº 3/64, alertando a seus subordinados, “o perigo que os descontentes infiltrados em todas as camadas sociais se manifestassem”, a qual analisaremos na íntegra:

Todos sabem que o movimento revolucionário do qual participou esta Academia Militar produziu descontentamentos entre aqueles que desejavam continuar usufruindo benefícios indevidos em vários setores de atividades do País. Os frutos da revolução ainda não permitem uma situação de plena tranquilidade, principalmente para aqueles que têm a missão de manter a todo custo a ordem interna. Nesta véspera do Dia do Trabalho é possível prever-se que os descontentes infiltrados em todas as camadas sociais exteriorizem

537 - Boletim Reservado nº 11, de 3 de maio de 1964. p. 74.

pequenos atos de reação. Cabe-me, portanto, alertar meus comandados para: - manter vigilância permanente contra qualquer reação; - informar a autoridade competente sobre qualquer indício de rearticulação subversiva; rechaçar os boatos e procurar informações exatas nos órgãos oficiais. Este comando informa, ainda, que adotou medidas especiais de segurança, mantendo cerrada vigilância sobre os elementos suspeitos, estando em condições de agir em qualquer emergência.⁵³⁸

No entanto, não se tem notícia sobre nenhuma ocorrência realizada neste dia do trabalhador, envolvendo os militares da Academia Militar das Agulhas Negras com os supostos insatisfeitos com a atuação da AMAN.

Apesar do discurso do general Médici, expedido na Nota Especial Nr 1/64, de 30 de março de 1964, em que alertava a AMAN quanto a intranquilidade vivida pelo país, relembando a missão de ser preservada até a última instância, a manutenção dos princípios basilares da subordinação hierárquica e da disciplina, concitando a todos para que se mantivessem unidos e coesos para o cumprimento da decisão do Comando, verificamos que, através de depoimentos de instrutores e de publicações em Boletins Internos, Ostensivos e Reservados da própria Academia, que houve resistências em seu interior, por conta de muitos militares não serem a favor do golpe, sendo por isso, alguns oficiais e sargentos punidos.

No dia 8 de maio de 1964, o general Médici, por meio do Decreto de 1 de abril de 1964, passou o comando da Academia Militar para o general Alfredo Souto Malan, e foi ser Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em Washington, nos Estados Unidos da América.⁵³⁹ Em 1969 se tornou presidente do Brasil, durante o regime que ele próprio ajudou a implantar, permanecendo no governo até 1974.

Portanto, novas abordagens serão feitas. Neste ano de encerramento da pesquisa novas mudanças ocorreram, como o fim na disciplina de Química, existente desde o currículo de 1810, e cumprindo o determinado na lei nº 12.705, sancionada em 2012 pela Presidente da República Dilma Rousseff, chegaram as cadetes que serão as primeiras oficiais combatentes do Exército Brasileiro a partir do ano de 2021, no total de quarenta mulheres.

538- Nota Especial nº 3/64, de 30 de abril de 1964.

539 - NE nº 1650, de 25 de abril de 1964.

Conclusão

Desde a sua criação em 1811, a academia militar vem se envolvendo nas diversas questões políticas, tanto internas quanto externas, que envolveram o Brasil. Em algumas destas questões participou inclusive como protagonista, como ocorreu na Proclamação da República, em 1889, quando a Escola Militar na Praia Vermelha se tornou um importante palco para debates sobre questões abolicionistas e republicanas, e na Guerra no Paraguai, na qual as atividades da escola foram interrompidas e seu alunos e professores foram lutar no *front*; tivemos ainda, na então Escola Militar do Realengo, a participação de militares no Movimento Tenentista de 1922, que tinha por objetivo impedir a posse do Presidente da República Artur Bernardes (1922-1926). Com o fim do frustrado levante, tivemos alunos expulsos e instrutores presos. Esses e outros eventos que não foram citados aqui, mas que foram analisados ao longo da pesquisa, levaram à Academia Militar a crescer e se consolidar como instituição e em estrutura administrativa. O estado de beligerância e as transformações pelas quais o país passou, do Império à República, a fizeram se adaptar as condições do país e às necessidades do Exército.

Passados todos esses conflitos internos e externos, em meados da década de 1930, um novo “inimigo” surgiu no país, afrontando o Exército, a Igreja Católica, e as demais instituições conservadoras: o comunismo. O enfrentamento deste novo inimigo passou a fazer parte da rotina dessas instituições, principalmente após a tentativa de uma revolução comunista em 1935, conforme vimos no segundo capítulo. A partir daí, essas instituições investiram maciçamente em seu projeto hegemônico de Estado, dando o ponta pé inicial para uma forte campanha anticomunista que culminou com a derrubada do presidente da República João Goulart, em 1964.

No período que foi de 1939 a 1945, o mundo se deparou com o maior confronto armado de todos os tempos, a Segunda Guerra Mundial. Com o término da guerra, as duas maiores potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, disputaram a hegemonia mundial, levando a divisão do mundo em dois blocos, o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o comunista, liderado pela União Soviética. A aproximação do Exército Brasileiro com o norte americano no pós guerra, juntamente com os manuais franceses sobre guerra revolucionária comunista, fizeram surgir um novo *modus operandi* do Exército Brasileiro em relação ao comunismo, que atravessou os muros da Academia Militar, passando inclusive a fazer parte do currículo dos cadetes. Neste sentido, verificou-se que uma possível tomada de

poder pelos comunistas no Brasil, e a preparação contra uma iminente guerra revolucionária, fez com que o “inimigo” comunista, que já estava na ordem-do-dia no Exército Brasileiro desde 1935, passasse a ser estudado com mais intensidade, sobretudo nas escolas militares. Esses ensinamentos serviram de aporte teórico para a efetivação do golpe militar que ocorreu em 1964.

Uma das questões que foram levantadas nesta pesquisa, e que torna a nossa hipótese verosímil, foi a de que quando houve a transferência da academia militar, do bairro do Realengo para a cidade Resende, em 1944, os comandantes e demais chefes militares procuraram sempre manter os oficiais, cadetes e as praças da academia afastados das questões político-partidárias, e alertá-los quanto ao “perigo” que o comunismo representava para o país. Por meio de palestras, formaturas, e várias publicações oficiais, os comandantes, de uma maneira geral, afirmavam que o comunismo iria colocar o país em rota de colisão com as instituições democráticas e com as tradições do povo, principalmente as religiosas.

Esse apontamento foi fundamental para compreendermos que a tomada de decisão do general Médici em apoiar o golpe militar de 1964, não foi realizada de uma hora para outra, numa manhã do dia 31 de março, pois já havia todo um arcabouço teórico e uma preparação político-psicológica a respeito do tema na Academia Militar, desde quando chegou à Resende em 1944, principalmente pelo fato da sua antecessora, a Escola Militar do Realengo, ter sido *locus* de atuação do Partido Comunista, que por sua vez teve uma adesão no Realengo. Esse processo de preparação anticomunista se intensificou com introdução da Teoria de Guerra Revolucionária nos finais da década de 1950, e com a posse do presidente da República João Goulart, em 1961, que era acusado pelos militares da direita de comunista.

O curso de guerra contra revolucionária, realizado em 1962, na Diretoria Geral de Ensino, que contou com a participação de instrutores da AMAN, foi fundamental para a divulgação e aperfeiçoamento dos ensinamentos contra a tal guerrilha na academia, o que também aponta para a importância que o tema teve na instituição, levando inclusive a criação de uma seção especial para treinamento de combate à guerrilha revolucionária, denominada Departamento de Instrução Especial (DIEsp), hoje conhecida como Centro de Instrução Especial (SIEsp), onde os cadetes aprendem “no terreno” como combater a guerrilha, não se restringindo a estudos meramente teóricos.

Desta forma, quando ocorreu o golpe militar em 1964, a AMAN já tinha toda uma sistematização a respeito do ensino sobre a Guerra Revolucionária como disciplina, que passou a se chamar Programa de Guerra Revolucionária, que contou com 25 (vinte e cinco) horas aulas no currículo dos cadetes.

Com essa crescente profissionalização anticomunista na AMAN, verificamos, principalmente por meio de Boletins Reservados da própria instituição, que o cerco contra aqueles que não compartilhavam da mesma doutrina da academia foi se estreitando, levando muitos militares a serem transferidos, afastados de suas funções, ou até mesmo presos. O que aponta para o fato de que a AMAN não agiu de forma coesa em relação a sua participação no golpe militar de 1964, conforme os seus comandantes afirmam até os dias atuais. Essa incoesão entre os militares da Academia corrobora com a afirmação do antropólogo Celso Castro, quando diz que embora possa ser atribuída uma unidade aos militares, não constituíam um corpo coeso, razão pela qual esse não deve ser o ponto de partida de uma investigação. Havia um “*campo de possibilidades* aberto aos atores sociais” e também “uma considerável margem de manobra para a formulação de projetos individuais e coletivos”. São ideias também compartilhadas por Alfred Stepan que aponta para o fato das Forças Armadas serem uma instituição politizada e heterogênea.

O iminente encontro entre as tropas que vinham de São Paulo e Minas Gerais, que eram contra João Goulart (golpistas), com as tropas que vinham do Rio de Janeiro, que eram a favor de Goulart (legalistas), no dia 31 de março de 1964, nas proximidades da AMAN, a tornaram em um palco importante para a tomada de decisão que iria levar o país a um regime militar que duraria vinte e um anos. Lá, o comandante do I Exército e Ministro (interino) da Guerra general Moraes Âncora (legalista), e o comandante do II Exército, general Amaury Kruel (golpista), se encontraram no gabinete do comando da AMAN, onde foi decidido que as tropas legalistas não iriam oferecer resistência.

A confirmação do general Médici em apoiar o golpe militar, colocando a AMAN nas proximidades onde ocorreria o confronto, dando apoio a passagem das tropas de Minas Gerais e São Paulo, e a posterior desistência das tropas legalistas, principalmente após ouvirem os pronunciamentos dos cadetes, lembrando aos oficiais que um dia eles também pertenceram a AMAN “mãe comum de todos os oficiais”, e outro pronunciamento destinado aos militares das outras forças, mais precisamente aos alunos da Escola Naval e da Escola da Aeronáutica (atualmente Academia da Força Aérea), acabaram corroborando para o posicionamento não só do Exército, mas também da Marinha e da Aeronáutica, em aderir a deposição de Jango.

Por fim, podemos auferir dos debates propostos por este trabalho, que a aproximação com os Estados Unidos no pós Segunda Guerra; uma possível tomada de poder pelos comunistas no Brasil; a preparação contra uma guerra revolucionária, principalmente por meio dos manuais franceses; a manutenção dos princípios basilares de hierarquia e disciplina, sobretudo após a posse do presidente da República, João Goulart, que era acusado de tentar

destruir as bases das Forças Armadas, foram ferramentas fundamentais utilizadas pelo comandante da AMAN, general Emílio Garrastazu Médici, para justificar o emprego de seus comandados no golpe militar de 1964.

Fontes

Academia Militar das Agulhas Negras. Programa Geral de Ensino. Resende-RJ, 1964.

Aviso nº 451, de 06 de abril de 1950, da AMAN.

Boletim de Informação nº 1, de 19 de fevereiro de 1954, da AMAN.

Boletim Reservado nº 3, e 7 de maio de 1955, da AMAN.

Boletim de Informação nº 1, de 7 de julho de 1955, da AMAN.

Boletim Reservado nº 4, de 30 de abril de 1964, da AMAN.

Boletim Reservado nº 11, de 3 de maio de 1964, da AMAN.

Decreto Presidencial nº 17.738, de 2 de fevereiro de 1945.

Decreto Presidencial nº 31.596, de 15 de outubro de 1952.

Nota Especial nº 1/64, da AMAN.

Nota Especial nº 3/64, de 30 de abril de 1964, da AMAN.

Nota nº 65-D/2-G, de 12 de maio de 1953, do Chefe do Estado Maior do Exército.

Noticiário do Exército nº 1331, de 28 Dez 1962.

Nota de Instrução nº 1, DIV ENS/ST. De 16 de janeiro de 1964.

Pesquisas realizadas do Boletim Escolar nº 1, de 1º de março de 1944, ao Boletim Interno nº 65, de 3 de abril de 1964, da AMAN.

Portaria nº 245, de 1º de agosto de 1952, do Ministro de Estado e Negócios da Guerra.

Portaria nº 54- Res/EME, de 8 de dezembro de 1969.

Bibliografia

BARROSO, Gustavo, 1888-1959. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 2000.

BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola, 1936-1939*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, Tomo 3, vol. 4.

BRUNEAU, Thomas C.; OLIVA, Margarida. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo. Difel. 1975.

_____. *A república liberal: Evolução política (1945-1964)*. Difel, 1985.

CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35!* Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército.1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. *O anticomunismo nas Forças Armadas*. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_anticomunismo_nas_FFAA. > Acesso em: 03 Set 2015.

CENTRO DOM VITAL. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CENTRO%20DOM%20VITAL.pdf> > Acessado em 30 Jun 2017.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro. Zahar, 2012.

CIDADÃO BOIELSEM. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY> > Acessado em: 11 Set 2017.

COMBLIN, José. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: EDUNESP, 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares *et al.* (ed.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DE MATTOS, Selma Rinaldi. Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. 2007. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo.

DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro: memórias: 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, p.12.

DUTRA, Eliana Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1997.

ESTADO DE GUERRA. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-tematico/estado-de-guerra>> Acessado em 2 Ago 17.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo. Annablume. 2005.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo ditadura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2003.

HOBBSBAWN, Eric; Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Insurgência e contra insurgência na guerrilha do Araguaia. Disponível em: < <http://www.forte.jor.br/2017/01/21/insurgencia-e-contrainsurgencia-na-guerrilha-do-araguaia/>> Acessado em: 28 de ago 2017.

KEITH, Henri Hunt, 1926- *Soldados salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 a 1924 em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Notas sobre o conceito de guerra revolucionária e sua expressão legal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 80, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. *O socialismo e as igrejas*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

MACIEL, Lício Augusto Ribeiro; DO NASCIMENTO, José Conegundes. *Orvil: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil, 1916-1985*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003.

Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Editora da ESG, 2014. 4v.

MARTINS FILHO, João Roberto. “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 42, jun, 2008.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. Editora Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva. 2000.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil*. Petrópolis. Vozes, 1975.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena. *Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)*, n. 11, 2009.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 57ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1991. pp. 131-132.

ROCHA, Dom Geraldo Lyrio; DE MARIANA, Arcebispo. *Dom Helder Câmara. Profeta da Justiça e Mensageiro da Esperança*. Atualidade Teológica. Ano XIII, n. 31, 2009.

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2002.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O medo comunista e a formação do pensamento político autoritário brasileiro: por uma nova identidade militar no Exército (1930 – 1945). *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU* v. 2, n. 3, 2012.

_____. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,

2008.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte nova, 1975.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Formação Profissional e Formação Política na Escola Militar do Realengo. *Revista Brasileira de História, São Paulo*, v.32, nº 63, p.281-299, 2012.

TAVARES, José Nilo; CANALE, Dario; VIANA, Francisco. *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio. *Revanche dos vencedores*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto. 2012.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964..* Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2010

VIANA, Claudios Gomes de Aragão. *História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo*. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2010.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

